

**BRUNO TORQUATO SILVA FERREIRA**

**APONTAMENTOS PARA UMA LEITURA DA PRESENÇA MILITAR  
NO ANTIGO ESTADO DE MATO GROSSO (1889-1916)**

**BRUNO TORQUATO SILVA FERREIRA**

**APONTAMENTOS PARA UMA LEITURA DA PRESENÇA MILITAR  
NO ANTIGO ESTADO DE MATO GROSSO (1889-1916)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Martins Júnior

DOURADOS – 2009

355.00981 Ferreira, Bruno Torquato Silva.  
F383a Apontamentos para uma leitura da presença militar  
no antigo Estado de Mato Grosso (1889-1916) / Bruno  
Torquato Silva Ferreira. – Dourados, MS : UFGD, 2009.  
171 p.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Martins Júnior  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade  
Federal da Grande Dourados.

1. Exército – Brasil. 2. Exército – Mato Grosso –  
História. 3. Evolução Institucional – Exército – Mato  
Grosso. 4. Exército - Praças. I. Título.

BRUNO TORQUATO SILVA FERREIRA

**APONTAMENTOS PARA UMA LEITURA DA PRESENÇA MILITAR  
NO ANTIGO ESTADO DE MATO GROSSO (1889-1916)**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

PRESIDENTE E ORIENTADOR: \_\_\_\_\_

2º EXAMINADOR: \_\_\_\_\_

3º EXAMINADOR: \_\_\_\_\_

Dourados, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## **DADOS CURRICULARES**

### **BRUNO TORQUATO SILVA FERREIRA**

NASCIMENTO	20/07/1982, RIO DE JANEIRO – RJ.
FILIAÇÃO	Carlos da Costa Ferreira Eliane Cristina da Silva Ferreira
2002-2006	Graduação em História Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS.
2007-2009	Mestrado em História Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD.

## **RESUMO**

A presente dissertação se propõe a discutir aspectos da evolução institucional pela qual passou o Exército brasileiro entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX, no antigo território mato-grossense. Para tanto, foram utilizados e analisados documentos produzidos pelas burocracias provincial e estadual do antigo Mato Grosso, pela burocracia do Exército, jornais de época e registros memorialistas. Este trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro diz respeito à delimitação conjuntural das mudanças vividas pelo Exército desde a sua fundação até as décadas iniciais do século XX. O segundo contém uma análise acerca dos desdobramentos daquelas transformações nas guarnições federais acantonadas em Mato Grosso. Finalmente, no terceiro e último capítulo, há indicações a respeito do cotidiano dos praças que serviram arregimentados nos corpos mato-grossenses.

Palavras-chaves: Exército; Mato Grosso; Praças.

## **ABSTRACT**

This dissertation proposes to discuss aspects of institutional evolution which became the Brazilian Army between the last decades of the nineteenth century and the early of the twentieth century, in the former territory of Mato Grosso. For both, were used and reviewed documents produced by provincial and state bureaucracies of the old Mato Grosso, the bureaucracy of the Army, newspapers from time records and memoirist. This work was divided into three chapters. The first concerns the delimitation of the economic changes experienced by the Army since its foundation until the early decades of the twenty century. The second contains an analysis about the ramifications of those changes in the lining hived off in Mato Grosso. Finally, in the third and last chapter, there are indications on the daily regiment of the soldiers that served in the corps of the State.

Key-words: Army; Mato Grosso; Soldiers.

## AGRADECIMENTOS

Normalmente inicio a leitura de um trabalho acadêmico por esta parte. Sempre me chamou a atenção a recorrente alegação de que muitas pessoas ficariam de fora, pois são incontáveis aqueles que, de uma forma ou de outra, corroboram para a realização de um trabalho como este. Sou obrigado a dar meu braço a torcer, embora sempre duvidasse disso. Muitas vezes, de uma simples conversa, em um ponto de ônibus, numa mesa de biblioteca, nos confins de um arquivo ou mesmo numa fila de conscritos para seleção no serviço militar, tirei importantes elementos para reflexão a respeito da importância política e cultural da instituição Exército Brasileiro na vida de muitas pessoas. Por esta razão, os meus agradecimentos vão para todas essas pessoas que tornaram possível a consecução desse trabalho, embora não devam, naturalmente, ser responsabilizadas pelas falhas nele contidas.

No entanto, há aquelas pessoas especiais, para quem devo os meus mais sinceros e sentimentais agradecimentos. São eles:

O meu orientador, professor Carlos Martins Júnior, que além da invejável capacidade intelectual, demonstrou ser um grande conhecedor do tema e ter muita paciência para aturar minhas indecisões e demoras na entrega dos textos parciais, sem falar que ele já visualizava este trabalho antes mesmo de ter sido colocado no papel. Se isso não é ser orientador eu não sei o que é. Muito obrigado, Professor!

Os professores Maria do Carmo Brazil e César Campiani Maximiano, pelas contundentes críticas e ponderações feitas aos meus escritos por ocasião da banca de qualificação. Ao César especialmente pela amizade, coleguismo e bons conselhos dados nos últimos quatro anos.

Os professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD: Cláudio Vasconcelos, Eudes Fernando Leite, Jérri Roberto Marin, João Carlos de Souza e Paulo Cimó Queiroz. Este último merece uma menção especial pela eterna paciência, tanto nas aulas quanto via e-mail, ao responder aos constantes e, às vezes impertinentes



questionamentos. Sem dúvidas, você, por seus posicionamentos intelectuais, pesquisas e exemplo pessoal, foi muito importante para esta pesquisa e para mim.

Os demais funcionários da UFGD. Em especial a figura carismática do Cleber.

A CAPES, pelo apoio financeiro na maior parte da realização do projeto de pesquisa.

O senhor Arnóbio Pereira Santana, o Santana, do Arquivo Geral da 9ª Região Militar, em Campo Grande. O senhor é a própria alma do Arquivo, e vem me recebendo com total paciência desde idos de 2003. Sem isto, esta pesquisa não seria possível.

O pessoal do Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA), do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da Biblioteca Pública Estadual de Mato Grosso do Sul (Isaiás Paim), da Biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e do Centro de Documentação de História Regional da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Os colegas da turma do Mestrado: Carlos Barros, Aline Crespe, Carlos Pacheco, Ademar, Célia Flores, Ana Maria, Marcus Túlio, Marco Aurélio, Joseph, Mércolis, Jean, Matias Belido, Priscila Viudes e Saulo. Devo mencionar aqui os colegas Carlos Barros, Marcus Túlio e Saulo, especialmente, pelo companheirismo de sempre, pelas boas conversas, comilanças e caminhadas.

Os ex-alunos do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no período entre 2006 e 2008, que desde o início sempre me apoiaram e motivaram a continuar pesquisando, ouvindo pacientemente, durante as aulas, os meus rompantes quando tocava nos assuntos pertinentes ao trabalho.

Os novos e antigos amigos: Camila, Luciana, Isabella, Alexandre, Alexandre, Tânia, Irene, Márcia, Selma, Gisele, Gustavo, Tião, Carlos Alexandre, Zeila, Eduardo, Sarita, Marcos, Josi, Pedro, Fábio Willian, Lenita Rodrigues, Bruno Mesojedovas e Bruno Tulux. Especialmente ao Carlos Alexandre, pelo apoio de sempre e por acreditar em mim, mantendo sua amizade, não obstante algumas indelicadezas minhas. Ao Marcos, pelas boas conversas de sempre e por revisar diversas vezes textos meus. À Sarita, por escutar bastante e dar opiniões certeiras. Ao Pedro pela amizade a toda prova e pelos constantes incentivos. Ao Bruno Tulux, pelas essenciais contribuições.

Os meus pais, pelo apoio de sempre, mesmo sem acreditar muito no que eu faço. O meu irmão, pela amizade e interesse, mesmo que eu não os mereça.

Finalmente, a Fernanda. Seu afeto, carinho e companheirismo tornaram a minha vida muito menos difícil e muito mais alegre, sem falar que a sua presença e ação disciplinadora foram essenciais para a finalização deste trabalho. Eu te amo, minha neguita.

## SUMÁRIO

<u>LISTA DE QUADROS.....</u>	<u>11</u>
<u>LISTA DE MAPAS.....</u>	<u>12</u>
<u>APRESENTAÇÃO.....</u>	<u>13</u>
<u>I – PROFISSIONALIZAÇÃO, BUROCRATIZAÇÃO E REFORMISMO: O</u> <u>EXÉRCITO BRASILEIRO ENTRE CONTINUIDADES E PERMANÊNCIAS.....</u>	<u>20</u>
<u>II – EM DEFESA DA FRONTEIRA OCIDENTAL: O EXÉRCITO NO ANTIGO</u> <u>MATO GROSSO.....</u>	<u>61</u>
<u>III – SERVIR EM MATO GROSSO: BREVES APONTAMENTOS ACERCA DAS</u> <u>CONDIÇÕES DE VIDA DOS PRAÇAS EM MATO GROSSO NAS DÉCADAS</u> <u>INICIAIS DO SÉCULO XX.....</u>	<u>102</u>
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>148</u>
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</u>	<u>152</u>

## LISTA DE QUADROS

**Quadro I** – Evolução dos efetivos do Exército em Mato Grosso (1871-1887): p. 71.

**Quadro II** – Proporção das despesas administrativas efetuadas na província de Mato Grosso entre 1871 e 1887 (discriminadas por ministério): pp. 70-71.

**Quadro III** – Proporção das despesas do Ministério da Guerra em comparação com os gastos totais do governo (1870-1887): p. 73.

**Quadro IV** – Evolução dos efetivos do Exército (1830-1889): p. 75.

**Quadro V** – Ministros da Guerra (1821-1889): p. 76.

**Quadro VI** – Distribuição de contingentes do Exército e da população em 1888 e 1920: p. 77.

**Quadro VII** – Efetivos conhecidos do 7º Distrito Militar (1890-1907): p.85.

**Quadro VIII** – Intervenções federais no antigo Estado de Mato Grosso: pp. 90-91.

**Quadro IX** – Divisão territorial do Exército estabelecida pela Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908: p. 112.

**Quadro X** – Engajamentos e alistamentos entre 1907 e 1916 nas guarnições mato-grossenses: p. 113.

**Quadro XI** – Antropometria de um grupo de conscritos: p. 139-140.

## **LISTA DE MAPAS**

**Mapa I** – Acesso Fluvial ao antigo Mato Grosso: p. 62.

**Mapa II** – Mato Grosso em 1914: p. 102.

## APRESENTAÇÃO

No início da República operou-se uma verdadeira refundação do Exército brasileiro<sup>1</sup>. Em primeiro lugar, ocorreu um expurgo perpetrado pelas lideranças militares do golpe que pôs fim ao regime monárquico, fato que proporcionou uma renovação do quadro de oficiais do Exército do novo regime. Em seguida, deu-se a formação e instalação do Estado-Maior do Exército (1896-1900) e a Guerra de Canudos (1896-1897), que proporcionaram, para a instituição, uma profunda inflexão. A promulgação, em 4 de janeiro de 1908, da Lei nº 1.860, conhecida como Lei do Sorteio Militar, desfechou o conjunto de reformas que visavam modernizar a força terrestre brasileira.

Contudo, essa lei só começou a ser efetivamente aplicada a partir de fins de 1916, sob o impacto da Primeira Guerra Mundial e da campanha nacional pelo serviço militar obrigatório, levada a cabo pela Liga de Defesa Nacional, que contou com o apoio do poeta Olavo Bilac e de outros intelectuais com projeção nacional, bem como por líderes do Exército e da burguesia paulistana.

Ao mesmo tempo, a presença do Estado brasileiro se fazia mais necessária no antigo Estado de Mato Grosso, à medida que se verificava a possibilidade de secessão dessa região fronteiriça do País, ou mesmo sua anexação, total ou parcial, por parte de alguns países vizinhos, particularmente a Argentina. Havia também disputas geopolíticas envolvendo o Brasil e aquela república platina no que dizia respeito à concorrência pela atração econômica e política dos demais países sul-americanos, sem falar nos interesses dos grupos empresariais europeus e norte-americanos que atuavam na região. Essas disputas envolviam, principalmente, as duas únicas repúblicas do continente que não tinham acesso ao mar: Bolívia e Paraguai. Conseqüentemente, o território mato-grossense, em razão da sua situação geográfica, uma vez que apresentava extensa área fronteiriça com esses dois países, tornou-se espaço privilegiado para a atuação do Estado brasileiro no sentido de exercer influência política e atração diplomática sobre os seus vizinhos mais fracos<sup>2</sup>.

Com o advento da República, a presença e intervenção estatal acentuaram-se. A extensão de linhas telegráficas ligando Mato Grosso à capital federal, e a construção da

<sup>1</sup> A respeito do assunto, consultar CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

<sup>2</sup> Sobre esse assunto, cf. QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. “Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado nacional brasileiro”; In: MARIN, Jérry Roberto e VASCONCELOS, Cláudio Alves de (org.). *História, Região e Identidades*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003, pp. 19-46.

ferrovia Noroeste do Brasil (NOB) ocorreram a partir do final da última década do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, respectivamente. Por outro lado, a instauração do novo regime trouxe importantes alterações na composição e organização dos corpos do Exército no Estado.

Assim, o Comando das Armas da Província de Mato Grosso deu lugar ao 7º Distrito Militar (1891), que, em virtude de reformulações da disposição territorial da força terrestre brasileira, teve sua denominação sucessivamente alterada para 13ª Região Militar (1908-1909), Circunscrição Militar de Mato Grosso (1915-1919), Primeira Circunscrição Militar (1919-1934) e, finalmente, 9ª Região Militar (a partir de 1934)<sup>3</sup>. Apesar da relativa diminuição dos efetivos do Exército no Estado no decorrer desse período, essas constantes reformulações indicam uma invariável preocupação dos dirigentes militares brasileiros em estabelecer uma feição *divisionária* para a disposição do Exército em todo o País. Essas mudanças também indicam um aumento do grau de burocratização do Estado nacional brasileiro, que tinha em suas forças armadas importantes sustentáculos e instrumentos de intervenção, sobretudo nas regiões consideradas mais remotas, como era o caso do antigo Mato Grosso.

Já foi demonstrada, por Norbert Elias, a relação direta entre o monopólio militar, associado ao monopólio fiscal, e o processo de fortalecimento político do Estado moderno. Sabe-se também que a organização militar moderna se faz acompanhar de um profundo esforço de racionalização administrativa no que toca às necessidades de aprovisionamentos técnicos e materiais, como bem o demonstrou Max Weber<sup>4</sup>. Com efeito, a presença de organizações militares no antigo Mato Grosso cumpria importante papel estratégico, modernizador e civilizador, no sentido de que ensejava o fortalecimento do Estado na região, na exata medida em que ganhavam robustez, em detrimento dos dirigentes locais graças à busca pela monopolização dos meios de exercício da violência física legítima<sup>5</sup>.

Por outro lado, esses mesmos dirigentes locais, representados pela figura dos coronéis, poderiam constituir elementos de resistência ao fortalecimento estatal, quando esse fenômeno afetasse direta ou indiretamente seus interesses políticos e econômicos mais imediatos. Além disso, a configuração socioeconômica verificada em Mato Grosso nas décadas iniciais do século XX, de características marcadamente rurais, obliterava ou ao menos diminuía o ímpeto desse mesmo processo.

<sup>3</sup> Doravante Região Militar será indicada pela sigla RM.

<sup>4</sup> WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

<sup>5</sup> Como *Civilizador* entenda-se o processo de centralização política que ensejou a sujeição dos indivíduos ao Estado através do já referido duplo monopólio. Sobre o assunto, cf. ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador* (vol. I e II). Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

Nesse sentido, um estudo a respeito da busca da afirmação do poder militar do governo federal no País, e em particular no antigo Mato Grosso, pode oferecer importantes contribuições para um entendimento da dinâmica política que articulava aqueles dois pólos da realidade nacional. Por outro lado, pode revelar importantes características das estruturas militares em funcionamento naquela porção do território brasileiro, sobretudo no tocante à realidade do serviço militar na condição de praça, que sempre causou forte repulsa entre a população civil, fato que o tornava uma punição a ser imposta aos elementos marginalizados pela sociedade, em geral recrutados à força. Não por acaso, a Lei do Sorteio Militar de 1908, que instituiu o serviço militar obrigatório durante a República, esbarrou na resistência passiva da população até o início da sua efetiva aplicação, em 1916.

De fato, os registros contidos nos *Relatórios dos Presidentes da Província de Mato Grosso* revelam as crônicas dificuldades com que se defrontavam as autoridades provinciais, durante todo o século XIX, no que se refere à tarefa de preencher os *claros* (vazios) das tropas, em virtude da histórica “aversão e resistência ao serviço das armas”, generalizada entre a “gente comum”<sup>6</sup>. Além disso, a fraqueza estrutural do Estado imperial impossibilitava o desenvolvimento de uma efetiva ação de recrutamento, calcada em dispositivos “racionais” e “modernos”. Na prática, o serviço nas tropas imperiais restava aos indivíduos não protegidos pelas relações de dependência dos grupos locais, que tinham poderes de conceder isenções delegadas pela Coroa. Essa fraqueza crônica levou o poder central a se sujeitar aos interesses dos grupos locais, política e economicamente projetados. Situação que perdurou até bem avançado o século XX e que começou a ser alterada a partir do início da aplicação da Lei do Sorteio Militar.

Dado esse quadro geral, parte-se da premissa de que, no antigo Mato Grosso, a presença das forças militares do poder central, além de garantir a integridade nacional e servir aos interesses diplomáticos do governo brasileiro no tocante ao seu relacionamento com os vizinhos platinos, atuava no sentido de difundir a idéia da nacionalidade e, ao mesmo tempo, contribuía para o desenvolvimento de um importante processo de racionalização das estruturas administrativas do Estado.

Pretendo com a presente dissertação, dar início a uma discussão a respeito do papel político e estratégico desempenhado pelo Exército entre 1889 e 1916 no antigo Estado de Mato Grosso. Este corte temporal foi determinado por razões conceituais e de ordem prática que serão explicitadas nas linhas que se seguem.

---

<sup>6</sup> Cf. MENDES, Fábio Faria. *Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004.

A experiência da guerra que envolveu o Império brasileiro e as repúblicas platinas entre 1864 e 1870 provocou, no Exército, profundas transformações, tanto no cenário político nacional, quanto no que diz respeito a uma nova postura institucional em relação aos chamados “problemas nacionais”. O sentido do seu desenvolvimento histórico se encaminhava para o abandono do perfil *miliciano*, caracterizado pela improvisação em tempo de guerra, em favor do *profissional*, em que as ações de planejamento e a intenção de evitar surpresas são marcas indeléveis.

Nas três décadas seguintes à Guerra, a burocracia militar inflou, o que indica um aumento das potencialidades de controle da sociedade pelo Estado. Mas, obviamente, esse aumento de poder estatal não foi suficiente para atender às necessidades impostas pelos próprios grupos dirigentes em relação à fronteira oeste.

Além disso, os militares desenvolveram, no longo prazo, por razões que aqui serão discutidas secundariamente, o que chamam de *espírito de corpo*, ou seja, coesão corporativa. Paradoxalmente, esse foi um período de fortes dissensões internas na instituição, que os levou muitas vezes a opções políticas radicais. Nesse sentido, procurei investigar como os dirigentes militares e civis, nesse ambiente político turbulento, pensavam estrategicamente a região, e como acreditavam que deveria agir o Exército no sentido de manter a coesão nacional e a ordem social, a despeito das imensas deficiências das estruturas estatais em Mato Grosso.

Procurei, também, esboçar uma avaliação das reais dimensões do Exército na região. Qual a sua importância política? Qual o seu tamanho? Qual era a sua capacidade de intervenção na vida dos chamados “homens comuns”? Como atuavam os militares? Institucionalmente? Individualmente? Busquei respostas em documentos e na bibliografia especializada.

Por outro lado, evidenciou-se cada vez mais a importância que a questão do serviço militar teve no referido processo de profissionalização das forças militares terrestres do País, na virada do século XIX para o XX. Por essa razão se tornará essencial, para a compreensão do papel político desempenhado pelo Exército em Mato Grosso, desvendar, mesmo que minimamente, as condições sob as quais se efetuava o serviço militar nas guarnições matogrossenses até o início da aplicação do sorteio militar, a partir de 1916.

Com efeito, os elementos empíricos disponíveis me permitiram montar um quadro geral a respeito da evolução histórica do Exército brasileiro desde a sua fundação até as décadas iniciais do século XX. Percebi que se existe algum sentido nesse processo ele é indicado pela profissionalização do corpo de oficiais e pelo robustecimento da estrutura



burocrática daquela instituição, e tais fatos poderiam ser aferidos a partir das suas recorrentes reformas.

Portanto, a opção por interpretar a história do Exército a partir do ponto de vista do desenvolvimento da sua burocracia e da profissionalização do seu corpo de oficiais se prende ao fato de que, graças ao respaldo da primeira o poder central conseguiu impor tributação militar à população masculina, conhecida pela sua geral ojeriza em relação ao serviço das armas, em determinado momento do desenvolvimento da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, a reivindicação da introdução da conscrição militar obrigatória foi uma decorrência da segunda. Partindo-se dessas importantes considerações foi possível constituir o quadro geral que compõe o primeiro capítulo da presente dissertação, intitulado *Profissionalização, Burocratização e Reformismo: o Exército brasileiro entre continuidades e permanências*.

De uma maneira geral, procurou-se apresentar o panorama das reformas pelas quais passou o Exército desde a sua fundação até o início do século XX, atentando para a burocratização que lhe foi inerente, bem como para o sentido do processo de profissionalização do corpo de oficiais. Para tanto, foi utilizada a bibliografia pertinente ao tema, a legislação militar da época e as memórias dos militares.

Nos dois capítulos seguintes, além dos *Relatórios dos Presidentes da Província de Mato Grosso*, sobretudo entre 1871 e 1888, e dos *Relatórios do Ministério da Guerra*, entre 1889 e 1916, foi privilegiada a interpretação dos documentos oficiais produzidos pelo comando militar no antigo Estado de Mato Grosso, ou seja, os *Boletins Diários do 7º Distrito Militar* (1907), da *Inspeção Permanente da 13ª Região Militar* (1909-1915) e da *Circunscrição Militar de Mato Grosso* (1915-1916), também conhecidos como *Ordens do Dia*. Esses registros permitiram que se chegasse a importantes conclusões a respeito da organização do Exército brasileiro no Estado, tornando possível responder a alguns dos questionamentos apresentados. Foi privilegiada a análise de registros que possibilitassem uma avaliação das reais dimensões do Exército na região, sobretudo número de corpos e efetivos.

Como é possível notar, as fontes disponíveis não cobrem completamente a cronologia proposta para a presente investigação. Por essa razão, procurou-se preencher as eventuais lacunas com a utilização da bibliografia disponível pertinente ao tema, sobretudo memórias pessoais e transcrição de fontes em outros trabalhos acadêmicos. Por outro lado, as historiografias regionais mato-grossense e sul-mato-grossense, permitem compreender que existe uma relativa continuidade entre o final do conflito do Império brasileiro e a república paraguaia – evento considerado por muitos como um divisor de águas no processo de ocupação do território mato-grossense – e o início do século XX, pois esse interregno constitui

uma fase de significativas mudanças políticas e estruturais na configuração da sociedade mato-grossense de então. As guarnições militares federais aquarteladas no Estado foram certamente afetadas por essas transformações.

Além disso, o conhecimento dos recursos orçamentários destinados aos gastos militares na Província revelou-se valioso instrumento de avaliação da importância estratégica atribuída pelos governantes àquela porção do País. E, de fato, foram encontrados registros de altas proporções de gastos militares em Mato Grosso, apesar das constantes reclamações das autoridades militares no tocante ao problema dos *claros* nas tropas. Portanto, os referidos documentos permitiram uma abordagem de médio prazo a respeito da organização do Exército em Mato Grosso. Por essa razão, esses apontamentos foram incluídos no segundo capítulo, intitulado *Em Defesa da Fronteira Ocidental: o Exército no antigo Mato Grosso*, que também contém dados a respeito da evolução institucional pela qual passou o Exército em Mato Grosso entre o fim da Guerra da Tríplice Aliança e o ano de 1916, levando em consideração o número de corpos, os efetivos, as implicações estratégicas da presença militar na região e as dificuldades enfrentadas pelas autoridades militares para o cumprimento da finalidade da organização a qual pertenciam. Além dos registros administrativos, também foram utilizados notícias e artigos de opinião em periódicos mato-grossenses<sup>7</sup>.

Essas mesmas fontes também permitem importantes conclusões a respeito dos homens que serviam o Exército naquela época. Assim, as informações recolhidas foram utilizadas no terceiro capítulo, *Servir em Mato Grosso*, em que se procurou apresentar um esboço acerca das condições em que se efetuava o serviço militar na região. Neste particular, chamam à atenção as dificuldades dos chefes militares em enquadrar o conjunto dos praças dentro das normas disciplinares então vigentes. Além disso, os tipos e a quantidade de doenças que grassavam no interior das fileiras, indicam as péssimas condições de higiene e alimentação a que estava submetida a base da corporação no Estado, muito embora a oficialidade também fosse atingida pelas mesmas enfermidades.

Finalmente, a opção de se balizar cronologicamente a análise das condições do cumprimento do serviço militar, como praça, até o ano de 1916 se prende ao fato de que este ano marca, oficialmente, o início da aplicação do sorteio militar, quando as práticas de seleção do pessoal que deveria servir na base da corporação militar terrestre foram alteradas.

---

<sup>7</sup> Devo salientar que entendo por “intervenção política” não apenas o envolvimento na política partidária ou as tentativas de ocupação das esferas de poder, mas também as ações institucionais: construção de estradas, pontes, linhas de telégrafo, balizamento fronteiriço, levantamentos topográficos e geodésicos, combate ao crime, campanhas de desarmamento, organização de cerimônias cívicas etc.



## **I – PROFISSIONALIZAÇÃO, BUROCRATIZAÇÃO E REFORMISMO: O EXÉRCITO BRASILEIRO ENTRE CONTINUIDADES E PERMANÊNCIAS**

*O Exército é a mais lídima e representativa das instituições nacionais; ele é o verdadeiro índice do povo brasileiro.*

Gilberto Freyre

*Não conheço na história dos Exércitos do mundo nenhum que tenha história tão infeliz e melancólica como a do Exército Brasileiro.*

Pedro Aurélio de Góes Monteiro

*A história do Exército brasileiro é mais bem compreendida como um reflexo da complexa, intrincada e às vezes contraditória cultura nacional.*

Frank McCann

Três termos expressam com bastante precisão o sentido da história do Exército brasileiro desde a sua formação, a partir de 1822, até os dias atuais: profissionalização, burocratização e reformismo. No decorrer desses dois séculos, essa instituição foi marcada não só por consideráveis mudanças qualitativas e quantitativas, mas também por indeléveis permanências. Desnecessário dizer que essas mudanças, bem como as permanências, constituem um reflexo de condicionamentos estruturados no interior da própria sociedade e do processo de complexificação da burocracia estatal no País. Com efeito, partindo-se da premissa de que as instituições, assim como os indivíduos, refletem as sociedades onde se forjam, tem-se que a própria história da sociedade brasileira entre a independência – quando o Exército foi formalmente fundado – e a segunda década do século XX, registrou uma considerável transformação nas estruturas econômica, política e social, sem deixar de manifestar claros indícios de permanências.

No tocante às mudanças ocorridas no Exército, analistas mais recentes indicam um intenso processo de profissionalização e burocratização da força armada terrestre, que pode

ser medido a partir das recorrentes reformas, cada vez mais frequentes e profundas a partir de 1850<sup>8</sup>.

Essas reformas procuravam introduzir no País as inovações técnico-militares observadas no cenário europeu do período identificado por Eric J. Hobsbawm como de ocorrência da Revolução Dupla<sup>9</sup>, caracterizado pela formação de grandes exércitos nacionais, num momento de intensa competição interestatal e de decisiva afirmação do poder dos governos nos meios intraestatais; processo no interior do qual subjazia a centralização política.

De fato, os analistas são unânimes em afirmar que os exércitos nacionais foram instrumentos essenciais de centralização política nos países da Europa continental. Emanuel Le Roy Ladurie, por exemplo, afirma que, em comparação com o Estado burguês na França do século XIX, o Estado no Antigo Regime francês estava muito mais distante de exercer um poder absoluto sobre seus súditos do que o seu sucessor<sup>10</sup>. Por sua vez, Vítor Izecksonh assinala que a profissionalização militar “*constitui apenas um componente no processo mais extenso de modernização burocrática na sociedade ocidental*”<sup>11</sup>.

Portanto, do mesmo modo que, durante o século XIX, surgiram e se desenvolveram os Estados nacionais, também se intensificou a necessidade da criação de exércitos profissionalizados para a defesa desses novos Estados. Em outras palavras, a modernização militar foi um componente necessário do processo de modernização da burocracia dos Estados nas sociedades ocidentais, com os exércitos profissionais tornando-se um elemento imprescindível para a sua consolidação. Ao mesmo tempo, a oficialidade dos exércitos profissionais europeus pós-revolucionários se viu constantemente enredada numa competição para oferecer aos seus respectivos clientes, os Estados nacionais, o melhor aparelhamento militar possível, num contexto de forte rivalidade diplomática e ampla, mas não menos importante, competição econômica. Explicitamente, a disputa militar apresentou-se como mais um aspecto de um amplo e complexo sistema de rivalidades internacionais.

---

<sup>8</sup> Sobre esse assunto ver: SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994; IZECKSOHN, Vítor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997; CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005; e McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>9</sup> Cf. HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. Especialmente os capítulos 2 e 3.

<sup>10</sup> LADURIE, Emanuel Le Roy. *O Estado Monárquico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 33-34.

<sup>11</sup> IZECKSOHN, Vítor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997, p. 56.

A dependência dos grupos locais distinguiu o Estado brasileiro ao longo de todo o século XIX, característica que adentrou consideravelmente o século XX. Tal fato confirma-se, *grosso modo*, pelo fenômeno do *coronelismo*, marcante manifestação da cultura política republicana. Pode-se afirmar, com alta probabilidade de acerto, que desde a sua formação, o Estado brasileiro viveu em constante tensão com os grupos dominantes locais, em uma verdadeira queda-de-braço institucional, na qual o primeiro saiu com larga desvantagem. Conforme Vitor Izecksohn:

Consolidar a independência e manter determinadas condições de estabilidade institucionais constituíram-se nas principais prioridades para a elite que assumiu o controle do Estado no País, após a separação formal de Portugal. A extensão do território, a grande diversidade de interesses regionais e a pressão britânica pelo fim do tráfico de escravos eram problemas cuja urgência atormentava grupos sociais ligados às tarefas de mando e de administração. As soluções que esses segmentos puderam conceber, entretanto, apresentavam uma curiosa engenharia política, amparada na centralização administrativa, ao mesmo tempo que em um complicado sistema de interdependências entre a burocracia do Estado e os proprietários de terras. Em outras palavras, a constituição do Estado nacional, no Brasil, resultou de um processo de interações entre o setor estatal e o senhorio rural, e se calçou na manutenção da escravidão como base da unidade e da Monarquia<sup>12</sup>.

Essa situação começou a se inverter a partir da chamada Primeira República, tida por muitos analistas como um período em que o poder local perdeu gradativamente sua projeção política, em decorrência da crise estrutural que marcou o campo brasileiro a partir de meados do século XIX, determinada pela desagregação da economia agroexportadora baseada na exploração da mão-de-obra escrava, que deu lugar à economia de mercado baseada na mão-de-obra assalariada<sup>13</sup>.

No Brasil dos séculos XIX e XX, o Exército trilhou um caminho institucional, que potencializou a sua transformação no mais importante instrumento do fortalecimento estatal. Essa organização, inicialmente imbuída de um espírito aristocrático, uma vez que, em pleno século XIX, aparentava-se em muitos aspectos aos exércitos do Antigo Regime europeu, gradualmente tornou-se o principal instrumento de afirmação do Estado nacional brasileiro. Desse modo, as constantes reformas nas estruturas organizacionais do Exército brasileiro não constituem, em regra, uma aberração ou sinal apriorístico de atraso em relação ao que havia de mais moderno na Europa.

---

<sup>12</sup> IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997, p. 58.

<sup>13</sup> Cf. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

No Brasil, ao contrário do que em geral ocorria naquele momento na Europa Ocidental, as reformas militares esbarravam numa estrutura social ainda predominantemente pré-industrial, sendo muitas vezes obstruídas pelos representantes dos grupos dominantes locais, recalcitrantes a qualquer alteração do *status quo* instituído, oficialmente, a partir de 1822, na antiga colônia portuguesa, uma vez que permaneciam aferrados aos interesses escravocratas e agrário-exportadores, ainda que esse modelo apresentasse sinais de inviabilidade no contexto de expansão da economia capitalista-industrial. Foi apenas nas décadas iniciais do regime republicano que o Exército, tendo a oficialidade como guia, alçou-se a uma projeção política suficiente na sociedade e na organização estatal brasileira, para implementar as reformas almejadas.

Enquanto herdeiro do arcabouço institucional português, o Estado imperial era relativamente fraco, incapaz de impor-se aos grupos locais, porque deles dependia e a eles devia favores<sup>14</sup>. Com efeito, sua capacidade de extração de impostos e obrigações cívicas, como o serviço militar, era baixa. Nesse sentido, foi obrigado a recorrer a constantes empréstimos para financiar suas guerras e contratar o serviço de mercenários, para as forças de terra e de mar, com o fito de enfrentar as ameaças militares exteriores e interiores, pois não havia condições de impor o recrutamento de maneira satisfatória à população civil em geral, reflexo de uma característica dos exércitos do Antigo Regime.

Assume-se a isso a dependência das forças militares regulares em relação às organizações milicianas, como a Guarda Nacional, criada em 1831, na repressão às camadas populares e às frações oligárquicas durante as revoltas regionais no Primeiro Reinado, no Período Regencial e no início do Segundo Reinado.

Não podendo confiar na tropa de primeira linha, que em muitas ocasiões esteve à frente das revoltas ocorridas no Primeiro Reinado e no Período Regencial, parcelas das elites políticas brasileiras vinculadas ao Partido Liberal criaram a Guarda Nacional como solução para enfrentar as dificuldades de manutenção da ordem oligárquica e ao mesmo tempo manter a integridade territorial do Império. Seus membros não recebiam soldos em tempos de paz, porém prestavam seus serviços em troca de favores e/ou honrarias emanadas do poder central. A Guarda Nacional surgiu para substituir o falido, mas não eliminado, sistema de *milícias e ordenanças*, que prestou relevantes serviços à monarquia portuguesa em tempos coloniais. A esse respeito, vale lembrar que, tendo em vista o fato de que a independência ocorreu sem grandes lutas e sem grande mobilização militar da

---

<sup>14</sup> Ver mais sobre isso em: MENDES, Fábio Faria. “Encargos, Privilégios e Direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX.” In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, pp. 125-127.

população, às forças terrestres brasileiras, ao contrário de suas congêneres americanas, foi permitida a preservação de antigas tradições militares européias, particularmente da estrutura do Exército português<sup>15</sup>.

No Brasil da época, eram muito influentes as concepções liberais, então hegemônicas na Inglaterra e nos Estados Unidos, em relação às forças armadas. Assim como nestes dois países, a crença geral era de que o Brasil não necessitava de um exército permanente com contingente numeroso. Conseqüentemente a opção miliciana era endossada pela ideologia liberal dominante.

A continuidade desse modelo de prestação de serviços militares à Coroa, mediante a concessão de privilégios e distinções honoríficas de fidalguia, como ocorria na época colonial, manteve o Governo refém de práticas *litúrgicas*<sup>16</sup>, sobretudo porque colocava nas mãos dos senhores locais o poder de nomear os membros da Guarda Nacional, facultando-lhes o privilégio de conceder isenção do serviço militar nas tropas de linha aos seus dependentes.

Conseqüentemente, as determinações do poder imperial no tocante às questões militares (embora não exclusivamente) muitas vezes se sujeitavam às traduções dos grupos política e economicamente projetados nos meios locais, de acordo com os seus interesses e demandas. Era prática recorrente, por exemplo, membros do partido dominante, fosse o Liberal ou o Conservador, alistarem para as tropas de primeira linha, representados pelo Exército e pela Armada, indivíduos do partido opositor, quando ocupantes do poder provincial. Ademais, as redes clientelísticas do interior do Brasil empregavam todos os meios à sua disposição para evitar que um agregado ou aliado político se visse forçado a servir nas forças armadas na condição de praça, isso significando que o “tributo de sangue” recaía sobre aqueles indivíduos não envolvidos pelas redes clientelísticas de proteção<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 15.

<sup>16</sup> MENDES, Fábio Faria. “Encargos, Privilégios e Direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX.” In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, pp. 113-114. Conceito weberiano que designa o relacionamento entre formações estatais – com aparatos burocráticos deficientes – e seus súditos. Característica de governos exercidos com base na dominação política tradicional ou, rigorosamente falando, patrimonial.

<sup>17</sup> A expressão “tributo de sangue” na Idade Média se referia “(...) à contribuição dos guerreiros à ordem do mundo, ao lado daqueles que labutavam e rezavam (...)”; no primeiro período monárquico passou a evocar as práticas de recrutamento forçado caracterizadas por excessiva violência e arbitrariedade. Cf. MENDES, Fábio Faria. “Encargos, Privilégios e Direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX.” In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, p. 111. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 119.



Apesar de oficialmente reconhecidos como componentes de uma força de segunda linha, ou seja, auxiliar do Exército e da Armada, os membros da Guarda Nacional ficavam isentos do serviço militar nas tropas regulares. Esse dispositivo militar, ao mesmo tempo em que atendia às contingências defensivas imediatas e de manutenção da ordem senhorial, obliterava a capacidade de arregimentação de efetivos para o Exército, pois acarretava na concessão de isenções ao serviço nas forças regulares às elites locais e à ampla gama de seus dependentes, sem mencionar o grande número de isenções legais que a legislação da época previa<sup>18</sup>.

Assim, o serviço militar, na condição de praça nas forças de primeira linha, impunha-se como uma forma de castigo aos indivíduos marginalizados ou considerados incorrigíveis, de forma que:

(...) ser soldado era castigo, motivo de humilhação, destino de elementos incorrigíveis, de malfeitores mesmo (...) Para preencher os claros do Exército, era preciso caçar pelas ruas desocupados, alistar à força os pretos libertos, aceitar pretos escravos cujos donos quisessem dá-los, recrutar os vagabundos que perturbavam o sono da burguesia com as suas noitadas de álcool, enfim, os párias (...)<sup>19</sup>

Além disso, não podendo contar com número suficiente de voluntários, o recrutamento forçado apresentava-se como um recurso ordinário dos agentes do Estado empenhados em dar cumprimento às suas incumbências.

Em *Memórias de um Sargento de Milícias*, Manuel Antônio de Almeida expressou de forma contundente a ojeriza geral da sociedade brasileira ao serviço das armas na primeira metade do século XIX. Quando o espectro do *tributo de sangue* pairou sobre a cabeça do incorrigível Leonardo, personagem principal do livro, que viria a se tornar o próprio “sargento de milícias”, chegou a prometer que se emendaria caso se livrasse do quartel:

(...) ser soldado era naquele tempo [certamente o autor se remetia à época entre a chegada da família real portuguesa e a independência política do País na cidade do Rio de Janeiro], e ainda hoje talvez, a pior coisa que podia suceder a um homem. Prometeu pois sinceramente emendar-se e

---

<sup>18</sup> Segundo Fábio Mendes, houve um grande alargamento do número de isenções previstas na legislação imperial; até o final do regime, as quais teriam ultrapassado uma centena. Cf. MENDES, Fábio Faria. “Encargos, Privilégios e Direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX.” In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, p.122.

<sup>19</sup> CIDADE, Francisco de Paula. *Lutas, ao Sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes*. Rio de Janeiro, s/ ed. 1948, p. 70. Apud SODRÉ, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 128.

tratar de ver um arranjo em que estivesse ao abrigo de qualquer capricho policial do terrível major<sup>20</sup>.

A última frase revela muito sobre a dinâmica do relacionamento dos indivíduos com as estruturas de governança no Brasil. Revela as esperanças de Leonardo vir a se libertar dos embaraços penais – e militares – que o seu comportamento, pouco apreciado pela autoridade policial (o major Vidigal), poderia lhe trazer.

Assim, o “*arranjo em que estivesse ao abrigo*” se refere a qualquer tipo de aporte clientelista que o livrasse dos apuros em que se encontrava. E, de fato, embora não tenha conseguido se livrar das garras do major Vidigal e do serviço militar, o “arranjo” foi providencial em duas ocasiões: 1<sup>a</sup>) quando sua madrinha conseguiu livrá-lo dos castigos físicos a que havia sido sentenciado por ordem do major, e 2<sup>a</sup>) quando, mais uma vez através da sua madrinha, conseguiu dar baixa do serviço na primeira linha para se casar<sup>21</sup>.

Fica inequivocamente demonstrado que o fenômeno do clientelismo não se limitava apenas ao meio rural, vigendo, inclusive, em instituições como o Exército, no qual o discurso da meritocracia e do racionalismo burocrático ganharia peso a partir de meados do século XIX. Está longe de absurda a hipótese de que situações semelhantes tenham se repetido aos milhares. Ao contrário, tudo indica que as práticas clientelísticas constituíam-se em expediente comum nas relações dos indivíduos com o aparato burocrático estatal. Pode-se depreender também que aqueles que estivessem alijados desse tipo de proteção invariavelmente arcariam com o peso das obrigações impostas pelo poder do Estado. Portanto, restava aos indivíduos descobertos das proteções clientelísticas o serviço das armas.

Outro aspecto importante a ser salientado diz respeito ao papel do Estado nacional brasileiro na referida dinâmica social, já que a reincidência de práticas clientelísticas indica um baixo grau de institucionalização do aparato governamental e, conseqüentemente, relações institucionais com baixo teor de impessoalidade, tão necessária a uma administração igualitária<sup>22</sup>.

Por seu caráter diletante e acessório, a governança por intermédio das notabilidades locais, que na República Velha ficaram conhecidas como *coronéis*, provoca entraves

---

<sup>20</sup> ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de Milícias*. São Paulo: Editora Ática, 1980, p. 106.

<sup>21</sup> ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de Milícias*. São Paulo: Editora Ática, 1980, pp. 125 e 133. Este último favor foi alcançado mediante intervenção do próprio algoz do personagem, o major Vidigal.

<sup>22</sup> MENDES, Fábio Faria. “A Economia Moral do Recrutamento no Império Brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, out. 1998, p. 2.

técnicos insuperáveis quando aumentam a abrangência quantitativa, a complexidade e a especialização dos negócios administrativos. Demora nas decisões:

(...) menor sujeição a fórmulas, imprevisibilidade e descontinuidade das rotinas administrativas são-lhes inerentes (...) Uma estrutura administrativa honorária, ou de funcionários de tipo patrimonial com remuneração emolumental, portanto, estabelece laços de dependência econômica, política e jurídica entre centro e periferia mais mediatizados do que nos quadros administrativos formados por meio de cargos remunerados por salários. De outra parte, ser-lhe-á fundamentalmente necessário contar com a “boa vontade” dos governados para a realização das tarefas administrativas<sup>23</sup>.

Deve-se atentar para o fato de que em todo o período monárquico, e boa parte do primeiro período o republicano, a noção da existência de um poder público abstrato e definido era praticamente inexistente para a grande maioria das pessoas. As chamadas obrigações *litúrgicas*, desenvolvidas, no *longo prazo*, tenderam a se incorporar às práticas sociais tradicionais. Novas exigências da parte do poder central eram encaradas como uma quebra do acordo tácito estabelecido entre ambas as partes, regulado pelo contexto de uma *economia moral* preexistente. Retomando Fábio Faria Mendes:

Em uma administração de tipo honorário, ademais, a consideração das “circunstâncias” e da “pessoa” não se poderá evitar, visto que a fonte da autoridade dos notáveis residirá em sua capacidade de manipulação de redes múltiplas de lealdade e, sobretudo, em seu “prestígio”, ou seja, sua capacidade de atender as expectativas de sua clientela<sup>24</sup>.

Entretanto, Norbert Elias alertou para o fato de que a formação dos Estados modernos foi uma decorrência de processos simultâneos de “pacificação social” e “intensificação de interdependências”, em que a busca pelo monopólio fiscal e do uso da violência física legítima foram dois componentes essenciais<sup>25</sup>.

Durante o regime monárquico tornou-se dominante um modelo clientelar de relações entre o poder central e os poderes locais, sobreposto às tessituras hierárquicas formais, sustentado por uma *economia moral* cujas principais *moedas* eram “fidelidades”, “serviços” e “mercês”<sup>26</sup>. Sendo insignificante e remota a capacidade de controle e imposição de sanções por parte do centro político-administrativo, essa situação era

<sup>23</sup> MENDES, Fábio Faria. “A Economia Moral do Recrutamento no Império Brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, out. 1998. p. 4.

<sup>24</sup> MENDES, Fábio Faria. “A Economia Moral do Recrutamento no Império Brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, out. 1998. p. 4.

<sup>25</sup> ELIAS, Norbert, *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

<sup>26</sup> MENDES, Fábio Faria. “A Economia Moral do Recrutamento no Império Brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, out. 1998. p. 5.

agravada pela imersão das notabilidades locais em uma gama de compromissos locais. Como será visto mais adiante, a existência da administração honorária implicou em grandes dificuldades nas relações entre o poder central e o aparato administrativo imperial:

A combinação de *administração honorária* e *ordens de privilégio* irá definir os limites do que o Estado será capaz de fazer ou exigir, seja em função dos compromissos que o diletantismo da administração faz supor, seja pela relutância dos súditos que a dureza e a desigualdade do encargo fazem esperar. Aos constrangimentos que as redes de obrigações morais locais impõem à administração honorária do recrutamento corresponderão, antes de tudo, certas limitações nos meios materiais de administração que lhe são característicos, e que delimitam, em boa medida, seu espectro de possibilidades<sup>27</sup>.

Em razão da indisponibilidade ou da precariedade dos meios administrativos diretos, a administração honorária constituiu-se no principal mecanismo de administração de prestações militares e fiscais:

A realização direta das tarefas da taxaço e do recrutamento exigiria um aparato de execução e monitoramento de que a Coroa simplesmente não dispunha. As capacidades administrativas do Estado dependerão, pois, principalmente de sua habilidade em mobilizar recursos através de meios externos à sua estrutura formal de administração<sup>28</sup>.

Não obstante, os serviços militares prestados pela Guarda Nacional, em diversas ocasiões mescladas com as tropas de primeira linha e geralmente comandadas por oficiais do Exército, permitiram ao Império enfrentar as diversas rebeliões provinciais e os conflitos externos com as repúblicas do Prata no século XIX. Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, recebeu a alcunha de *pacificador* em razão da sua atuação como chefe militar na repressão às revoltas nas províncias do Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas décadas de 1830 e 1840. As tropas que comandou eram majoritariamente compostas por membros da Guarda Nacional.

Apesar da inegável preferência das elites políticas imperiais pelo sistema militar miliciano, muito mais confiável do seu ponto de vista, dada a experiência com a tropa regular nas décadas anteriores<sup>29</sup>, há registros de que alguns chefes militares brasileiros se empenharam decididamente em estabelecer a profissionalização dos ramos técnicos do Exército (artilharia e engenharia) através de incentivos à formação acadêmica.

<sup>27</sup> MENDES, Fábio Faria. “A Economia Moral do Recrutamento no Império Brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, out. 1998. p. 5. Grifos do autor.

<sup>28</sup> MENDES, Fábio Faria. “A Economia Moral do Recrutamento no Império Brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, out. 1998. p. 5.

<sup>29</sup> Sobre isso ver SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

A consolidação do regime monárquico, em meados do século XIX, permitiu às elites políticas adotarem uma conduta diplomática mais agressiva com relação aos vizinhos do Prata. Conseqüentemente, passaram a dar maior atenção aos problemas militares, uma vez que as forças armadas se constituíam nos principais instrumentos de intervenção na política externa.

O ano de 1850 marcou uma importante inflexão no Exército brasileiro. Viviam-se um raro momento de equilíbrio das finanças imperiais decorrentes da prosperidade econômica dos fazendeiros cafeicultores das províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, quando o então ministro da Guerra, Manoel Felizardo de Souza Mello, realizou uma profunda reforma na lei de promoções dos oficiais estabelecendo requisitos de *antiguidade* e *merecimento*<sup>30</sup>. Abria-se a carreira militar ao talento pessoal.

Com isso passou-se a valorizar a formação acadêmica e tentou-se estabelecer interstícios de no mínimo dois anos entre cada posto da carreira. O objetivo era prover o Exército de um corpo técnico especializado e acabar com as carreiras militares meteóricas, típicas dos exércitos do Antigo Regime, em que jovens provenientes de famílias aristocráticas, ou bem apadrinhados, alcançavam altas patentes no Exército antes mesmo dos 40 anos de idade<sup>31</sup>. Desejava-se equiparar a força terrestre brasileira às suas congêneres européias, cujos chefes viviam uma espécie de euforia decorrente das inovações tecnológicas advindas da Revolução Industrial, que começava a espalhar seus efeitos sobre o campo militar. Foi nessa época que as grandes fábricas de armamentos pesados, como a Krupp, a Armstrong, a La Hitte, a Whitworth e a Saint Chamond, começaram a despontar no mundo dos negócios, espalhando pelo globo seus “engenhos de morte e destruição”<sup>32</sup>.

Essa medida, embora destinada a padronizar a carreira militar, acabou permitindo o acesso de indivíduos provenientes de camadas sociais não identificadas com as elites imperiais<sup>33</sup>. Isto se deve ao fato de que, a partir de então, a ascensão na carreira militar tornou-se mais lenta, o que afastou os filhos das elites dessa profissão, que passaram a buscar colocação social exercendo as chamadas profissões liberais: direito e medicina.

---

<sup>30</sup> Sobre as implicações dessas modificações cf. MARTINS JÚNIOR, Carlos. *Apontamentos para uma Leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, pp. 106 e SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 37.

<sup>31</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. “A Serviço de Sua Majestade: a tradição militar-portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50)”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, p. 175.

<sup>32</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

<sup>33</sup> SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 24.

Assim, o efeito colateral dessa mudança materializou-se em uma alteração qualitativa na composição social do corpo de oficiais:

No Brasil do século XIX, a educação militar expandiu-se de maneira significativa e a promoção por tempo de serviço tornou-se a regra geral, como já ocorrido na Europa. Em consequência, a oficialidade emergiu como uma força profissional coesa, na qual o progresso dependia do talento. O corpo de oficiais, como também acontecia em vários Estados europeus, desenvolveu um conjunto de metas políticas que divergia, radicalmente, dos objetivos estabelecidos pela elite dominante. E o exército passou a assumir um papel importante na política<sup>34</sup>.

Pode-se afirmar que essa nova lei revolucionou o corpo de oficiais. A partir de então, a concepção miliciana do Exército começou a se deslocar em direção à idéia de uma instituição centralizada e nacional, indispensável sustentáculo do Estado, fomentando a formação de um núcleo profissional ligado às atividades que exigiam maior precisão, como os ramos técnicos da artilharia e engenharia<sup>35</sup>.

Entretanto, ainda eram observáveis certas permanências de origens aristocráticas na seleção da oficialidade, como o *cadetismo*. Surgido em Portugal no século XVIII, o cadetismo constituiu-se, originalmente, numa tentativa de sujeitar a aristocracia à Coroa através da militarização da sua juventude. Durante o Império, os filhos de oficiais da Guarda Nacional, da Armada e do Exército tinham o privilégio de serem nomeados cadetes – título honorífico que designava os estudantes militares – sem serem obrigados a passar por processos seletivos em igualdade de condições com os demais candidatos ao oficialato. Por essa razão, José Murilo de Carvalho conclui que, a partir de meados do século XIX, o recrutamento da oficialidade “*passou de aristocrático para endógeno e de classe média*”<sup>36</sup>.

Essas reformas conferiram certa homogeneidade à oficialidade brasileira, na medida em que unificaram o acesso aos postos iniciais da carreira e as experiências profissionais desse grupo, desenvolvendo o “espírito de corpo” de seus membros. Porém, as altas esferas da oficialidade, em contraste com a média e baixa oficialidade<sup>37</sup>, continuariam sendo monopolizadas por indivíduos identificados socialmente com os

---

<sup>34</sup> SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 13.

<sup>35</sup> IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1997, p. 182.

<sup>36</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 19.

<sup>37</sup> SCHULZ, John. “O Exército e o Império”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1971, t. 2, v. 4.

grupos política e economicamente projetados do País, configuração que permaneceria relativamente intacta até depois do conflito militar contra a República do Paraguai<sup>38</sup>.

A Guerra da Tríplice Aliança potencializou grandes mudanças para as sociedades nela envolvidas. No tocante ao Brasil, favoreceu sobremaneira a consolidação da unidade nacional, gerou uma crise financeira que acarretou na derrocada do regime monárquico e encerrou o período de maior projeção e prestígio político do Império, tanto no contexto interno quanto externo.

Por outro lado, esse conflito demonstrou, às autoridades civis e militares, a imprescindibilidade de um corpo técnico militar numa guerra de grandes proporções<sup>39</sup>. Consoante a isso, o Estado imperial brasileiro, após um período de quase vinte anos de estabilidade política, viveu a sua primeira grande crise de dimensões nacionais, em razão das necessidades de mobilização dos recursos econômicos da nação para sustentar aquele esforço de guerra, que se mostrou muito mais exigente neste aspecto do que os conflitos externos anteriores.

Uma das principais características da organização política imperial foi a hegemonia do poder civil sobre os militares e a ausência de uma força armada de grandes dimensões. De fato, no período regencial as tropas de primeira linha foram parcialmente desmobilizadas. A Guarda Nacional, nesse sentido, adequou-se perfeitamente às necessidades estratégicas das elites dirigentes, enquanto restringiu-se a intervenções de pequeno porte ou atividades ligadas ao controle social. No entanto, o esforço de guerra exigido no conflito contra o Paraguai possibilitou o despontar do núcleo profissional do Exército, alterando, mesmo que momentaneamente em alguns casos, as concepções estratégicas dos dirigentes brasileiros<sup>40</sup>.

Outra exigência desse conflito disse respeito à mobilização dos meios econômicos para sustentar as forças em combate no Uruguai, nas províncias do Rio Grande do Sul e Mato Grosso (frente secundária), Argentina e, posteriormente, Paraguai. O governo viu-se

<sup>38</sup> Adriana Barreto de Souza, ao tentar estabelecer uma tipologia da composição do generalato brasileiro até meados do século XIX, a partir das suas trajetórias profissionais, concluiu que a vinculação pessoal desses militares com a Coroa portuguesa era o único ponto em comum entre esses indivíduos. SOUZA, Adriana Barreto de. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, p. 175.

<sup>39</sup> Um dos momentos em que a indispensabilidade da engenharia militar brasileira ficou patenteada deu-se quando, entre novembro e dezembro de 1868, as forças brasileiras encetaram a construção de um caminho de doze quilômetros através do *chaco* paraguaio numa tentativa de desbordamento das forças paraguaias acantonadas na região. Segundo Doratioto: “Para construí-lo foram necessários 23 dias de trabalho, realizado por 3554 homens; três quilômetros eram cobertos com troncos de 6 mil palmeiras abatidas para esse fim”. Extraído da cronologia do conflito em DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 569.

<sup>40</sup> IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997, p. 58.

na contingência de mobilizar um número de soldados muitas vezes superior aos que até então havia mobilizado. Outro problema surgido na época foi o do aumento da arrecadação tributária, que desagradou sobremaneira os setores produtivos da sociedade<sup>41</sup>.

Esse estado de coisas afetou o funcionamento das redes clientelísticas, que tinham sido importantes na organização militar do País até então. Afinal, grandes organizações militares centralizadas, poderosas e influentes não faziam parte dos planos dos dirigentes civis brasileiros. O aumento do poderio militar do poder central foi circunstancial e temporário, mas também indesejável. Destarte, durante a guerra, o governo brasileiro defrontou-se com os problemas proporcionados pela rápida ampliação do seu exército, agravados pela ausência de uma burocracia adequada ao recrutamento militar e ao necessário aumento da arrecadação tributária para custear seu esforço de guerra. Embaraços esses vinculados aos limites do desenvolvimento burocrático do Estado brasileiro naquele momento. A precariedade da burocracia imperial fragilizava as suas instituições e acarretava num mau funcionamento de algumas organizações subordinadas à monarquia, como era o caso da Armada, do Exército e da Guarda Nacional.

As tensões decorrentes do aumento da intervenção estatal e da temporária suspensão das prerrogativas das lideranças locais, que tradicionalmente controlavam o recrutamento, para atender às demandas de mobilização bélica, abalaram as relações entre os dois pólos da sociedade. As constantes transferências de forças locais para a zona de combate, com o envio dos corpos da Guarda Nacional, levaram a uma inesperada alteração no papel daquela instituição<sup>42</sup>.

Durante as primeiras fases do conflito, a adesão voluntária ao recrutamento foi considerável em diferentes regiões do País, chegando a impressionar as autoridades habituadas com a postura refratária da população. Segundo o baiano Dionísio Cerqueira, voluntário de primeira hora, as autoridades provinciais da Bahia se viram obrigadas a cessar temporariamente o recrutamento, dada a excessiva apresentação de voluntários, tornando-se “*preciso, para cessar a grande leva, que o governo lhe dissesse: Não precisamos mais de voluntários*”<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 224.

<sup>42</sup> IZECKSOHN, Vitor. “Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 3, fev. 2001.

<sup>43</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p. 56. Segundo Ricardo Salles o envolvimento patriótico também se dava por outros meios como, por exemplo, contribuições pecuniárias ou mesmo de escravos para serem libertados e incorporados às forças imperiais. SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.



Contudo, o alongamento da guerra fez o ardor patriótico arrefecer. O resultado da fatídica Batalha de Curupaití, para as forças aliadas, revelou a todos os interessados no assunto, que aquele seria um conflito de aspectos inteiramente diferentes dos anteriores, e que a predominante estrutura miliciano não mais daria conta das exigências daquele momento. Foi nessa ocasião crítica que se deu a intervenção pessoal do imperador na condução do conflito pelo lado brasileiro, ao indicar o marquês de Caxias para o comando das forças brasileiras em operação no Paraguai<sup>44</sup>.

O comando de Caxias (1866-1868) desenrolou-se numa fase bastante delicada da guerra, em que a tropa havia sofrido humilhante derrota, os índices de deserção estavam altos, as mortes em decorrência de moléstias adquiridas nos acampamentos chegavam a níveis intoleráveis e o moral da tropa estava baixo. A atuação do marquês operou profundas mudanças, não só nas forças empenhadas no teatro de operações como na própria estrutura administrativa do Ministério da Guerra. Segundo Vitor Izecksohn:

Naquele momento, a dinâmica da campanha obrigou o governo imperial a redefinir, através da ampliação dos contingentes e da introdução de um planejamento logístico até então inexistente, o caráter miliciano das forças que constituíam a base das operações militares no Prata. Em outras palavras, se a Guerra do Paraguai surge como um divisor de águas na política imperial, o comando de Caxias constitui marca divisória no contexto daquela intervenção armada<sup>45</sup>.

Ainda segundo esse autor, a identidade corporativa dos oficiais do Exército conheceu um novo reforço, a partir das experiências com a reorganização das forças brasileiras no período de comando de Caxias:

Em tais circunstâncias, destacou-se a centralidade assumida pelo comando de Caxias no processo de sedimentação da identidade militar brasileira, na medida em que as condições nas quais foi reorganizado o Exército forçavam o abandono do sistema “miliciano”, o que implicava uma série de transformações que aumentariam o prestígio da instituição, conferindo-lhe uma dimensão marcadamente profissional<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> A bibliografia sobre as implicações políticas posteriores a esse fato para a derrocada da monarquia é extensa. No entanto, convém consultar CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Esta obra contém boas indicações bibliográficas sobre o assunto.

<sup>45</sup> IZECKSOHN, Vitor. “Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 3, fev. 2001, p. 24. O autor também revela que a designação de Caxias para aquele comando objetivava acabar com as disputas entre os chefes militares brasileiros, que “refletiam as influências do sistema político”.

<sup>46</sup> IZECKSOHN, Vitor. “Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 3, fev. 2001, pp. 27-28.

Embora a guerra tivesse demandado alterações intensas nos procedimentos ligados ao funcionamento das organizações militares, pouco, ou praticamente nada, mudou no tocante à tarefa de prover o Exército com os contingentes necessários para enfrentar uma campanha de longa duração. A tentativa de centralização desse processo provocou tensões e disputas sobre o controle local do recrutamento, aumentando a politização em torno do serviço militar<sup>47</sup>.

Esses problemas tinham, tradicionalmente, interferido na capacidade militar brasileira, porém, sob o impacto de uma campanha militar mais longa do que o inicialmente previsto, revelaram-se gritantes contradições, que preocupavam os dirigentes brasileiros. Muitos membros da elite senhorial consideraram o aumento do poder estatal uma ameaça que vinha para ficar e procuraram resistir de todas as maneiras, com os meios disponíveis, à invasão de suas prerrogativas<sup>48</sup>.

A experiência da guerra legitimou as demandas profissionais da oficialidade. Os oficiais do núcleo profissional, politicamente discrepantes da elite, apontaram, durante a guerra, evidências que alicerçaram a sua identidade, desenvolvida num processo de crescente aumento da hostilidade em relação à monarquia<sup>49</sup>.

A necessidade de ampliação do exército em campanha obrigou as autoridades brasileiras a buscarem contingentes para completar os *claros* (vazios) das tropas entre os elementos marginalizados pela sociedade, operando-se, inclusive, o alistamento de libertos, em geral, incorporados à força. O comportamento dos praças também era uma grande fonte de preocupação, isto porque, além dos embaraços ao andamento das operações, a insubordinação colocava em jogo a própria integridade física dos oficiais. Segundo alguns analistas o número de libertos nas fileiras pode ter chegado a totalizar 10% dos efetivos mobilizados para o conflito<sup>50</sup>. Em carta enviada ao ministro da Guerra, em dezembro de 1867, Caxias advertia:

V. Excia. sabe que infelizmente, têm hoje a honra de se acharem nas fileiras do Exército Brasileiro, muitos soldados que deixaram os ferros da

<sup>47</sup> IZECKSOHN, Vitor. “Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 3, fev. 2001.

<sup>48</sup> IZECKSOHN, Vitor. “Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 3, fev. 2001. Especialmente as correspondências e discursos dos políticos ligados aos interesses escravocratas.

<sup>49</sup> SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, pp. 18-19. A esse respeito ver também LEMOS, Renato. *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

<sup>50</sup> Sobre isso cf. SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 e DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

escravidão para se constituírem defensores da honra e dignidade da Nação Brasileira. Infelizmente é também verdade sabida que a maioria desses indivíduos constituía tudo quanto a escravidão encerrava em si de mais abjeto e degradante. Escravo de boa índole, mourejado e educado nos hábitos do respeito e obediência, rarissimamente terá cá chegado. Manter a ordem e a disciplina, sustentar a subordinação e obediência com tais elementos é difícilimo<sup>51</sup>.

Contudo, apesar de numerosa, a presença de ex-escravos era minoritária, atirando-se os agentes do governo sobre os deserdados da pátria para atender às demandas por contingentes. Nas palavras do general Paulo de Queiroz Duarte:

Em algumas províncias, na chamada geral, por excesso de zelo no serviço de recrutamento das autoridades recrutadoras, delegados de polícia e seus prepostos iam caçar o caboclo no Amazonas e Pará, o tabaréu nordestino na caatinga, o matuto na sua tapera, o caiçara no litoral, enfim, brancos, mulatos e negros que, depois de reunidos e contados, eram despachados em magotes, sem uma simples inspeção de saúde, sem se indagar de sua condição de chefe de família, para as capitais provinciais ou mesmo para a Corte<sup>52</sup>.

A resistência popular ao recrutamento, com o tempo, voltou aos parâmetros anteriores ao conflito. Em algumas regiões, sobretudo em Minas Gerais, os agentes recrutadores acorrentavam levadas inteiras de homens para evitar fugas em massa. Esse estado de coisas também serviu como catalisador do acirramento dos brios corporativos dos oficiais em oposição ao governo, em face das contradições sociais gritantes e do papel a eles reservado como disciplinadores desses contingentes mal preparados e sem grandes convicções patrióticas<sup>53</sup>. Ao mesmo tempo, se deve também considerar o conteúdo simbólico da oposição do oficialato ao recrutamento de indivíduos de origem servil, pois nessas condições o seu *status* social equiparar-se-ia ao de um feitor de escravos.

O choque de profissionalização materializado no desenrolar do conflito não redundou, necessariamente, na elaboração de novas lealdades à monarquia<sup>54</sup>. A rigor, ocorreu exatamente o contrário, sobretudo em relação aos oficiais subalternos (tenentes e capitães) ligados às chamadas armas técnicas. Se já havia uma clivagem que os opunha às elites civis, a experiência nos campos de batalha do Paraguai estendeu as hostilidades desse

---

<sup>51</sup> Carta de Caxias ao ministro da Guerra datada de 04 de dezembro de 1867, Cartas, Reservados e Confidenciais, livro 2, Arquivo Nacional. Apud SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 147.

<sup>52</sup> DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca de Exército, 1981, pp. 206-207.

<sup>53</sup> IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997, p. 97.

<sup>54</sup> IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997, p. 98.

grupo à própria monarquia, com a experiência adquirida no conflito constituindo-se em elemento essencial para a adesão em peso dessa parcela da oficialidade às causas abolicionista e republicana. Como apontou John Schulz:

Nada acontecera em suas carreiras que justificasse uma reconciliação com a elite. Pelo contrário, dois importantes fatos ocorridos entre os anos cinquenta e oitenta confirmaram sua hostilidade contra os políticos: a Guerra do Paraguai e a campanha abolicionista. A Guerra da Tríplice Aliança, a mais sangrenta da História do Brasil, demonstrara que, embora os políticos estivessem preparados para declarar a guerra, não estavam dispostos a mandar os seus filhos para a frente. Os oficiais não ignoravam que a elite havia se aproveitado das verbas de guerra para vender seus próprios escravos (estes serviriam como soldados) acima do preço de mercado, enquanto que fornecedores de mantimentos fizeram fortuna com o que restara desses fundos. Os oficiais, os ex-escravos e os forçados “voluntários da pátria” foram enviados para os campos de batalha. Ressentidos com o que consideravam falta de patriotismo dos fazendeiros, os oficiais saíram da guerra com uma nova mágoa, uma nova solidariedade e um novo orgulho da profissão<sup>55</sup>.

O exame da imprensa militar da metade final do século XIX, realizado pelo brasilianista John Schulz, revelou que desde muito cedo o núcleo profissional do Exército elaborou uma plataforma reformista das leis e da própria estrutura social brasileira, visando equiparar a nação ao que era considerado, naquele momento, o modelo a ser seguido. Pensavam no País a partir da idéia do que ele deveria ser, e a imagem que projetavam inspirava-se vivamente no contexto europeu, que contemporaneamente vivia a segunda fase da Revolução Industrial.

A humilhante derrota militar dos franceses frente aos prussianos, em 1870, evidenciou ao mundo que haveria, a partir de então, uma nova maneira de planejar e guiar os conflitos militares convencionais. A chave para o sucesso alemão se encontrava no estabelecimento do serviço militar obrigatório, implementado décadas antes, e na utilização de vias férreas – naquela altura espalhadas por toda a Alemanha – para encetar a mobilização das tropas para os locais conflituosos com rapidez.

Na Alemanha de então, o sistema ferroviário estava sob o controle militar, com um oficial do Estado-Maior do Exército para cada linha, o que implicava, inclusive, que nenhuma linha podia ser aberta ou mudar de trajeto sem a autorização do Estado-Maior. Dizia-se que os melhores cérebros da escola militar iam para a divisão de estradas de ferro. O mentor do exército prussiano, von Moltke, montou a sua organização logística – deslocamento de tropas e abastecimento – amparado no sistema ferroviário alemão. Sobre

---

<sup>55</sup> SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, pp. 18-19.

o assunto, o afamado general teria ordenado: “*Não construam mais fortalezas, construam estradas de ferro*”<sup>56</sup>. E a Prússia construiu. Ao final do século XIX, a densidade da rede ferroviária alemã ficava atrás, apenas, da Bélgica e do Reino Unido<sup>57</sup>.

No tocante ao recrutamento, a Prússia também foi pioneira. Desde a derrota para as forças napoleônicas, em 1806, em Iena e Auerstaedt<sup>58</sup>, e a decorrente ocupação do seu território, vários pensadores militares passaram a insistir em reformas no sentido de fortalecer a posição do Estado interna e externamente, dando início a um esforço no sentido de introduzir o serviço militar obrigatório naquele país, posteriormente concretizado.

Após a guerra franco-prussiana, em 1870-1871, à exceção da Inglaterra, praticamente todos os países europeus, incluindo a própria França, passaram a adotar esse modelo de conscrição. O período de duração do serviço militar variava de 1 a 3 anos, conforme o país, quando os conscritos recebiam instrução militar e noções de civismo. Ao final desse período, os alistados tinham direito ao licenciamento e poderiam voltar às suas vidas civis, passando a constituir parte da reserva mobilizável. Cada ex-recruta recebia a sua documentação de reservista e mesmo integrado à vida civil deveria conhecer, previamente, os pontos de concentração de tropas em caso de mobilização para a guerra. O exército se encarregaria de vestir, equipar, armar e municiar os reservistas convocados, que formariam esquadrões, baterias e companhias que, por sua vez, se agrupariam para formar batalhões, regimentos, brigadas e divisões de exército das três armas combatentes (infantaria, cavalaria e artilharia) totalizando, muitas vezes, milhares e até milhões de homens agrupados.

Entre o fim da guerra franco-prussiana e o início da Primeira Guerra Mundial, período conhecido como *paz armada*, o tamanho dos principais exércitos europeus – com exceção do britânico, que nunca adotou o serviço militar obrigatório – em média mais que dobrou. O exército russo viu seus efetivos aumentarem em 82,76%, enquanto a população do país aumentou em 64,79%; o exército francês cresceu 138,56%, frente a um crescimento populacional de 6,38%; o exército austro-húngaro teve crescimento de 199,65%, em relação a um crescimento de 35,63% da população; a Alemanha viu seus efetivos militares aumentarem em espantosos 425,05%, enquanto o aumento populacional do país foi pouco maior que 50%<sup>59</sup>. Além disso, os gastos militares da Alemanha, Áustria-

<sup>56</sup> TUCHMAN, Bárbara W. *Os Canhões de Agosto*. Rio de Janeiro: Editorial Bruguera, 1962, p. 81.

<sup>57</sup> HOBSBAWM. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 427.

<sup>58</sup> HOBSBAWM. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 127.

<sup>59</sup> Dados extraídos de HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, 2005. Considerou-se apenas os efetivos em tempo de paz (gráfico na página 479).

Hungria, Grã-Bretanha, Rússia, Itália e França mais que triplicaram no mesmo período. Para a geração de europeus que chegou à idade adulta na chamada *belle époque*, a entrada para o exército se tornou uma espécie de rito de passagem entre a infância e a idade adulta<sup>60</sup>.

Para os governos e camadas dirigentes da maioria dos países europeus, as alterações estruturais mostravam-se cada vez mais profundas, com crescentes taxas de urbanização e alfabetização, franca expansão das atividades agrícolas e industriais, crescimentos ininterruptos das taxas vegetativas e a consequente expansão do mercado consumidor e aumento da renda média das classes trabalhadoras. A idéia do serviço militar obrigatório apresentava-se não apenas como um recurso para enfrentar os inimigos internos e externos, mas, sobretudo, “*como um modo de garantir a lealdade, ou mesmo o entusiasmo ativo, de cidadãos com simpatias inquietantes por movimentos de massas que solapavam a ordem política e social*”<sup>61</sup>. Mais especificamente, o serviço militar funcionaria como complemento para a formação de cidadãos iniciada na escola primária, sendo considerado o mais eficaz instrumento de inoculação de comportamentos cívicos apropriados à disposição do Estado, artifícios através dos quais se tornava possível transformar um camponês, tido como ignorante, num cidadão a serviço da nação. Especialmente, buscava-se introduzir no imaginário popular a idéia da uma unidade social coesa e antiga. Nas palavras de Hobsbawm:

A escola e o serviço militar ensinaram os italianos a compreender, se não a falar, a língua “nacional” oficial, e o exército fez do espaguete, anteriormente prato regional do sul empobrecido, uma instituição de toda a Itália. No que tange à população civil, o colorido espetáculo público da exibição militar foi multiplicado para seu divertimento, inspiração e identificação patriótica: paradas, cerimônias, bandeiras e música. O aspecto mais familiar dos exércitos, era provavelmente a onipresente banda militar, sem a qual era difícil imaginar os parques e os festejos públicos<sup>62</sup>.

Em outras palavras, o quartel e a escola eram, e ainda são, instituições que davam sustentação ideológica aos neófitos Estados-nação, inserindo-se no contexto definido por Eric Hobsbawm como o de invenção massiva de tradições<sup>63</sup>, isto é, época em que a sociedade burguesa procurava se autolegitimar através dos meios publicitários<sup>64</sup> e de

---

<sup>60</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, 2005, pp. 420-421.

<sup>61</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, 2005, p. 421.

<sup>62</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, 2005, p. 421.

<sup>63</sup> HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (org.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

<sup>64</sup> ADORNO, Theodor W. *A Indústria Cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

instituições públicas e privadas que elaboravam e reelaboravam mitos instituidores do imaginário nacional:

Se os Estados-nação são amplamente reconhecidos como “novos” e “históricos”, as nações às quais dão expressão política surgem sempre como expressão de um passado imemorial e, o que é mais importante, movem-se gradualmente e imperceptivelmente em direção a um futuro sem limites. A nação detém, de fato, um inequívoco sentido de continuidade e a melhor demonstração disso é sua estreita e persistente ligação com o encarregado de sustentá-la pelas armas<sup>65</sup>.

Alistar e fazer com que milhões de jovens permanecessem nas fileiras dos exércitos, de um a três anos, demandava muita organização e exigia do Estado uma energia ainda maior. Desde que se iniciou a configuração dos Estados europeus centralizados, na transição da Idade Média para a Era Moderna, colocou-se o problema da formação e manutenção de exércitos permanentes. No entanto, os estados absolutistas da era moderna não dispunham de uma estrutura administrativa e burocrática a altura desse desafio. O Estado burguês, por seu turno, contava a seu favor com meios materiais que lhe possibilitavam intervir mais diretamente na vida das pessoas comuns: as linhas telegráficas, as ferrovias, os navios a vapor, telefones, sem mencionar os censos. Consequentemente, na virada do século XIX, as instituições estatais gradualmente se fizeram sentir presentes na vida de milhões de pessoas e a própria caderneta de reservista, documento atestatório do cumprimento da obrigação cívica do serviço militar, funcionou como elemento auxiliar para que os governos lançassem as suas vistas sobre essa enorme gama de indivíduos, que em outros contextos passariam despercebidos. Como observou Hobsbawm:

Ao longo do século XIX, essas intervenções [estatais] se tornaram tão universais e rotinizadas nos Estados “modernos” que uma família teria que viver em um lugar muito inacessível se um de seus membros não quisesse entrar em contato regular com o Estado nacional e seus agentes: através do carteiro, do policial ou do guarda, e oportunamente do professor; através dos homens que trabalham nas estradas de ferro, quando estas eram públicas (...) Cada vez mais o Estado detinha informações sobre cada um dos indivíduos e cidadãos através do instrumento representado por seus censos periódicos regulares (que só se tornaram comuns depois da metade do século XIX) (...) um sistema de documentação e registro pessoal trouxe os habitantes para um contato ainda mais direto com a máquina de administração e dominação, especialmente se estes se deslocavam de um lugar para outro<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> DOMINGOS, Manuel. “O Militar e a Civilização”. Revista Tensões Mundiais, ano I, vol. 1, 2005, Fortaleza, Observatório das Nacionalidades, 2005, p. 7.

O Brasil dessa época, país com população predominantemente rural e analfabeta, industrialização incipiente e arcaica estrutura agrário-exportadora, alta concentração fundiária e considerável presença de trabalho escravo, estava longe de dispor de tais arcabouços de governança. Para uma majoritária parcela da população, o Estado nacional, se não era inexistente, não passava de uma ficção, a única autoridade para ser temida ou acatada era o grande senhor de terras local, o coronel. Nessas condições, não impressionaria a ninguém que nos rincões mais afastados a noção de pátria fosse inexistente. Era justamente contra tal estado de coisas que a mocidade militar das décadas finais do século XIX se engajava. Na visão desse grupo, era imperativa a necessidade de reformas profundas nesse quadro “desolador”. Segundo John Schulz:

Não é de surpreender que os jovens oficiais tenham se rebelado contra a ordem imperial. Nos anos cinquenta, a academia militar da capital continuou a ser uma ilha de instrução em uma sociedade constituída por uma maioria analfabeta. Os estudantes militares liam muito e tinham uma melhor noção dos acontecimentos internacionais do que a maioria dos seus compatriotas. Instruídos por engenheiros, os estudantes reconheciam a importância da indústria e de novos métodos de transporte como, por exemplo, as ferrovias<sup>67</sup>.

Em consequência desta formação, a jovem oficialidade passou a defender tarifas protecionistas, subsídios para a indústria, o estabelecimento de companhias de responsabilidade limitada e a garantia de juros para capitais investidos na construção de ferrovias. Desejavam também encorajar a imigração de europeus, a quem consideravam superiores aos trabalhadores brasileiros, principalmente os de origem africana. Perceberam, já no início da década de 1850, que a abolição proporcionaria bases importantes para a modernização, pois acreditavam que a escravidão obliterava a imigração e maculava a imagem do País no exterior:

Influenciados pelas idéias racistas da época, os oficiais acreditavam que a imigração iria melhorar o sangue do país, fornecendo ao mesmo tempo homens que trabalhariam com mais afinco do que os “preguiçosos” escravos. Até então o governo pouco fizera para estimular a imigração, com o agravante de que a maior parte das tentativas particulares fracassara, pois os europeus se recusavam a trabalhar ao lado de escravos. É preciso lembrar que os oficiais também defendiam a abolição e a imigração pois acreditavam que essas medidas, uma vez postas em prática, redundariam na

---

<sup>66</sup> HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 102.

<sup>67</sup> SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 31. Nesse particular, conviria conhecer a literatura a que tinha acesso a oficialidade brasileira naquela época. Um esboço de levantamento foi tentado por John Schulz e Frank McCann nas obras já citadas.



obrigatoriedade do serviço militar e um grande exército [de trabalhadores brancos voluntários] então nasceria [substituindo o pequeno exército compulsório de ex-escravos preguiçosos]<sup>68</sup>.

Além disso, cedo se deram conta de que a elite senhorial, cuja posição econômica era sustentada pela manutenção da escravidão, pelo regime agrário-exportador e pelo empreguismo, era o principal impedimento do “progresso” do Brasil<sup>69</sup>. Levando isso em consideração, concluíram que só seria possível “modernizar” o País, e conseqüentemente o Exército, de cima para baixo, ou seja, alterando profundamente as estruturas políticas e sociais do Brasil e impondo a “modernização” ao restante da população. Para esse grupo, o regime republicano – fosse uma República positivista ou liberal-burguesa – pareceu ser a solução mais atraente para alçar o Brasil ao nível das nações mais “adiantadas” da época.

Após a Guerra da Tríplice Aliança, o Império ainda tentou atender parte dos anseios profissionais das lideranças militares. Buscando aproximar a organização militar brasileira de suas congêneres européias, o poder Legislativo aprovou, em setembro de 1874, a Lei nº 2.556, que regulamentou, pela primeira vez no País, o serviço militar na modalidade obrigatória, e estipulou a abolição dos castigos corporais. Essa lei determinava que todos os anos deveriam se reunir, em cada paróquia de todas as províncias do Império, em todo o dia 1º de agosto, juntas para o alistamento militar<sup>70</sup>. Formadas pelo juiz de paz (presidente), pelo subdelegado e pelo pároco local, essas juntas organizariam o alistamento com base num sorteio que abarcaria o universo de todos os homens livres válidos do lugar, na faixa etária entre os 19 e os 30 anos.

Para espanto dos dirigentes brasileiros, que viam nessa lei um modelo de racionalidade, capaz de acabar com as injustiças sofridas pela população com o recrutamento forçado<sup>71</sup>, uma série de revoltas contra a novidade espalhou-se por várias províncias. Populares invadiam igrejas, rasgavam as listas contendo os nomes dos alistáveis, ameaçavam a integridade física dos membros das juntas, que em várias ocasiões deixavam de ser formadas por oposição ou inércia de seus membros. A hostilidade em relação à lei do alistamento militar foi tamanha, que levou as autoridades à conclusão de

---

<sup>68</sup> SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 47.

<sup>69</sup> SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 31.

<sup>70</sup> MENDES, Fábio. “A Lei da Cumbuca: a revolta contra o Sorteio Militar”. *Revista Estudos Históricos*, ano 24, 1999, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, p. 2.

<sup>71</sup> MENDES, Fábio. “A Lei da Cumbuca: a revolta contra o Sorteio Militar”. *Revista Estudos Históricos*, ano 24, 1999, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, p. 2.

que não valeria mais a pena tentar impô-la<sup>72</sup>. Tudo isso fez com que a nova lei se tornasse letra morta ainda na década de 1870.

Com o advento da República, o Exército passou por importantes transformações em suas estruturas administrativas e burocráticas, a ponto de se afirmar que o mesmo teria passado por uma refundação nas décadas iniciais do novo regime<sup>73</sup>. No entanto os dirigentes do novo regime ainda reservavam, à sua atuação, atribuições semelhantes às do regime anterior: manter e defender o regime republicano, auxiliar as forças públicas estaduais na manutenção da ordem interna, garantir a inviolabilidade das fronteiras nacionais e participar do processo de integração do País.

Na década de 1890, muitos oficiais foram reformados, inicialmente os identificados como monarquistas, posteriormente os opositores republicanos de Deodoro e Floriano. Ao mesmo tempo, oficiais ligados à conspiração contra o regime monárquico viveram uma considerável aceleração em suas carreiras. Os anos de 1889 e 1890 foram particularmente proveitosos para esse grupo<sup>74</sup>. A mobilidade na estrutura hierárquica da instituição foi considerável, promovendo-se uma verdadeira dança das cadeiras. Alguns oficiais como Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Deodoro, Hermes da Fonseca e Floriano Peixoto foram promovidos dois postos acima do original, ainda no ano de 1890. Sem falar que a nova lei versando sobre as reformas compulsórias, estabelecendo idades limites para o serviço ativo de acordo com os postos ocupados, abriu ainda mais o caminho para a ascensão dos oficiais mais jovens.

Além da renovação do quadro de oficiais do Exército, em 1889 o novo regime proporcionou a duplicação dos efetivos orçamentários da força, que desde 1870 variaram entre 13.000 e 20.000 homens<sup>75</sup>. Apesar do conflito com o Paraguai, da campanha abolicionista, da Questão Militar e das medidas no sentido da padronização da carreira terem contribuído para o reforço da coesão profissional, a década seguinte à instalação do novo regime foi particularmente traumática para o Exército. O faccionismo desestruturou e fragmentou as forças terrestres brasileiras.

---

<sup>72</sup> MENDES, Fábio. “A Lei da Cumbuca: a revolta contra o Sorteio Militar”. Revista Estudos Históricos, ano 24, 1999, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, p. 2.

<sup>73</sup> CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

<sup>74</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria*: história do Exército brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 44-63.

<sup>75</sup> O efetivo orçamentário era o número de oficiais e praças autorizados pelo governo. Isto não quer dizer que fossem cumpridos com exatidão; geralmente os efetivos reais ficavam muito abaixo dos efetivos orçamentários.

Na década de 1890, positivistas, republicanos, monarquistas, federalistas, centralistas, jacobinistas, florianistas e deodoristas se engalinharam ao longo do litoral, no Rio de Janeiro e nas campinas sulistas, na tentativa de impor os seus princípios de governo ao restante da nação. Parte significativa do Exército estava imersa nessas disputas. Além disso, a instabilidade política impedia a continuidade administrativa no Ministério da Guerra.

No governo provisório do generalíssimo Deodoro da Fonseca, de novembro de 1889 a fevereiro de 1891, foram quatro os ministros da guerra, incluindo o almirante Wandenkolk, que assumiu o Ministério da Guerra interina e cumulativamente ao da Marinha. De fevereiro de 1891 a 15 de novembro de 1894, período particularmente explosivo, em que Deodoro foi obrigado a renunciar à presidência da República e o seu vice, Floriano Peixoto, assumiu o cargo passando quase que imediatamente a enfrentar uma violenta guerra civil no centro-sul do País, mais quatro pessoas ocuparam a pasta da Guerra, totalizando oito ministros em apenas cinco anos<sup>76</sup>. No quadriênio do governo de Prudente de Moraes (1894-1898), a instabilidade nas fileiras do Exército persistiu, com cinco oficiais-generais ocupando o Ministério da Guerra. Ou seja, antes do décimo aniversário da República a pasta da Guerra teve treze titulares, perfazendo uma média de pouco mais de oito meses de exercício para cada um.

Nos corpos das tropas a situação não deveria ser muito diferente, pois a repressão aos revoltosos da Armada, no litoral, e aos federalistas, no sul do País<sup>77</sup>, exigia a mobilização de muitos recursos materiais e humanos e a formação, às pressas, de contingentes improvisados para dar-lhes combate: forças para-militares improvisadas, conhecidas como “Batalhões Patrióticos”. Esses corpos eram formados por voluntários, muitos sob a promessa de receberem alguma forma de compensação pecuniária ao final da guerra civil; em geral eram comandados por oficiais da primeira linha. Consoante a esse estado de coisas, muitos militares engajaram-se ao lado dos revoltosos, individualmente ou em grupo, muitas vezes sublevando corpos inteiros, fato que contribuiu enormemente para manter ainda mais desfalcados os efetivos das forças terrestres.

O conflito ocorrido em Canudos, na segunda metade da década de 1890, foi também duro com as fileiras do Exército. Estima-se que tenham perecido, em combate ou

---

<sup>76</sup> PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, pp. 11-48.

<sup>77</sup> Refiro-me à Revolta da Armada (1892) e à Revolução Federalista (1893-1895). Com a derrota da primeira no mesmo ano frente às forças legalistas, alguns elementos desta aliaram-se aos federalistas rio-grandenses no ano seguinte.

em razão das más condições sanitárias e de alimentação, aproximadamente 5 mil soldados<sup>78</sup>. Esse conflito evidenciou o estado calamitoso do Exército e o despreparo profissional dos oficiais que o comandavam. A propósito disso, vale ressaltar que um dos grandes ensinamentos deixados pelas guerras napoleônicas diz respeito ao problema do abastecimento de contingentes militares em combate. Ao contrário do que comumente se afirma, Bonaparte não foi derrotado pelo famigerado inverno russo, mas sim porque não constituiu linhas de abastecimento (víveres, armamentos e fardamento) adequadas ao seu grande exército<sup>79</sup>.

O “*General Logístico*” também fez muitas vítimas no sertão baiano em 1897. Até aquele momento o Exército não possuía um serviço regular de abastecimento (intendência), que em regra era delegado a firmas civis<sup>80</sup>. Este procedimento, além de onerar as já debilitadas finanças públicas, impedia uma veloz mobilização para as regiões conflituosas e, muitas vezes, emperrava o movimento dos comandantes, principalmente quando estes não pudessem contar com o artifício das requisições de guerra ou a pilhagem pura e simples, como foi o caso no semi-árido nordestino.

Convivendo com a insalubridade decorrente da falta de organização sanitária adequada a uma aglomeração de milhares de homens amontoados nas cercanias de Canudos, oficiais e praças sofreram e morreram juntos. O parco preparo profissional dos oficiais se mostrou antiquado e inadequado para as operações militares no sertão baiano, onde o sertanejo habituara-se a lutas de guerrilhas não convencionais<sup>81</sup>.

A rigor, o padrão do recrutamento vigente no Império foi mantido nos primeiros anos da República. Oficialmente, todo praça era considerado um voluntário, não importando a maneira como havia ingressado. Isto quer dizer que, apesar das disposições da Constituição de 1891 proibirem os castigos físicos e o recrutamento forçado, não ocorreram mudanças significativas nos padrões gerais do recrutamento dos praças que serviam o Exército. Policiais ainda limpavam as cidades dos “vadios” e “desordeiros” e os jogavam nos quartéis e navios do Exército e da Marinha<sup>82</sup>.

---

<sup>78</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 63.

<sup>79</sup> HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 128.

<sup>80</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 84.

<sup>81</sup> Segundo McCann havia 203 toques de corneta, especificados em regulamento, que controlavam vários movimentos em ordem unida durante o combate. Nada menos adequado perante um inimigo habituado a empregar sortidas rápidas e desaparecendo tão rápido quanto aparecia.

<sup>82</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 80.

O Exército vestia, alimentava, armava e treinava (sofrivelmente é verdade) indivíduos considerados pelas autoridades públicas como a escória da sociedade. Brigas, roubos e bebedeiras eram acontecimentos corriqueiros no cotidiano da caserna, fato que corroborava para a péssima imagem que os quartéis tinham entre a população, mantendo-se “*a geral repugna da população para a carreira das armas*”<sup>83</sup>. É possível imaginar as dificuldades para manter a tropa disciplinada nesse tipo de ambiente, sem mencionar os riscos, reais ou imaginários, que aqueles indivíduos representavam para a integridade física dos oficiais. Os castigos físicos, proibidos desde 1874, eram a sua resposta frente aos constantes atos de indisciplina dos seus subordinados<sup>84</sup>.

Em todo caso, era esse o material humano

à disposição do governo para reprimir aquele “ajuntamento de fanáticos” nos confins do Brasil. Muitos soldados abandonavam colegas e oficiais feridos frente ao inimigo. Alguns tentavam, ou conseguiam, assassinar seus superiores e outros passavam para o lado do inimigo. O diário de um soldado desconhecido atesta o estado calamitoso em que viviam os sitiados-sitiantes de Canudos:

5 de agosto	“Tenho sentido muita fome.”
6 de agosto	“Amanheci tão fraco que não tenho coragem para nada.”
7 de agosto	“Seguiram mais doentes para Monte Santo. Barros e Armeiros estão considerados desertores. [...] Morreu o cabo-de-esquadra Antonio Francisco.”
8 de agosto	“[...] Geraldo, Nicolau, Floriano e Bento, todos brejeiros, tiravam mais da etapa do que é de dever; roubavam. Geraldo me recusou uma colher de açúcar!”
9 de agosto	“Continua o bombardeio e também a fome. [...] Só se recebeu uma xícara de marmitta, redonda de farinha e sal; nada mais. Espera-se o comboio.”
11 de agosto	(Sonhei com comida.) “Acordei com saudade da família e delirando com fome. Que horror!”
12 de outubro	“A ração foi a mesma, ou pior. Retira-se o comboio com alguns doentes para Monte Santo.”
13 de agosto	“Continua o bombardeio. Nicolau fica com a maior quantidade de farinha das rações, assim como a carne. Rouba. [...]”
15 de agosto	“É impossível dizer a impaciência com que estamos. [...]”
17 de agosto	“Continua a fome de farinha, apesar das muitas cargas que chegaram. É uma lastima! É infâmia!” <sup>85</sup>

<sup>83</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 19.

<sup>84</sup> Interessante notar que no segundo dia do regime republicano, o governo havia, no seu terceiro decreto, extinto os castigos corporais também na Marinha, mas acabou voltando atrás cinco meses depois, pressionado pelos oficiais da mesma força. NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Entre o Convés e as Ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910)”. In: CASTRO Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, p. 320.

O saldo final foi catastrófico para a instituição. Quarenta por cento dos seus efetivos haviam sido mandados para a região do conflito e ainda assim precisou-se do reforço dos efetivos das forças públicas dos Estados da Bahia, Pará, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Sul<sup>86</sup>.

Contudo, o fim desse conflito representou o desfecho do período de consolidação do regime republicano, dando início aos esforços para a reconstrução do Exército. Antes mesmo do início das operações em Canudos haviam sido lançadas as bases para a alteração do perfil da instituição, ainda muito aparentada ao que fora no regime anterior. Uma das características da organização militar brasileira dos tempos da monarquia, que era fonte de descontentamento em parte da oficialidade, se referia à cadeia de comando que nela operava.

Com exceção do breve intervalo entre 1866 e 1870, quando a burocracia do Exército foi temporariamente centralizada em atenção ao esforço de guerra, o Exército era dividido em guarnições provinciais, cada qual chefiada por um comandante das armas subordinado aos presidentes de províncias, que supervisionavam a tropa sob seu comando. Esses presidentes, em geral eram civis com patentes militares honorárias, seguindo a tradição dos governadores-gerais de capitânicas do período colonial<sup>87</sup>. Portanto, as decisões do comando militar se sujeitavam ao juízo da principal autoridade civil nas províncias<sup>88</sup>.

As disputas políticas no período imperial eram tão ou mais violentas do que no regime posterior. Invariavelmente os militares eram enredados nesses conflitos, mesmo quando não envolvidos diretamente nas disputas político-partidárias, pois era comum que oficiais participassem das mesas apuradoras de votos em épocas eleitorais. Casos houve de assassinatos de oficiais que se negavam a entregar as urnas de votação aos jagunços dos poderosos locais.

---

<sup>85</sup> Moniz, *A Guerra Social de Canudos*, p. 219. Apud McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 93.

<sup>86</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 81.

<sup>87</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 32-33.

<sup>88</sup> No entanto, em algumas ocasiões, os presidentes de província poderiam ser eles também oficiais, ou mesmo um oficial poderia acumular os dois cargos. Porém, graças à chamada *política de erradicação* dos militares da vida política, encetada pelas elites civis desde o período regencial, sabe-se que a ocupação de altos cargos por parte de oficiais diminuiu ao longo do século XIX. SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 18. A expressão “erradicação” foi originalmente utilizada por Samuel Huntington para designar o papel atribuído às forças militares americanas no sistema político dos Estados Unidos durante o século XIX pelas suas elites dirigentes. Cf. HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca Exército Editora, 1996.

A própria politização do corpo de oficiais, divididos entre conservadores e liberais, contribuía para agravar ainda mais esse estado de coisas. Quando havia alternância entre um partido e outro, a regra era a desforra. Ou seja, membros do partido vencedor tratavam de afastar para bem longe seus desafetos do partido opositor, ou mesmo de facções do seu próprio partido que lhe fizessem oposição. Sobre isto, John Schulz apresenta um exemplo esclarecedor:

Um pedido (...) feito por um tenente liberal do Mato Grosso [ao ministro da Guerra, marquês do Herval]. Esse desafortunado oficial fora mandado para o interior pelos conservadores e, em seguida, perseguido pelo presidente provincial liberal, que, embora fosse do seu partido, pertencia a uma facção hostil. O oficial se queixava de estar separado da família há seis anos e ter sido acusado e preso injustamente pelos seus inimigos, sem qualquer processo legal. Além disso, seus oponentes o haviam mandado para o povoado de Príncipe, no Rio Guaporé, onde dois dos seus correligionários haviam morrido de febre. O tenente implorava à Sua Excelência que o transferisse para o Rio a fim de ser submetido a julgamento<sup>89</sup>.

No início do novo regime, estando com o poder civil nas mãos, os militares deram início a uma nova divisão territorial para o Exército, que passaria a levar em consideração condições de operacionalidade e a necessidade de constituir, em caráter permanente, grandes comandos militares, tentando, assim, diminuir a possibilidade de ingerência dos governantes regionais nos assuntos militares, pois os comandantes dos recém-criados distritos militares subordinavam-se diretamente ao Ministério da Guerra. Esperava-se, com isso, reproduzir na organização militar brasileira as características das suas congêneres europeias, que desde a metade do século anterior haviam assumido o princípio da organização divisionária. A *divisão* seria um organismo administrativo e ao mesmo tempo tático. Esses órgãos se responsabilizariam pelo abastecimento, adestramento e condução de manobras das tropas em tempo de guerra e paz.

No caso europeu, o princípio divisionário foi uma decorrência da sua experiência militar, que se caracterizou, desde o final da Idade Média, pelo constante aumento das forças terrestres a serviço do Estado. Com o tempo, as organizações militares, a princípio agrupadas de acordo com as conveniências momentâneas, começaram a ser reunidas indefinidamente sob o comando de um único chefe, formando-se assim brigadas e, posteriormente, divisões de exércitos, exércitos e até corpos de exércitos.

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, países como Alemanha, França, Rússia e Áustria-Hungria contavam com dezenas e até centenas de divisões. O crescimento dos

<sup>89</sup> Instituto Histórico, lata 245, doc. 10515 da Coleção Osório. Apud SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 84.

efetivos e, conseqüentemente, do número das suas divisões foi considerável. Um indício desse crescimento pode ser avaliado pelas mudanças de orientações estratégicas dos exércitos, como foi o caso alemão. Assim, o seu Estado-Maior, no início do século XX, ao procurar reviver a estratégia vitoriosa de invasão da França na guerra franco-prussiana, em que as forças do inimigo foram envolvidas dentro do seu próprio território, evitando-se assim um ataque frontal, chegou à conclusão de que seria impossível repetir tal façanha, pois não havia espaço suficiente para o descomunal exército alemão flanquear o exército francês sem pisar no solo neutro da Bélgica. Explicitamente, o que os alemães haviam conseguido em 1870, quando seus efetivos eram menores, não seria mais possível, pois tratava-se de mover um exército de milhões para flanquear outro exército de milhões. Diz-se que o Conde Alfred von Schlieffen, o empreendedor estrategista prussiano, teria afirmado que o flanqueamento do exército francês exigiria “*que o último homem do flanco direito roce a manga da farda no canal [da Mancha]*”<sup>90</sup>.

A partir do ponto de vista europeu, a experiência militar brasileira havia sido essencialmente não-convencional, haja vista que desde os tempos coloniais os chefes militares forjados nas guerras civis ou externas se haviam habituado à guerra em estilo de guerrilhas<sup>91</sup>. Não obstante, optou-se pela organização divisionária, sendo criados, na década de 1890, sete Distritos Militares<sup>92</sup>. Isto significa que muitos Estados ficaram agrupados em um único comando distrital, considerando que se tratava de um País dividido em 20 Estados, um Distrito Federal e, posteriormente, um Território Federal (do Acre).

Os comandantes deveriam ser “*oficiais gerais ou superiores do quadro efetivo do Exército, de maior patente ou antiguidade que a de qualquer oficial em efetivo servicos distritos*”<sup>93</sup>. Eram consideradas suas atribuições: zelar pela instrução e disciplina das tropas e administrar todos os estabelecimentos subordinados ou pertencentes ao Ministério da Guerra, existentes na área de abrangência dos respectivos distritos (comissões militares, fortalezas, armazéns, fábricas, escolas, arsenais, depósitos, hospitais, etc.). Embora estivessem imediatamente subordinados ao Ministério da Guerra, não podiam faltar com o seu compromisso constitucional de manter a ordem civil. Sendo assim, deveriam prestar

---

<sup>90</sup> TUCHMAN, Bárbara W. *Os Canhões de Agosto*. Rio de Janeiro: Editorial Bruguera, 1962, pp. 24-27.

<sup>91</sup> Uma grande exceção a essa regra foi a Guerra da Tríplice Aliança. É importante ressaltar que, ao contrário do que alguns memorialistas militares brasileiros afirmam, a tática de guerrilhas não foi uma inovação brasileira. Ao contrário, trata-se de uma tática conhecida desde a Antiguidade.

<sup>92</sup> Decreto nº 431, de 2 de junho de 1891. Apud PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 36.

<sup>93</sup> Decreto nº 431, de 2 de junho de 1891. Apud PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 37.



aos governadores ou presidentes dos Estados o auxílio por eles requisitado, “*para estabelecer a ordem e tranquilidade pública; do que darão imediato conhecimento àquela autoridade*”<sup>94</sup>.

As unidades subordinadas aos distritos militares, também organizações tático-administrativas, continuavam divididas nas três armas combatentes (infantaria, cavalaria e artilharia) e no serviço de engenharia. A unidade básica da infantaria era o batalhão, formado por três companhias, devendo possuir um efetivo de aproximadamente 425 homens<sup>95</sup>. A unidade básica da cavalaria era o regimento, formado por 4 esquadrões cada, com um efetivo de 405 homens. A artilharia era constituída por regimentos e batalhões, ambos divididos em grupos: os primeiros com um efetivo de 402 homens (3 grupos) e os últimos por 329 homens (2 grupos). Finalmente, a engenharia tinha no batalhão, dividido em três companhias, a sua unidade básica, com um efetivo regulamentar de 392 homens.

Embora essas reformas objetivassem acabar com o isolamento das unidades, foi mantida, nas três armas combatentes, a existência de frações de unidades avulsas – companhias, esquadrões e grupos. Havia companhias, esquadrões e grupos isolados espalhados por quase todos os Distritos. No entanto, havia certo desequilíbrio em termos de efetivos e distribuição das unidades. A distribuição das forças do Exército pelo território nacional havia permanecido praticamente a mesma do final do regime monárquico. Os Estados do Rio de Janeiro (incluindo o Distrito Federal) e Rio Grande do Sul concentravam cerca de 50% dos efetivos do Exército. São Paulo e Minas Gerais estavam praticamente desguarnecidos de forças federais e os Estados das atuais regiões norte e nordeste possuíam apenas guarnições da arma de infantaria, por serem menos onerosas. À exceção do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul, o único Estado a possuir uma guarnição importante era Mato Grosso.

Ainda na década de 1890, mais precisamente pela Lei nº 403, de 24 de outubro de 1896, foi instituído o Estado-Maior do Exército em substituição à Repartição do Ajudante-General do Exército. Entre as suas várias atribuições, ligadas à orientação técnico-profissional do Exército, as principais eram orientar a instrução da tropa, estudar e proporcionar os meios de sua mobilização e concentração, organização em tempo de guerra e paz, recrutamento, tática e estratégia, estudos sobre os exércitos estrangeiros e possíveis teatros de operações em guerras futuras, organização de planos de campanha,

<sup>94</sup> Relatório apresentado pelo Ministro Hermes da Fonseca em 1907. Apud PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 101.

<sup>95</sup> Posteriormente a infantaria passou a contar com regimentos, batalhões e companhias. Três companhias formavam um batalhão e três batalhões um regimento.

estudo dos meios de defesa do País, orientar os exercícios e manobras dos distritos, planejar os serviços de retaguarda, organizar um serviço cartográfico, realizar levantamentos estatísticos sobre variados aspectos dos corpos das tropas, encetar planos de viação, além de esclarecer dúvidas acerca da legislação militar que viessem a surgir nos corpos das tropas<sup>96</sup>.

Depois de quase uma década de agitação política, os militares voltaram aos quartéis e começavam a lançar novamente seus olhos para as questões profissionais. Muitos haviam se desiludido com a política. As elites civis, em particular paulistas, procuravam aliciar as lideranças militares para dar sustentação ao regime, procurando impor limites às suas intervenções políticas e premiando os que eram considerados leais. Mas havia ainda os que buscavam aliciar as bases da corporação para dar suporte aos seus intentos golpistas, sempre que viam suas ambições políticas malograrem pelas vias institucionais. Não se deve, porém, desconsiderar as ambições políticas dos próprios militares.

Com exceção da Revolta da Vacina (1904), a década de 1900 foi de estabilidade nos meios militares, o que permitiu certo adiantamento às reformas pretendidas desde meados do século anterior. Nessa década, a reativação das históricas rivalidades políticas com a Argentina, a iminente ameaça de perda da posse da floresta amazônica frente ao imperialismo europeu e norte-americano – a cobiçada produção do látex se encontrava no auge –, além da necessidade de dar garantias para a posse das regiões fronteiriças da República, realçaram as discussões relacionadas à segurança nacional. Urgia a necessidade de rearmar o País, sob pena de vê-lo humilhado ou, pior, desmembrado pela cobiça estrangeira<sup>97</sup>. Se o Exército havia demonstrado copiosa incompetência na repressão a alguns poucos milhares de “jagunços fanáticos”, o que dizer quando confrontado com um exército profissional?

A primeira década do século XX marcou o início de uma “minicorrída” armamentista na América Latina. Chile, Argentina, Peru e Uruguai compravam armamentos e buscaram assessoria técnica de missões militares alemãs e francesas.

No Brasil, as frustrações decorrentes do processo político na primeira década republicana haviam levado políticos e intelectuais civis a pensar as forças armadas, em

---

<sup>96</sup> Extraído de uma compilação da Lei nº 403, de 24 de outubro de 1896, que instituiu o Estado-Maior do Exército. In: PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 56.

<sup>97</sup> PINTO NETO, Osvaldo Ferreira. *República e Modernização: o debate sobre a implantação do serviço militar obrigatório (1889-1917)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 1997, p. 09.

particular o Exército, como instituições capazes de dar suporte às necessárias mudanças do panorama social do País. Começando a se interessar pelas questões militares, passaram a exigir que o Exército cumprisse o seu compromisso de “*promover e sustentar as instituições constitucionais*”<sup>98</sup>, e de oferecer as condições para a integração da nacional. Vendo no Exército uma instituição capaz de formar cidadãos, vislumbravam a possibilidade dos quartéis virem a se tornar, *ipso facto*, escolas, nas quais a população brasileira, em sua esmagadora maioria analfabeta, recebesse a educação formal, que os sucessivos governos oligárquicos deixavam de proporcionar. Noutros termos, entendiam que o Exército poderia ser um instrumento do Estado a serviço da integração do elemento de origem estrangeira, que a partir de meados do século anterior havia começado a afluir em grande número para o Brasil, infundindo, via serviço militar e da disciplina da caserna, a ética burguesa do trabalho na mentalidade do proletariado nacional<sup>99</sup>.

Apesar de não adotarem uma postura nitidamente contrária a essas idéias, uma vez que não viam com bons olhos a possibilidade de transformar os quartéis em escolas, os militares esperavam que o Exército aumentasse o seu nível de operacionalidade com a adoção da conscrição mediante sorteio. Foi neste ínterim que se reiniciaram as discussões, na imprensa e no Congresso Nacional, a respeito da implantação do serviço militar obrigatório. Por iniciativa de alguns jovens oficiais, em especial aqueles ligados a grupos que haviam servido arregimentados no exército alemão entre 1906 e 1912<sup>100</sup> e que passaram a ser conhecidos como *Jovens Turcos*, surgiram publicações militares que apregoavam, repetidamente, a necessidade de tal medida, entre as quais destacaram-se a “*Revista dos Militares*” e “*A Defesa Nacional*”<sup>101</sup>.

Por seu turno, entre 1898 e 1910, os três ministros consecutivos ao desastre de Canudos deram início à reestruturação da corporação. O marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet, ministro entre 1898 e 1902, preocupou-se, sobretudo, com a dispersão das unidades do Exército. De acordo com as suas concepções europeizadas de organização

---

<sup>98</sup> Com base no Título I do artigo 14 da Constituição de 1891.

<sup>99</sup> PINTO NETO, Osvaldo Ferreira. *República e Modernização: o debate sobre a implantação do serviço militar obrigatório (1889-1917)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 1997, p. 10.

<sup>100</sup> No último ano da administração do ministro Argolo (1906) foi enviada a primeira turma de oficiais (6 ao todo) para estagiar em regimentos do Exército alemão pelo período de dois anos. CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998, p.338. Posteriormente, entre 1907 e 1912, foram enviadas mais três turmas para estágio no Exército alemão. Alguns dos membros desses grupos, ao retornarem ao Brasil, iniciaram sistemática campanha em defesa do modelo de modernização militar que supunha a reorganização do Estado no sentido de uma maior centralização político-administrativa.

<sup>101</sup> CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998, p. 338.

militar, a característica dispersão das forças militares de terra impossibilitava a prática do comando pelos oficiais gerais tornando-se urgente, portanto, o agrupamento das unidades espalhadas pelos estados<sup>102</sup>. Vale ressaltar que a concentração das forças também traria vantagens financeiras para o governo uma vez que os gastos médicos, com transporte de militares de uma guarnição para outra e com a conservação dos próprios nacionais seriam reduzidos.

A experiência de combate em Canudos levou vários chefes a notar o peso negativo da falta de soldados afeitos ao manejo de armas. Se o abastecimento de víveres e munição às tropas era deficiente, a precipitação dos soldados em muitas ocasiões provocava imenso desperdício de munição. Assim, na opinião de Mallet, oficiais e praças deveriam ser levados a acampar e praticar o tiro<sup>103</sup>. Todavia, as dificuldades orçamentárias do governo naquele momento inviabilizaram a total realização das reformas almejadas pelo velho marechal. A adequação do Exército brasileiro às exigências que lhe eram impostas ficaria para as futuras administrações.

O sucessor de Mallet, marechal Francisco de Paula Argolo tinha em comum com o seu antecessor, além do posto e da empolgação pelo fortalecimento do Exército, o fato de ser filho de um herói da Guerra da Tríplice Aliança, o visconde de Itaparica. Sua administração, entre 1902 e 1906, coincidiu com duas importantes crises: a Revolta da Vacina (1904) e o acirramento da chamada Questão do Acre. Grande defensor da introdução do serviço militar obrigatório, acreditava que os oficiais, os futuros instrutores e líderes dos soldados que viessem ingressar anualmente nas fileiras, deveriam estar a altura dessa tarefa. Para tanto, procurou introduzir mudanças na formação dos oficiais, com o fito de diminuir o ranço bacharelesco que grassava nas fileiras desde o século anterior, dando início a uma reforma no ensino das escolas militares, cujo objetivo era reforçar a formação combatente da oficialidade. O ambiente pouco militarizado das escolas militares da Praia Vermelha e do Realengo, contra o qual o marechal Argolo voltou seus esforços, foi descrito de forma esclarecedora por José Murilo de Carvalho:

Depoimentos de ex-alunos e o conteúdo das revistas publicadas pelos alunos denunciam a predominância de um ambiente muito distante do que seria de esperar numa instituição destinada a preparar técnicos em fazer a guerra. Nenhuma das revistas se ocupava de assuntos militares. *A Fênix*, por exemplo, publicava artigos com os seguintes títulos: ‘A Poesia

---

<sup>102</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 106-107.

<sup>103</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 107-108.

Científica’, ‘A Positividade do Século’, ‘A Harmonia do Estilo’ etc. *Clube Acadêmico* não ficava para trás e discutia a ‘Evolução Cósmica’, a ‘Concepção de Leibniz’, etc. Nos clubes de debates, os alunos discutiam temas como ‘Será possível a paz Universal?’<sup>104</sup>.

Que tipo de oficial se poderia esperar que essa escola formasse? Em 1914 o general Tito Escobar deixou uma ligeira apreciação acerca daquela geração de militares:

Raros soldados de escol produziram as escolas militares e raríssimos exemplares deles nos legaram; sobrando-nos, entretanto, enraizados burocratas, literatos, publicistas e filósofos, engenheiros e arquitetos notáveis, políticos sôfregos e espertíssimos, eruditos professores de matemáticas, ciências físicas e naturais, bons amigos da santa paz universal, do desarmamento geral, inimigos da guerra, adversários dos exércitos permanentes<sup>105</sup>.

Determinar a eficácia da sua ação é tarefa praticamente impossível no momento<sup>106</sup>. Um indício de mudança no comportamento da mocidade militar pode ser auferido a partir do surgimento dos Jovens Turcos. Formados na sua grande maioria após o fim da administração Argolo, esse grupo de oficiais optou pelo serviço arregimentado nos corpos das tropas após a formatura, abrindo mão do prestigiado serviço em gabinete, perseguindo, nas décadas seguintes, as metas de modernização do Exército.

O quadriênio seguinte, quase todo sob administração do marechal Hermes da Fonseca, teve maior êxito que os seus predecessores. Filho do marechal Hermes Ernesto da Fonseca e sobrinho do generalíssimo Deodoro da Fonseca, sua carreira era considerada exemplar, destacando-se sempre como um oficial legalista. As suas passagens pelo comando da Escola Preparatória do Realengo<sup>107</sup>, durante o governo de Rodrigues Alves, e pelo 4º Distrito Militar foram particularmente benéficas ao seu prestígio militar e político.

Quando no comando da Escola Preparatória do Realengo, não deixou dúvidas quanto à sua lealdade ao regime, ao impedir a concretização de um levante naquela escola. No comando do 4º Distrito Militar, empenhou-se na realização das chamadas “manobras anuais” do distrito militar da Capital Federal, o que lhe rendeu a projeção de uma imagem de militar profissional e brioso. O destino natural dessa progressão seria o Ministério da Guerra, pasta que viria a ocupar entre 1906 e 1909.

---

<sup>104</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 25.

<sup>105</sup> ESCOBAR, General Tito, citado pelo coronel Francisco de Paula Cidade, “O Exército em 1889”, p. 251. Apud CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 25.

<sup>106</sup> As memórias de militares da época poderiam ajudar o pesquisador interessado nesse assunto.

<sup>107</sup> Tratava-se de um curso de três anos ministrado aos candidatos ao ingresso na Escola Militar da Praia Vermelha.

Como ministro da Guerra, Hermes da Fonseca encontrou o Exército ainda convalescente da campanha de Canudos. Permaneciam as deficiências estruturais como a escassez de material, os claros nos corpos das tropas, fossem de oficiais ou praças, e a inexistência de reservas mobilizáveis<sup>108</sup>. Desde o governo Campos Salles, o Estado vinha adotando uma política econômica austera por exigência dos seus credores internacionais. Os recursos disponíveis eram carreados para manterem altos os níveis de preço do café, produto responsável por mais de 60% das exportações brasileiras<sup>109</sup>. Portanto, essas dificuldades orçamentárias tolhiam qualquer iniciativa mais ousada do Ministério da Guerra. Apesar de todas essas dificuldades, essa administração conseguiu o apoio do governo e de parte da opinião pública para implementar algumas medidas, que se não atendiam completamente às demandas da corporação, remediavam algumas de suas principais deficiências.

Apesar da fama de homem de poucas luzes, adquirida quando ocupou a presidência da República no quadriênio 1910-1914<sup>110</sup>, o marechal Hermes era tido, nos meios militares, como conhecedor da organização e treinamento dos principais exércitos europeus<sup>111</sup>. Além disso, sua passagem por comissões no Estado-Maior do Exército, na mesma época em que Mallet ocupava a pasta da Guerra, deu-lhe condições de realizar estudos acerca das condições estruturais da força que veio a administrar posteriormente.

Nos relatórios administrativos apresentados anualmente, Hermes da Fonseca não usava eufemismos para demonstrar o descompasso da organização militar brasileira frente aos grandes exércitos europeus contemporâneos. Também não faltavam alusões ao poder militar argentino, tradicional adversário do Brasil no contexto latino-americano, cujo Exército, treinado à época por uma missão militar alemã, adotou, a partir de 1906, o serviço militar obrigatório. Avaliando a atuação dos generais comandantes em combate, não perdoou seus colegas ao afirmar que “*na contingência de conflito armado, as grandes unidades se têm improvisado sob o comando de generais sem o tirocínio necessário, porque não tiveram oportunidade de se exercitarem*”<sup>112</sup>. Quanto às unidades, permaneciam

---

<sup>108</sup> PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 100.

<sup>109</sup> Cf. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed Nacional, 2005.

<sup>110</sup> FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. *Diálogo com Cordeiro de Farias*. Entrevista a Aspácia Camargo e Walder de Góes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 65.

<sup>111</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 138-139.

<sup>112</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Hermes da Fonseca, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, pp. 30-31.

isoladas como nos tempos do Império e a organização dos grandes comandos era uma realidade apenas no papel:

Não havendo outras unidades constituídas que batalhões e regimentos, o Exército está efetivamente sem comando, porque aos distritos, já absorvidos pela administração, faltam os órgãos essenciais ao exercício daquela função, e mais ainda, a própria unidade a comandar<sup>113</sup>.

Hermes da Fonseca também apontou o desequilíbrio existente entre os efetivos e unidades dos diferentes distritos militares:

Antes de obviar esse inconveniente, o governo não hesitou em organizá-las [as unidades isoladas] nos 4º [São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal], 5º [Paraná e Santa Catarina] e 6º [Rio Grande do Sul] distritos militares, onde havia grande número de corpos, com grandes unidades táticas de ordem mais elevada que o batalhão e o regimento (...) A subordinação imediata dos corpos do exército aos comandos dos distritos militares, tanto no 1º [Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí], onde existem apenas três corpos, como no 6º, onde eles são 26, não consultando os preceitos universalmente adotados no agrupamento de forças combatentes, apesar de satisfazerem às exigências de uma administração rudimentar<sup>114</sup>

No Estado-Maior, que ele havia ajudado a organizar poucos anos antes, também constatou grandes discrepâncias entre a realidade e as atividades que este órgão deveria desenvolver:

(...) o próprio Estado-Maior tem uma feição burocrática que não condiz com o seu elevado papel na paz como na guerra. É necessário tirar-lhe parte dos serviços que lhe são afetos e distribuí-los à Secretaria da Guerra, para que ele cuide exclusivamente do preparo das tropas, do estudo da defesa do País e campanhas futuras<sup>115</sup>.

Desconsiderando-se as preocupações em relação ao armamento e municionamento, de resto muito importantes para uma força militar que se queria forte<sup>116</sup>, o grande desafio da administração Hermes da Fonseca estava em efetivar a existência das grandes unidades

---

<sup>113</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Hermes da Fonseca, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, pp. 30-31.

<sup>114</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Hermes da Fonseca, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, pp. 30-31.

<sup>115</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Hermes da Fonseca, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, pp. 30-31.

<sup>116</sup> Naquela época, o Exército dependia dos fabricantes estrangeiros para abastecer seus arsenais de revólveres, pistolas, fuzis e canhões.

tático-administrativas, proporcionar adequada formação ao oficialato e garantir fluxos contínuos de recrutas para o Exército.

No tocante à primeira meta, o ministro estabeleceu uma nova divisão territorial para o Exército, a partir da qual os antigos distritos militares, sete ao todo, deram lugar a treze regiões militares. O princípio dessas grandes unidades continuava o mesmo: eram formalmente consideradas divisões de exército e, conseqüentemente, deveriam ser inspecionadas preferencialmente por oficiais-generais.

Na opinião do ministro, cada Estado deveria possuir campos de instrução de recrutas e os quartéis deveriam se adaptar às novas necessidades decorrentes da introdução da conscrição universal masculina. As escolas militares deveriam ser centros de formação de instrutores militares, função que, a rigor, seria a razão da existência dos oficiais subalternos em serviço arregimentado. De acordo com a concepção hegemônica nos meios militares contemporâneos, os exércitos dividir-se-iam em dois tipos de efetivos: o *permanente* e o *variável*. Este último seria formado pelos recrutas que anualmente ingressavam nas fileiras e depois de certo período retornariam à vida civil. Os primeiros seriam formados majoritariamente pelos oficiais de carreira e praças engajados, que se encarregariam de instruir as reservas durante o ano de serviço militar<sup>117</sup>.

Embora muitas propostas de reformas sugeridas nessa década nunca tenham saído do papel, ou tenham sido implementadas apenas parcialmente<sup>118</sup>, entre 1906 e 1908 uma série de decretos e leis, aprovados pelo presidente da República e pelo Congresso Nacional, respaldaram e formalizaram as iniciativas do ministro da Guerra. A Lei 1.860, de 4 de janeiro de 1908, conhecida como Lei do Sorteio Militar, foi a mais importante entre todas, pois efetivou, no plano legal, uma medida perseguida por gerações de oficiais, embora já houvesse o precedente da Lei de 1874.

Uma das principais características das organizações militares milicianas era a improvisação dos meios militares por ocasião dos conflitos. No entanto, a vitória prussiana, em 1870-1871, colocou em evidência os pensadores militares que a haviam

---

<sup>117</sup> Contudo, na Europa o serviço militar na condição de oficial poderia ser também temporário. O aumento sem precedentes dos efetivos acarretou a necessidade de constituir reservas para os cargos de liderança. Buscavam, sobretudo na juventude universitária, os seus quadros de oficiais da reserva. Muitos intelectuais e líderes políticos passaram pelas fileiras dos exércitos europeus antes ou depois de concluírem seus cursos universitários.

<sup>118</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 150-151.



alicerçado, entre eles Clausewitz, Scharnhorst e Moltke, que deram especial importância à preparação do exército em tempo de paz<sup>119</sup>.

A função de um organismo como o Estado-Maior era a de eliminar, tanto quanto possível, a improvisação, a qual poderia dar margem ao erro, e o erro, à derrota. Aqueles pensadores militares defendiam a pré-existência de uma *doutrina de guerra*, a ser elaborada por um ativo Estado-Maior em tempo de paz, que devia estar calcada em constantes estudos sobre as estruturas do próprio exército e a(s) do(s) futuro(s) inimigo(s), dos meios de circulação e de locomoção, e das fontes de abastecimento, entre outros aspectos de futuras campanhas militares. O Estado-Maior seria o cérebro de um Exército, devendo agir sempre no sentido de tentar prever possíveis adversidades, dando-lhe respostas rápidas e precisas por ocasião dos conflitos.

Partia-se do princípio de que o Exército era a nação em armas, só podendo ser melhorado se os soldados também o fossem. Daí a necessidade urgente do serviço militar. Acreditava-se que, nas guerras modernas, as nações deveriam empenhar todas as forças de que pudessem dispor, sob pena de perecerem caso perdessem. Nesse sentido, a *nação* era pensada como um organismo homogêneo, um indivíduo, que, na defesa dos seus interesses, da sua honra e da sua existência deveria agregar todos os elementos disponíveis para se tornar forte.

Apesar de todos esses esforços e argumentos, a Lei do Sorteio Militar de 1908 teve, inicialmente, o mesmo destino da sua precursora de 1874. Para todos os efeitos, o Exército continuava na dependência do voluntariado, do soldado profissional. Nem mesmo o fato do próprio marechal Hermes ter ocupado a presidência da República permitiu o efetivo cumprimento da lei. Noutros termos, o Exército continuou a ser o que tradicionalmente fora: destino dos indesejáveis, permanecendo o expediente do recrutamento a laço.

A luta da oficialidade pelo serviço militar obrigatório se explica por vários motivos, alguns mais, outros menos nobres. Como já foi mencionado, esse modelo de conscrição permitiria a formação de reservas mobilizáveis em tempo de guerra. Além disso, ao livrar o Exército do soldado profissional, permitiria que o governo economizasse os recursos empregados na sua remuneração.

Muitos indivíduos eram recolhidos diretamente das prisões para os quartéis. Outrossim, o Exército servia de abrigo àqueles indivíduos que não encontravam ocupação no meio civil. Em 1913, 24 anos após o final do Império, o então primeiro-tenente Leitão

---

<sup>119</sup> SCHNEIDER, Fernand. *História das Doutrinas Militares*. Lisboa: Livraria Bertrand, S. A. R. L., 1975, p. 59.

de Carvalho publicava, através de *A Defesa Nacional*, os resultados do voluntariado no corpo onde servia. De acordo com suas palavras, as principais fontes de recrutamento eram: a) “os nordestino afugentados pelas secas”; b) “os desocupados das grandes cidades que procuravam o serviço militar como emprego”; c) “os criminosos mandados pela polícia” e d) “os inaptos para o trabalho”<sup>120</sup>. O fato é que a resistência popular, passiva ou ativa<sup>121</sup>, e a desconfiança, por parte dos dirigentes civis, com o potencial fortalecimento do Exército inviabilizaram temporariamente a aplicação da lei.

A primeira metade da década de 1910 foi politicamente explosiva. No dia seguinte ao início do mandato do marechal Hemes da Fonseca teve início levante de marinheiros no Rio de Janeiro, conhecido como Revolta da Armada, e nos anos seguintes alguns oficiais do Exército passaram a intervir sistematicamente no jogo político de alguns Estados. Era o chamado *salvacionismo*. Esse ambiente conturbado muitas vezes impediu ou atrasou a implementação das esperadas reformas durante o governo de Hermes e, conseqüentemente, a modernização do Exército teve que esperar mais alguns anos.

Somente os desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, e a inevitável constatação da fragilidade militar do Brasil frente aos países beligerantes, foram argumentos fortes o bastante para convencer parte da população da necessidade de fortalecer o Exército através do serviço militar obrigatório<sup>122</sup>. A aplicação dessa lei só começou a se efetivar a partir de 1916, após a famosa campanha nacional pelo serviço militar obrigatório, levada a cabo pela Liga de Defesa Nacional com o apoio efetivo do poeta Olavo Bilac, que esteve em várias capitais do centro-sul do País defendendo essa idéia. Campanha que contaria com a simpatia e apoio dos Jovens Turcos, de alguns

---

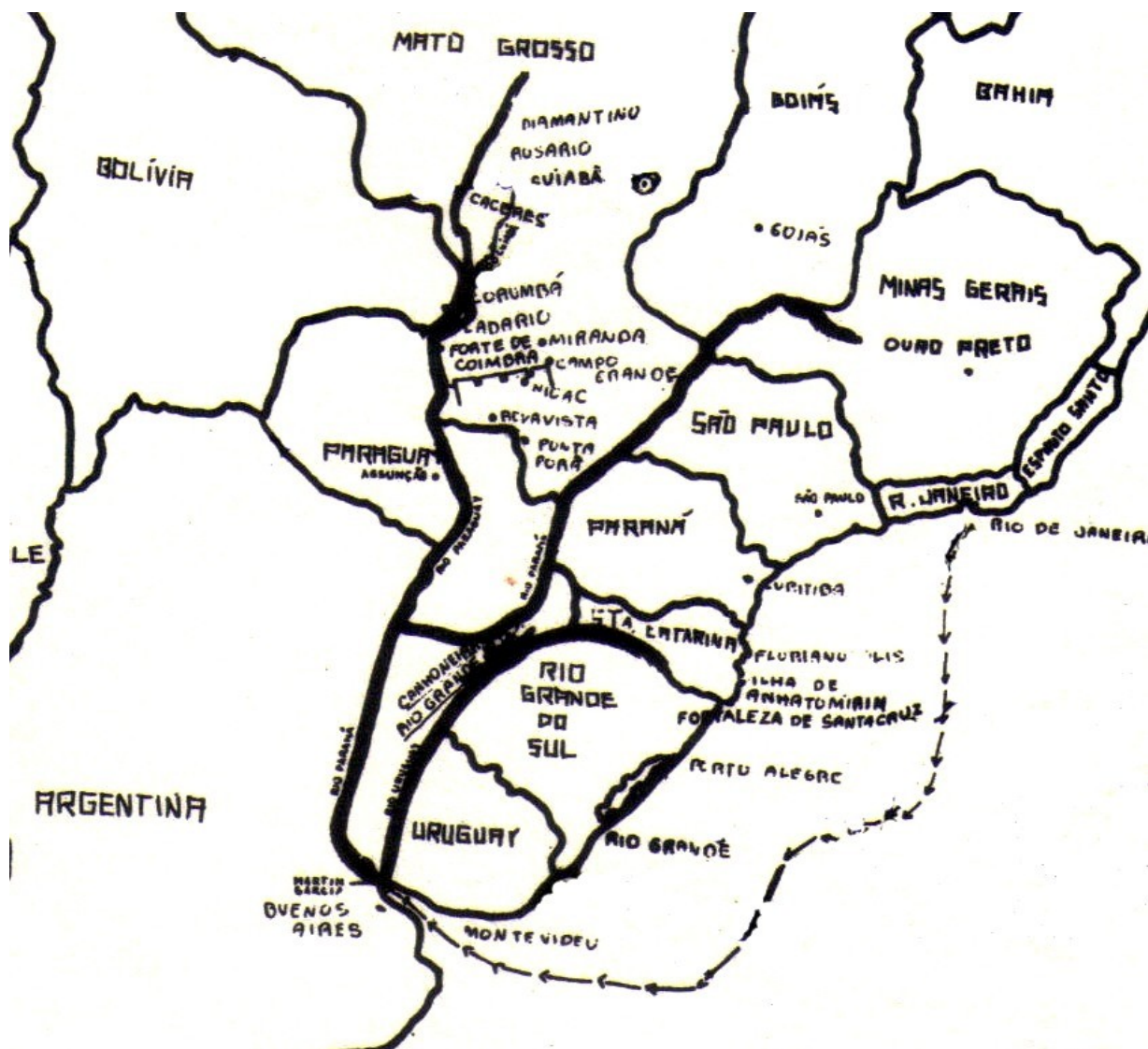
<sup>120</sup> CARVALHO, Estevão Leitão. “O Voluntariado no Exército”. *A Defesa Nacional*, I, 2 (nov. 1913), pp. 40-43. Apud CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 20. Exorcizar o estigma que recaía sobre os praças do Exército significaria, para os oficiais, uma elevação do seu próprio prestígio social.

<sup>121</sup> A resistência passiva se materializava na omissão pura e simples, no não comparecimento aos quartéis quando convocado pelas juntas de alistamento. Afinal, num País onde a população era majoritariamente rural, valia o ditado: “se Deus é grande, o mato é maior ainda”. No tocante à resistência ativa, sabe-se que a população mineira tradicionalmente foi refratária ao serviço das armas. McCann registra um incidente nesse Estado: “Em 1908, por ocasião da primeira tentativa de alistamento, houve manifestações violentas. Em Sacramento, duzentas mulheres atacaram o prédio onde eram feitos os registros e destruíram os documentos. Cenas semelhantes aconteceram em outras partes do estado”. O autor ainda informa que “em 1912, apenas dez dos 178 municípios de Minas Gerais já tinham as juntas [de sorteio]”. McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 165.

<sup>122</sup> Os anarquistas e alguns intelectuais e políticos como Rui Barbosa e Alberto Torres permaneceram intransigentemente contrários à aplicação dessa lei. Cf. PINTO NETO, Osvaldo Ferreira. *República e Modernização: o debate sobre a implantação do serviço militar obrigatório (1889-1917)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 1997, pp. 150-156.

dirigentes do próprio Exército, entre eles o próprio ministro da Guerra, e de industriais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

No próximo Capítulo acompanharemos os desdobramentos e as especificidades da presença militar no antigo Mato Grosso nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX.



Acesso fluvial ao antigo Mato Grosso. Fonte: LEAL, Joaquim Ponce. *Os homens e as Armas*. Rio de Janeiro: Cátedra-INL-MEC, 1980, p. 93.

## II – EM DEFESA DA FRONTEIRA OCIDENTAL: O EXÉRCITO NO ANTIGO MATO GROSSO

*Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.*

Karl Marx

No espaço cronológico delimitado pelo final da Guerra da Tríplice Aliança e pela conclusão das obras de instalação da ferrovia Noroeste do Brasil<sup>123</sup> ocorreram intensas transformações na estrutura socioeconômica do Estado de Mato Grosso. Ao mesmo tempo, nessas quatro décadas, a burocracia militar do País inflou, o que indica um aumento das potencialidades de controle da sociedade pelo Estado e da sua presença em espaços geográficos nos quais sua ação era inexistente ou, ao menos, tênue, como era o caso mato-grossense. Mas, obviamente, esse aumento do poder estatal não foi suficiente para atender às necessidades impostas aos próprios grupos dirigentes brasileiros com relação à região em questão.

Embora as elites dirigentes brasileiras elaborassem planos de engrandecimento para o País e pudessem mesmo sonhar com a sua predominância no cenário sul-americano, quiçá mais longe, elas conviviam, do ponto de vista estrutural, com poucos meios para colocá-los em prática. A este respeito, houve quem afirmasse que o Estado brasileiro, apesar de possuir uma cabeça grande e bem desenvolvida, ou seja, uma elite pensante sofisticada e militante no sentido de seu engrandecimento político, possuía, por outro lado, um corpo raquítico, incapaz, portanto, de implementar com eficácia as determinações emanadas da sua própria cabeça<sup>124</sup>. As dificuldades estruturais enfrentadas pelos comandantes militares terrestres em Mato Grosso dizem respeito ao estado de coisas simbolizado por aquela figura de linguagem, uma vez que, embora desenvolvessem planos de grande vulto, os dirigentes brasileiros viam seus projetos interditados pelas condições de colocá-los em prática.

No período citado, os militares desenvolveram, no longo prazo, o que chamam de “espírito de corpo”, ou seja, coesão corporativa. Mas, paradoxalmente, essa foi uma época

---

<sup>123</sup> Doravante NOB.

<sup>124</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 152.

de fortes dissensões internas na instituição, que levou os militares a opções políticas radicais. Nesse sentido, o presente capítulo procura indicar como os dirigentes militares e civis, num ambiente político turbulento, pensavam estrategicamente a região mato-grossense, e como acreditavam que deveria agir o Exército no sentido de manter a coesão nacional e a ordem social, a despeito das imensas deficiências dos organismos governamentais em Mato Grosso.

Nesse sentido, as condições estruturais do País, e mais especificamente da região mato-grossense, levavam os grupos dirigentes do mesmo a buscar metas mais limitadas, uma vez que a manutenção do patrimônio territorial herdado dos portugueses no século XIX se apresentava como necessidade das mais urgentes e imediatas. Ao mesmo tempo era evidente que os interesses econômicos de potências estrangeiras na região, como a Inglaterra, a França, os Estados Unidos, entre outras, e as competições geopolíticas que opunham Brasil e Argentina pela hegemonia na América do Sul eram fatores complicadores da posição do Estado nacional brasileiro, constituindo-se, inclusive, em potencial ameaça à sua própria integridade territorial. Por essa razão se afirma que, frente a essa complexa realidade política, aquelas lideranças optaram por tentar manter o que já possuíam. Em outras palavras, ganhou força a idéia de um “*projeto nacional mínimo*”, que se traduzia na “*defesa da soberania do território e o resguardo da honra e da dignidade nacionais*”. Na perspectiva das relações internacionais, que no Brasil da virada do século XIX para o seguinte era orientada pela onipresente e onisciente figura do Barão do Rio Branco, isto também significava que as lideranças do País não aceitaram se submeter ao protetorado de qualquer potência estrangeira, fosse européia ou norte-americana. Com efeito, “*salvaguardar e ampliar o controle sobre o território*” se apresentavam como necessidades vitais para o Estado nacional brasileiro<sup>125</sup>.

Do ponto de vista estritamente militar, Mato Grosso constituía um verdadeiro tampão no que se refere às chamadas forças desagregadoras internas, como também no que toca às disputas territoriais e diplomáticas com os vizinhos sul-americanos da região do Prata, a saber: Argentina, Paraguai e Bolívia. Na visão do geógrafo Demétrio Magnoli, a simples existência de Mato Grosso garantia a integridade territorial do País, sobretudo em sua região central, constituída pelas províncias de Minas Gerais, São Paulo e Goiás; além de manter afastada dessa mesma região a República Argentina<sup>126</sup>.

---

<sup>125</sup> QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma Ferrovia entre Dois Mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. São Paulo: EDUSC; Campo Grande: UFMS, 2004, p. 113.

<sup>126</sup> MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1910)*. São Paulo: Editora Unesp/Moderna, 1997, p. 140.

O final do conflito supracitado possibilitou a resolução das pendências diplomáticas e territoriais com os dois Estados vizinhos ao território mato-grossense (Bolívia e Paraguai, respectivamente em 1867 e 1872). Ao mesmo tempo o Estado brasileiro, estruturalmente frágil e passando por crise financeira decorrente do esforço de guerra, se viu às voltas com recorrentes dificuldades orçamentárias para fazer frente aos desafios impostos pelas injunções estratégicas dos seus espaços fronteiriços.

Além disso, Mato Grosso vivia, apesar da abertura do Rio Paraguai à franca e irrestrita navegação internacional após 1870, um estado de relativo isolamento, pois a utilização daquele percurso fluvial, considerado o menos demorado, ainda demandava algumas semanas em seu trajeto para quem partia do litoral, onde se situava o centro administrativo do País. Isso sem mencionar os riscos representados pelo fato de o referido percurso fluvial passar necessariamente por dois países potencialmente hostis ao Brasil, como era o caso da Argentina e do Paraguai.

Com efeito, a solução militar para o caso mato-grossense seria manter na região força com efetivos e poder de fogo o bastante para dar o primeiro combate ao inimigo invasor e retê-lo por tempo suficiente para que forças militares de maior vulto fossem organizadas nas áreas litorâneas e interviessem posteriormente no conflito.

Como se pode notar, a idéia básica era, em um eventual conflito, tentar não repetir os erros de condução estratégica verificados nas vésperas guerra contra o Paraguai, quando as forças militares brasileiras foram surpreendidas em Mato Grosso e a invasão paraguaia foi pouco mais que um passeio, dada a relativa tranquilidade com que aquelas tropas ocuparam militarmente o sul da então província. Esse pensamento estratégico parece ter norteado a conduta dos dirigentes militares e civis brasileiros em todo o período considerado (1870-1914).

A presença militar institucionalizada nos territórios correspondentes aos atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e em parte de Rondônia remonta a meados do século XVIII, com a criação da capitania de Mato Grosso, que veio a atender as exigências defensivas das regiões mineradoras e aos projetos expansionistas do reino português na região do rio Paraguai, em prejuízo do reino espanhol, seu antagonista histórico da Península Ibérica.

Embora, inicialmente, não houvesse noções precisas a respeito do território a ser ocupado e defendido encetaram-se, a partir de então, esforços dos súditos da Coroa

portuguesa para consolidar o rio dos payaguás<sup>127</sup> como linha de fronteira “natural” entre os dois reinos no coração do continente americano:

Vale notar que (...) a utilização da via platina aparece interligada à proposição de uma outra forma de encarar o problema dos limites (ainda então indefinidos, como se sabe) entre os domínios portugueses e espanhóis. Nessa concepção, os limites seriam dados pelos rios Paraná/Paraguai, desde o estuário do Prata até bem ao norte, isto é, a foz do rio Jauru – devendo portanto os espanhóis cederem aos vizinhos não apenas a Colônia do Sacramento como todas as terras e povoações situadas a oriente dos referidos rios. Em contrapartida, os portugueses cederiam aos espanhóis o domínio não apenas de toda a margem direita do rio Paraguai como o da margem esquerda do Amazonas<sup>128</sup>.

Sob as ordens dos administradores militares, que passaram a ocupar o posto de governador-geral da capitania de Mato Grosso, os colonos luso-brasileiros ali radicados construíram, entre 1748 e 1800, o Real Forte Príncipe da Beira (concluído em 1783), o Forte de Nossa Senhora do Carmo de Coimbra (concluído em 1775), o Fortim de Miranda (concluído em 1797), e em 1778 a povoação de Albuquerque (posteriormente Corumbá)<sup>129</sup>. Normalmente, essas edificações militares se faziam acompanhar do assentamento de povoados que, em tese, lhes dariam suporte logístico através da formação de lavouras e a produção de artesanato. Não foi por acaso que muitas fortificações erigidas Brasil afora deram origem a várias cidades.

Note-se que todos aqueles empreendimentos eram localizados às margens do complexo fluvial Paraná-Paraguai ou de seus afluentes. Sem falar na fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, nas franjas da floresta amazônica, no vale do rio Guaporé. Vale lembrar que o Forte de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi (concluído em 1767), construído por ordem de Dom Luís Antônio de Souza (conhecido como Morgado de Mateus), então governador-geral da capitania de São Paulo, foi destruído pelos espanhóis ainda no século XVIII.

Desde os inícios da utilização do chamado caminho das *Monções* evidenciaram-se as dificuldades de comunicação daquela região considerada erma, fosse com o centro metropolitano fosse com o ainda incipiente centro administrativo estabelecido no Rio de Janeiro, ou mesmo São Paulo. De fato, uma viagem de ida e volta de São Paulo a Mato

<sup>127</sup> Ao que tudo indica o nome Paraguai seria uma corruptela do idioma espanhol para a expressão *Payagua y*, em que “y” significaria “rio”. COSTA, Maria de Fátima. *História de um País Inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Livraria Kosmos Editora, 1999, p. 48.

<sup>128</sup> QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. “Articulações Econômicas e Vias de Comunicação do Antigo Sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)” [no prelo], p. 17.

<sup>129</sup> QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. “Articulações Econômicas e Vias de Comunicação do Antigo Sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)” [no prelo], pp. 03-04.



Grosso no século XVIII, utilizando vias em parte fluviais em parte terrestres, poderia levar mais de oito meses. Mesmo no século XIX, quando se deu a “*abertura do rio Paraguai à navegação brasileira, a qual permitiria a comunicação da província de Mato Grosso com o Atlântico pela via do estuário do Prata*”<sup>130</sup>, os contatos com a longínqua província continuaram intermitentes e relativamente onerosos.

Ainda no período colonial se delineariam dois outros concorrentes do caminho das *Monções*: o caminho terrestre ligando a região de Cuiabá às minas de Goiás “e daí com Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro”; e outro fluvial que ligava Vila Bela, através dos rios da Bacia Amazônica, ao porto de Belém<sup>131</sup>. Na primeira metade do século XIX foi também aberta, por iniciativa do governo provincial de Mato Grosso, a chamada *estrada do Piquiri* ligando Cuiabá ao que veio a ser a localidade de Santana do Paranaíba e daí com as províncias de São Paulo e Minas Gerais<sup>132</sup>.

Não obstante esses consideráveis obstáculos, Portugal fez valer a sua vontade frente à Espanha. Pelos tratados de limites assinados nas décadas finais do século XVIII e nas iniciais do século seguinte as duas coroas ibéricas reconheciam, grosso modo, o rio Paraguai como linha divisória entre as duas possessões americanas, embora não definitivamente, como evidencia a continuidade dos conflitos entre os ocupantes das duas margens do rio.

Com a eclosão do processo independentista na América do Sul, ainda no início do século XIX, surgiram Estado-nações que herdaram, por assim dizer, os respectivos patrimônios territoriais legados por suas antigas metrópoles. No tocante ao território correspondente à antiga capitania de Mato Grosso, agora limitado com os neófitos Bolívia e Paraguai, apesar de mantidas em linhas gerais a noção do estuário do Paraguai como fronteira na sua porção mais a sudoeste, emergiram conflitos que haviam permanecido latentes na região desde os tempos coloniais. Como se sabe, a única faixa de fronteira formalmente reconhecida por Portugal e Espanha ao final da fase colonial referia-se ao traçado do rio Guaporé<sup>133</sup>.

---

<sup>130</sup> QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. “Articulações Econômicas e Vias de Comunicação do Antigo Sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)” [no prelo], p. 16.

<sup>131</sup> QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. “Articulações Econômicas e Vias de Comunicação do Antigo Sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)” [no prelo], pp. 03-04.

<sup>132</sup> Cf. QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. “Articulações Econômicas e Vias de Comunicação do Antigo Sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)” [no prelo], p. 12.

<sup>133</sup> MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora Unesp/Moderna, 1997, p. 303. Essa fronteira corresponde, atualmente, aos limites internacionais dos estados de Mato Grosso e Rondônia com a República da Bolívia.

Embora tenha sido o primeiro país a reconhecer a independência política do Paraguai, o Brasil manteve relações diplomáticas consideravelmente tensas com o seu vizinho<sup>134</sup>. Essa hostilidade recíproca se devia, em grande parte, aos desacordos quanto à delimitação da fronteira entre os dois países na região entre os rios Branco e Apa, que só seria resolvida após conflito militar entre os dois países.

As dificuldades de ligação entre o Rio de Janeiro (então sede do poder monárquico) e Mato Grosso persistiram no século XIX. Ao Império interessava o estabelecimento da livre navegação através dos rios da bacia platina, para garantir a utilização do que era até então a rota menos demorada e onerosa entre aqueles dois extremos. Mato Grosso, nesse contexto, constituía um baluarte do Estado brasileiro, com sua posse garantindo a integridade territorial do Império nas suas partes central e meridional<sup>135</sup>. Perder o território mato-grossense para um vizinho, ou então vê-lo seccionado poderia significar o fim do próprio Império (e, conseqüentemente, do Brasil como nação). Além disso, o início do povoamento do sul da província por elementos provenientes majoritariamente de Minas Gerais nas décadas de 1820, 1830 e 1840 deu respaldo às argumentações da diplomacia brasileira em favor do princípio do *uti possidetis* nas negociações quanto à definição dos limites entre os dois países.

Os acessos a Mato Grosso, via antigo caminho das monções, ou mesmo via Goiás, se mostraram onerosos, demorados e limitados frente às necessidades estratégicas do novo País. A necessidade de remeter materiais pesados, como artefatos de artilharia, pedras de granito para a construção de fortalezas, entre outros, destinados à edificação, manutenção e defesa das fortalezas ao longo dos rios Paraguai, Paraná e Guaporé convenceram os dirigentes luso-brasileiros a optar por rotas que utilizassem rios de maior envergadura e profundidade do que os monçoeiros. Assim, por exemplo, na construção do Príncipe da Beira utilizaram-se os rios amazônicos para o transporte dos materiais necessários.

Outrossim, no período monárquico autônomo, a presença militar brasileira na região mato-grossense se materializou com o envio de contingentes militares e armamentos além da formação ocasional de colônias militares. Além do que, a transformação da

---

<sup>134</sup> Sabe-se que o Brasil tinha interesse em impedir a reunificação política do antigo Vice-Reino do Rio da Prata. Essa política de promoção da *balcanização* dos seus vizinhos platinos se intensificou, sobretudo após a secessão da chamada província Cisplatina – que veio a se tornar a República da Banda Oriental, posteriormente Uruguai. Portanto, a legitimação das autoridades constituídas daquele País pelo Brasil tinha íntima relação com uma sistemática política de enfraquecimento da província portuária de Buenos Aires, que naquela altura buscava liderar a reunificação da antiga capitania. Para informações a respeito do tema MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora Unesp/Moderna, 1997. Em especial o Capítulo IV.

<sup>135</sup> MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora Unesp/Moderna, 1997, p. 133.

capitania em província deu ensejo à formação do Comando da Armas da Província de Mato Grosso, posto frequentemente ocupado pela maior patente militar daquela divisão administrativa, sempre subordinada ao seu presidente.

No entanto, a facilidade com que os paraguaios invadiram o sul da província no início da Guerra da Tríplice Aliança, em 1864-1865, evidenciou a fraca presença do Estado brasileiro na região e o dismantelo e despreparo das forças militares ali aquarteladas. A rigor, o território mato-grossense encontrava-se desguarnecido.

Entre dezembro de 1864 e abril de 1868, o sul do território mato-grossense<sup>136</sup>, área de litígio entre os beligerantes, esteve sob jugo paraguaio, não encontrando maiores ameaças, sobretudo após o malogro da primeira retomada de Corumbá e da derrota da expedição militar comandada pelo coronel Camisão, que redundou na retirada tornada épica através da obra do Visconde de Taunay<sup>137</sup>. A porção meridional da província só foi completamente liberada após o colapso das forças paraguaias em seu próprio território, o que demonstrou o papel meramente figurativo das forças militares terrestres e navais estacionadas em território mato-grossense.

Segundo Francisco Doratioto, os 875 soldados que guarneciam a província, apesar de bem armados, encontravam-se espalhados por cinco distritos militares, fato que impossibilitou a pronta concentração de forças na região de conflito, dadas as dificuldades de comunicação e as grandes distâncias que separavam as guarnições<sup>138</sup>. Todavia, a boa provisão de armamentos e munições não foi suficiente para garantir as defesas da província, uma vez que os oficiais comandantes das guarnições de fronteira, mesmo quando ocupavam posições defensivas vantajosas, debandaram quando defrontados com o inimigo, deixando a população civil à própria sorte, embora se deva fazer justiça à guarnição da colônia militar de Dourados que, numa operação suicida, pois era defendida por apenas dezoito soldados, tentou resistir ao avanço de alguns milhares de paraguaios até o limite da sua completa eliminação física<sup>139</sup>.

Além disso, os corpos da Guarda Nacional, cujos efetivos, ainda de acordo com Francisco Doratioto, não ultrapassavam uma unidade de milhar em toda a província, deram

---

<sup>136</sup> Não apontarei de forma precisa a região que passou pela ocupação das forças paraguaias. O que importa saber é que durante a maior parte do tempo em que durou o conflito (1864-1870) as localidades de Corumbá, Miranda, Nioaque e Coxim estiveram sob jugo inimigo.

<sup>137</sup> TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *A Retirada da Laguna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Ambos os eventos se deram em 1867.

<sup>138</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 101. Recebiam constantes remessas de armamentos. Francisco Doratioto afirma que o que não lhes faltava era pólvora, a despeito das alegações em contrário.

<sup>139</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 104.

indeláveis mostras de covardia e ineficiência, a ponto de assegurar ao comandante das forças paraguaias em operação no sul de Mato Grosso de que não lutariam<sup>140</sup>. Tudo indica que a única resistência digna de nota encontrada pelas forças paraguaias, que contavam inicialmente com aproximadamente 7.700 homens, foi a da natureza, que impossibilitou o prosseguimento do seu avanço até Cuiabá, como havia sido originalmente determinado.

A partir de então, Mato Grosso, isolado, passou a viver à própria sorte, sendo posteriormente evacuado por iniciativa das próprias forças inimigas. No final das contas, o armamento acumulado no decorrer dos anos, nos arsenais mato-grossenses, acabou servindo às forças paraguaias durante a guerra<sup>141</sup>. Contudo, o quadro de desorganização e despreparo militar era uma característica geral do Exército, acentuando-se consideravelmente nas regiões onde o acesso e a presença do Estado eram mais incipientes. Conforme Francisco Doratioto:

Envolvido por uma guerra inesperada, o Império do Brasil foi surpreendido com o Exército despreparado a ponto de, *seis meses depois da iniciada a luta*, não ter conseguido tomar a ofensiva. Mato Grosso era a província mais isolada e indefesa do Brasil e tornou-se alvo fácil para a invasão paraguaia (...) o governo imperial mobilizou os modestos efetivos do Exército espalhados pelo país, insuficientes para travar uma guerra<sup>142</sup>.

Segundo alguns analistas, a Guerra da Tríplice Aliança, além de ter levado à devastação do sul, contribuiu para manter a estagnação econômica do norte da província<sup>143</sup>. Entretanto, ela também foi um divisor de águas na história da ocupação territorial sulina pelo elemento não-indígena. Isto se deu em parte porque o governo imperial, numa tentativa de corrigir a sua omissão anterior, passou a subsidiar iniciativas de povoamento e aproveitamento econômico da região.

Portanto, sobretudo o sul passou a receber um crescente fluxo humano e de capitais através de diferentes formas de ocupação do seu território. Ainda no início da década de 1870 um grupo de migrantes mineiros dava início informal ao povoado que, posteriormente, se tornou a cidade de Campo Grande<sup>144</sup>. Entre o final dos anos 1870 e inícios da década seguinte, Thomaz Larangeira, iniciou a exploração dos ervais localizados

---

<sup>140</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 100.

<sup>141</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 106.

<sup>142</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 106.

<sup>143</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 33.

<sup>144</sup> GARDIN, Cleonice. *Campo Grande: entre o sagrado e o profano*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

na fronteira com aquele país. Povoados que haviam desaparecido no decorrer do conflito ressurgiram. Além disso, fundaram-se outros, que posteriormente foram alçados à condição de municípios. Pode-se dizer que a maioria desses empreendimentos beneficiava-se direta ou indiretamente da definitiva e irrestrita abertura do rio Paraguai à navegação internacional após o final das hostilidades. Por outro lado:

(...) o processo de recuperação e reorganização da região mato-grossense coincidiu com a desarticulação dos mecanismos de controle do governo que, especialmente na faixa fronteiriça, era representado por algumas guarnições militares. Distantes umas das outras, todavia, era quase impossível a essas guarnições controlar a região<sup>145</sup>.

Portanto, a sensível diminuição da capacidade de intervenção dos instrumentos coercitivos estatais comprometeu ainda mais as possibilidades do Estado imperial exercer o monopólio da violência legítima.

Ao mesmo tempo, muitos registros apontam o aumento da presença de elementos de origem paraguaia do lado brasileiro da fronteira após o final do conflito, sobretudo nos relatórios anuais apresentados pelos presidentes da província mato-grossense ao poder Legislativo. Consoante a isso, alguns dos indivíduos que se viram forçados a abandonar aquela região durante a invasão, com o encerramento das hostilidades, procuraram voltar aos seus locais de origem e reaver o patrimônio que possuíam originalmente. Consequentemente, as disputas pela posse da terra parecem estar no pano de fundo desses movimentos populacionais contrapostos. Esses fluxos e refluxos migratórios provavelmente injetaram ainda mais combustível nas “explosões de violência” que costumeiramente ocorriam na região<sup>146</sup>.

Não obstante, após um lento processo de acomodação a presença militar foi reforçada na região, ainda que esse reforço se mostrasse insuficiente e intermitente. Sabe-se que, mesmo após o encerramento do conflito, uma divisão do Exército brasileiro permaneceu no Paraguai até 1876<sup>147</sup>. Além disso, corpos do Exército estacionados em Mato Grosso eram eventualmente acionados para reforçar aquela tropa de ocupação,

---

<sup>145</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 34. Provavelmente o vazio do poder na região se estabeleceu após a retirada das forças paraguaias entre 1868 e 1869.

<sup>146</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 37. É o que este autor classifica como “*institucionalização da violência costumeira*” (grifo do autor).

<sup>147</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. “A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-1876)”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, p. 210.

constituindo-se, nesse sentido, num instrumento de pressão exercido sobre a política interna daquele País<sup>148</sup>. Nos *Relatórios dos Presidentes da Província de Mato Grosso* apresentados à Assembleia Legislativa Provincial entre 1871 e 1876 constam registros de que os corpos estacionados em Cuiabá, São Luís de Cáceres, Nioaque e, sobretudo, Corumbá eram ocasionalmente deslocados, através de via fluvial, até Assunção. Consoante a isso, a manutenção da ordem somava-se ao conjunto das atribuições dos corpos do Exército na província, já que as suas forças policiais eram insuficientes para tal. Além disso, entre o final do conflito e a derrocada do regime monárquico os efetivos de praças da força policial da província jamais ultrapassaram trezentos homens.

No decorrer da década de 1870, aquela grande unidade foi desmobilizada e boa parte dos seus efetivos foram repartidos entre as guarnições militares de Mato Grosso:

As tropas brasileiras retiradas do Paraguai, num total de 1.894 homens, foram aquarteladas em posições estratégicas, próximas da região do rio da Prata, sendo a maioria no Mato Grosso. Para esta província foram enviados os 2º e 3º regimentos de Artilharia e o 8º Batalhão de Infantaria (sic); para o Rio Grande do Sul seguiu o 2º Batalhão de Cavalaria Ligeira, enquanto o 17º Batalhão de Infantaria foi aquartelado em Santa Catarina<sup>149</sup>.

De fato, entre 1871 e 1888 os efetivos do Exército na província provavelmente giraram entre 1290 e 2481 homens. Apesar de continuar sendo um efetivo reduzido, aumentou consideravelmente em comparação com os anos imediatamente anteriores ao conflito. O Quadro abaixo mostra a evolução dos efetivos do Exército em Mato Grosso nos anos finais do Império:

---

<sup>148</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. “A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-1876)”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, pp. 227-228.

<sup>149</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. “A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-1876)”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, p. 233. Na verdade, as duas unidades de artilharia aquarteladas em Mato Grosso no início da década de 1870 recebiam a denominação de 3º Regimento de Artilharia a Cavalos e 2º Batalhão de Artilharia a Pé. No entanto, as referências ao primeiro desaparecem dos registros provinciais logo no início da década de 1880, o que indica que aquele corpo ou foi transferido para guarnição de outra província ou foi dissolvido. Naquela época o efetivo orçamentário de um regimento de artilharia era de 583 praças e o de um batalhão de artilharia de 327.

Quadro I – Evolução dos efetivos do Exército em Mato Grosso (1871-1887)		
Período Administrativo	Efetivos Gerais	Observações
1871	1915	Apenas praças
1872	2013	Praças e oficiais
1873	2118	Apenas praças
1874	1416	Apenas praças
1875	1776	Indeterminado
1876	1760	Indeterminado
1877	2481	Indeterminado
1878	2018	Indeterminado
1879	1922	Praças e oficiais
1882	1290	Indeterminado
1883	1317	Apenas praças
1884	1595	Apenas praças
1886	1598	Indeterminado
1887	1661	Praças e oficiais
1888	1237	Apenas praças

Fonte: *Relatórios dos Presidentes da Província de Mato Grosso*, no período de 1871 a 1888.

Os gastos militares no período também foram proporcionalmente altos quando comparados aos gastos efetuados por outros ministérios na região:

Quadro II – Proporção das despesas administrativas efetuadas na província de Mato Grosso entre 1871 e 1887 (discriminadas por ministério)								
Exercício	Império	Justiça	Estrangeiros	<b>Marinha</b>	<b>Guerra</b>	Fazenda	Agricultura	%
1872-1873	2,28	1,46		<b>17,76</b>	<b>66,61</b>	11,33	0,28	100
1873-1874	1,27	1,76		<b>18,84</b>	<b>44,48</b>	6,13	0,30	100
1874-1875	2,53	3,11		<b>23,51</b>	<b>58,97</b>	8,53	1,59	100
1875-1876	1,43	3,72	1,97	<b>23,31</b>	<b>48,53</b>	6,09	1,12	100
1877-1878	1,34	4,88	3,12	<b>15,74</b>	<b>63,42</b>	8,80	0,38	100
1878-1879	1,47	5,27	0,04	<b>15,84</b>	<b>63,00</b>	11,71	0,37	100
1879-1880	1,41	5,60		<b>21,39</b>	<b>56,92</b>	10,50	0,74	100
1880-1881	2,90	5,44		<b>20,40</b>	<b>53,21</b>	11,05	0,74	100
1884-1885	1,71	4,91		<b>0,11</b>	<b>50,21</b>	11,56	2,56	100
1885-1886	2,32	6,21		<b>0,41</b>	<b>65,61</b>	17,22	2,44	100

1886-1887	1,44	4,56		<b>0,19</b>	<b>40,53</b>	1,75	6,16	100
Fonte: <i>Relatórios dos Presidentes da Província de Mato Grosso</i> no período de 1872 a 1887 <sup>150</sup> .								

Embora não haja condições de encetar comparações com os gastos militares das outras províncias na mesma época, a proporção consideravelmente alta desses gastos em Mato Grosso demonstra a importância estratégica atribuída à região e o caráter marcadamente militar de sua administração. Considerando-se as despesas efetuadas pelos dois ministérios militares na província no período, percebe-se que estiveram entre 40,72% (1886-1887) e 84,37% (1872-1873).

A proporção excessivamente alta das despesas bélicas na década de 1870 – entre 84,37% (1872-1873) e 63,32% (1873-1874) – reflete, muito provavelmente, os esforços dos dirigentes provinciais no sentido de reparar e reconstruir os próprios nacionais danificados ou destruídos em razão da invasão paraguaia<sup>151</sup>. Em 1872, por exemplo, o governo central liberou 50:000\$000 para “*obras militares em Mato Grosso*”, valor superior aos gastos do Ministério do Império, o da Justiça e o da Agricultura no exercício de 1872-1873. A evolução dos gastos militares na província indica uma tendência geral à diminuição, refletindo o que vinha ocorrendo no contexto geral do próprio Império. Não obstante, em contraste com a situação geral, as despesas militares em Mato Grosso foram predominantes até o final do regime monárquico.

A evolução das despesas do governo imperial com o Ministério da Guerra, em termos proporcionais aos gastos gerais com os demais ministérios, pode ser observada através dos números apresentados no Quadro seguinte:

Quadro III – Proporção das despesas do Ministério da Guerra em comparação com os gastos totais do governo (1870-1887)	
Exercício	Proporção (%)
1870-1871	15,2
1871-1872	19,8

<sup>150</sup> As despesas do Ministério de Estrangeiros não foram registradas para os exercícios de 1872-1873, 1873-1874, 1879-1880, 1880-1881, 1884-1885, 1885-1886 e 1886-1887. As despesas do mesmo Ministério no exercício de 1874-1875 ficaram abaixo de 0,01% do total daquele período. Foram, por essa razão, desconsideradas. Essas informações foram extraídas dos relatórios que os presidentes da província apresentavam anualmente ao poder Legislativo. Infelizmente não tive acesso a todos e entre os que pude analisar, nem todos possuíam esse tipo de informação. Além disso, as informações relativas ao exercício de 1877-1878 são contraditórias, já que encontrei duas versões para as mesmas despesas. Optei pelo registro menos antigo.

<sup>151</sup> Cf. *MENSAGEM dirigida a Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Tenente-Coronel Dr. Francisco José Cardoso Júnior, em 04 de outubro de 1872*. Rio de Janeiro: Tipografia do Apostolado, 1873, p. 45. Próprios nacionais são as propriedades pertencentes ao governo.



1872-1873	15,9
1873-1874	15,6
1874-1875	15,6
1875-1876	15,6
1876-1877	13,1
1877-1878	10,5
1878-1879	8,0
1879-1880	9,5
1880-1881	9,8
1881-1882	11
1882-1883	9,7
1883-1884	10
1884-1885	9,6
1885-1886	9,9
1886-1887	9,9

Fonte: COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000, pp. 63-67.

Deve-se levar em consideração o fato de que o Estado imperial convivia, sobretudo devido aos consideráveis gastos efetuados com a Guerra da Tríplice Aliança, com crônica escassez de recursos financeiros. Nesse sentido, as autoridades civis e militares da província recorrentemente reclamavam da falta de condições estruturais para a concretização dos projetos defensivos naquela extremidade da nação. Em mensagem dirigida à Assembleia Legislativa em agosto de 1874, o Presidente da província destacou: *“Pode-se dizer, sem medo de errar, que não existem quartéis propriamente ditos em nenhum ponto desta província, essencialmente militar. A casa que na Capital, convencionalmente chama-se quartel, não merece semelhante denominação”*<sup>152</sup>.

Além da inexistência de suporte estrutural para as unidades do Exército, persistiam as dificuldades em manter os efetivos regulamentares dos corpos aquartelados em Mato Grosso. De acordo com a *Mensagem* referida acima, os 1915 homens a serviço da primeira linha em Mato Grosso no ano de 1871

(...) absolutamente não chegam para a guarnição das fronteiras, prisões, quartéis, destacamentos, diligências e outros serviços igualmente importantes, tanto assim que na cidade de Mato Grosso acham-se ainda aquarteladas algumas praças da Guarda Nacional que, coadjuvadas pelas de linha vindas de Vila Maria, policiam e guarnecem aquela povoação tão central (...) 1915 soldados não é força para manter a ordem, segurança e propriedade numa província cujo território excede ao de muitos Estados da Europa<sup>153</sup>.

<sup>152</sup> MENSAGEM dirigida a Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Tenente-Coronel Dr. Francisco José Cardoso Júnior, em 20 de agosto de 1871. Cuiabá: Tipografia de Souza Neves & Companhia, 1871, p. 16.

Não obstante, deve-se alertar para o fato de que o Exército brasileiro como um todo convivia com dificuldades orçamentárias, estruturais e de efetivos desde a sua fundação, pois, como foi discutido no Capítulo 1 desta dissertação, a tradição liberal e civilista do Império havia levado os seus grupos dirigentes a uma conduta excessivamente parcimoniosa em relação aos gastos militares. Os liberais do século XIX preferiam o modelo de organização militar miliciano, que, além de menos dispendioso, era convenientemente descartável em época de paz. Além do que, a existência de uma força militar numerosa à disposição do poder executivo era uma ameaça a ser evitada por esses mesmos grupos. Nesse sentido, a solução liberal para o problema militar brasileiro foi a criação da Guarda Nacional, em 1832<sup>154</sup>. Sem falar que as intervenções políticas da tropa durante o primeiro reinado e nos anos iniciais da regência provocaram temores e desconfianças em relação às forças de linha, fazendo com que, neste último período, parte do Exército fosse licenciada<sup>155</sup>. No Quadro abaixo se pode observar a evolução dos efetivos do Exército durante o Império:

Quadro IV – Evolução dos efetivos do Exército (1830-1889)	
Ano	Efetivos
1830	30.000
1931	14.342
1841	20.925
1848	16.000
1855	20.000
1863	16.000
1865	35.689
1871	19.000
1880	15.000
1889	13.000

Fonte: COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 55.

O Exército sempre esteve em segundo plano nas preocupações dos dirigentes do Império. Portanto, levando em consideração o fato de que os orçamentos invariavelmente deficitários da província acarretavam em uma relação de dependência econômica da

<sup>153</sup> MENSAGEM dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Tenente-Coronel Dr. Francisco José Cardoso Júnior, em 20 de agosto de 1871. Cuiabá: Tipografia de Souza Neves & Companhia, 1871, p. 20.

<sup>154</sup> Essa força, apesar de considerada de segunda linha (Exército e Marinha constituíam a primeira), sintomaticamente era subordinada a um ministério civil, o da Justiça. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 127.

<sup>155</sup> Cf. COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 56.

mesma para com a Corte, é possível inferir que Mato Grosso devia a sua existência, em grande parte, a fatores estratégicos e militares.

A história política da província de Mato Grosso indica forte presença e prestígio dos militares desde o seu início. Sobre isto basta verificar que, apesar da sistemática *erradicação* da presença militar dos cargos dirigentes na política brasileira, efetuada pela elite imperial desde o período regencial<sup>156</sup>, o cargo de presidente da província mato-grossense entre 1870 e 1889 foi ocupado majoritariamente por oficiais do Exército.

Para efeito de comparação, vale notar que enquanto no nível nacional a participação de oficiais do Exército na Câmara dos Deputados, Senado e mesmo na composição dos ministérios, inclusive nos ministérios militares, diminuiu<sup>157</sup>, em Mato Grosso, dos 23 homens que ocuparam o cargo de presidente da província entre 1870 e 1889, pelo menos 13 eram oficiais do Exército ou Marinha<sup>158</sup>, embora se deva também considerar que a presença de militares no principal posto do poder executivo mato-grossense não era uma escolha livre da população, pois esta era uma prerrogativa do poder central, através dos gabinetes ministeriais. A queda da participação dos militares no sistema político nacional pode ser aferida, inclusive, através da observação da diminuição do número de militares que estiveram a frente do Ministério da Guerra no último período político do Império, como é possível concluir a partir da observação do Quadro V:

Quadro V – Ministros da Guerra (1821-1889)			
	I Império (1821-1831)	Regências (1831-1840)	II Império (1840-1889)
Civis	1	4	37
Militares	11	13	26
Total	12	17	63

Fonte: COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 69.

De fato, ao longo do século XIX os militares atuaram praticamente sozinhos em atividades que materializavam a presença do Estado na região. Entre estas atividades, destacam-se a construção de obras públicas, “pacificação” ou extermínio dos grupos

<sup>156</sup> SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 18.

<sup>157</sup> Entre 1871 e 1889 apenas 6,06% dos homens que ocuparam ministérios eram militares, enquanto em 1886 apenas 1,6% dos congressistas eram profissionais das armas. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, pp. 54-55.

<sup>158</sup> Informação extraída do “Quadro dos Presidentes e Vice-Presidentes da Província de Mato Grosso”. In: CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969, pp. 718-719.

indígenas mais recalcitrantes à presença não-indígena na região, mapeamento e levantamentos topográficos, delimitação das fronteiras internacionais e nacionais, excursões exploratórias em regiões desconhecidas e ocupação territorial através da formação de colônias militares.

Além disso, apesar de insuficiente segundo as autoridades, os efetivos militares sempre constituíram uma parcela considerável da população mato-grossense. Em 1889, a província possuía a terceira maior guarnição militar do País, ficando atrás somente do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Por outro lado, em comparação com as demais províncias, a proporção de militares em relação à população geral era a maior. Ainda na década de 1920, apesar da importante diminuição dos efetivos na região, Mato Grosso manteve-se como sede de uma das maiores guarnições militares do País, com a proporção de soldados em relação à população civil mantendo-se alta, não obstante a sua queda para a segunda colocação em comparação com os demais estados:

Quadro VI – Distribuição de contingentes do Exército e da população em 1888 e 1920 (%)						
Província/Estado	1888			1920		
	Contingente	População	Soldados p/ mil hab.	Contingente	População	Soldados p/ mil hab.
SP	3,29	9,66	0,28	8,56	14,99	0,80
MG	0,96	22,21	0,03	8,82	19,22	0,64
SUB-TOTAL	4,25	31,87	0,11	17,38	34,21	0,72
BA	5,26	13,39	0,32	3,60	10,89	0,46
PE	5,54	7,18	0,63	1,64	7,03	0,33
RJ	_____	6,11	_____	5,22	5,09	1,44
SUB-TOTAL	10,80	26,68	0,43	10,46	23,01	0,64
Corte/DF	15,65	3,64	1,31	26,18	3,78	9,70
RS	31,13	6,26	4,08	21,68	7,12	4,26
SUB-TOTAL	46,78	9,90	2,39	47,86	10,90	6,15
<b>MT</b>	<b>10,80</b>	<b>0,64</b>	<b>13,67</b>	<b>2,60</b>	<b>0,81</b>	<b>4,52</b>
Outros	27,37	30,91	0,73	21,70	31,07	0,98
TOTAL	100,00	100,00	0,82	100,00	100,00	1,40
	N=11748	N=14333915		N=42.920	N=30635605	

Fontes: Para 1888, *Relatório do Exército de 1888*, Censo de 1890; para 1920, Censo desse ano. Extraído de CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p.

A despeito da diminuição relativa dos contingentes das forças militares terrestres no Estado a partir da proclamação da República, pode-se afirmar que a presença do governo central foi reforçada na região através de outras medidas. Após o conturbado período em que o novo regime foi consolidado, na década de 1890, o Governo Federal passou a intervir direta e indiretamente no sentido de aumentar sua presença na região. Ainda na primeira década do século XX teve início a construção da ferrovia NOB<sup>159</sup>. Antes do fim dos anos 1910, todo o sul do Estado, mais as regiões de Cáceres e Cuiabá, já estavam interligadas ao eixo político-administrativo do País através dos fios do telégrafo, estabelecidos pela Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas.

Ainda no campo militar, em 1891 foi formado, em Mato Grosso, o 7º Distrito Militar, no contexto geral de reformulação da divisão territorial do Exército brasileiro iniciada na década de 1890 e completada na década seguinte<sup>160</sup>, que formalizou a existência de grandes comandos operacionais e territoriais em tempos de paz. Depreende-se a partir dessas alterações que a guarnição de Mato Grosso manteve sua importância, uma vez que, conforme explicitado no Decreto Nº 431, de 02/06/1891, dos sete distritos militares criados inicialmente, apenas dois coincidiam com os limites de um único Estado: o 6º do Rio Grande do Sul e o 7º de Mato Grosso<sup>161</sup>.

A nova redistribuição de forças, encetada após reforma implementada pelo Ministério da Guerra em 1908-1909, manteve o *status* militar de Mato Grosso, que, conforme estabelecia a Lei Nº 1860 de 04/01/1908, continuou a sediar uma grande unidade do Exército, passando a constituir a 13ª Região Militar, com centro administrativo estabelecido na cidade de Corumbá<sup>162</sup>. Além disso, uma Portaria Ministerial, de 28 de

<sup>159</sup> Concluída apenas em 1914. Essa passou a ligar a região onde posteriormente foi fundado o povoado de Porto Esperança, nas adjacências do rio Paraguai, à região onde também posteriormente foi formado o município de Três Lagoas, próximo aos limites do Estado de Mato Grosso ao de São Paulo, nas adjacências do rio Paraná. E a partir daí com São Paulo e Rio de Janeiro, através do mesmo tronco ferroviário, que se dirigia até a cidade paulista de Bauru. Embora a ligação ferroviária direta entre Mato Grosso e São Paulo, através de uma ponte ferroviária sobre o rio Paraná, viesse a ser construída apenas posteriormente. A ligação ferroviária entre Porto Esperança e a cidade de Corumbá foi concluída apenas na década de 1950. Finalmente, na década de 1930 foi estabelecido um ramal da Noroeste do Brasil ligando a cidade de Campo Grande com a cidade de Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai.

<sup>160</sup> Decreto nº 431, de 2 de junho de 1891, através do qual ficaram extintos os antigos comandos de armas, estabelecendo subordinação direta entre os corpos das tropas e o Ministério da Guerra. Apud PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 36.

<sup>161</sup> Decreto nº 431, de 2 de junho de 1891, extraído de PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 36.

<sup>162</sup> Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908 (artigo 1º).

novembro de 1908, estabeleceu a formação de cinco brigadas estratégicas, entre as quais a 5ª em Mato Grosso<sup>163</sup>.

Essa nova distribuição de forças, verificada desde o início da República, reflete uma nova filosofia estratégica nos meios militares brasileiros da época, que passou a primar pela concentração de forças. O característico isolamento das unidades do Exército durante o Império deveria dar lugar às formações militares compactas e centralizadas em torno de um eixo de comando, que necessariamente passaria a controlar os mínimos aspectos das organizações militares a elas subordinadas – burocracia, instrução, pagamento, punições, armamentos.

Aplicava-se ao Exército o chamado *princípio divisionário*, ou seja, passou-se a fomentar o entrelaçamento das unidades, na esperança de permitir a materialização de brigadas, divisões, exércitos e corpos de exércitos. Forças que, na Europa contemporânea, poderiam agrupar até centenas de milhares de homens, em poucas dezenas de quilômetros quadrados. Evidentemente, esse preceito tático e estratégico se alicerçava na execução do serviço militar na modalidade obrigatória. Nesse sentido, essas grandes unidades seriam erigidas em tempo de guerra ou de exercícios militares, através da convocação de reservistas que necessariamente deveriam conhecer de antemão os pontos de concentração de tropas para onde deveriam se dirigir.

Não foi por acaso que essa reforma, parcialmente implementada em 1907-1908, se fez acompanhar da aprovação, pelo parlamento brasileiro, da Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908, chamada Lei do Sorteio Militar. Num contexto internacional potencialmente belicoso na América do Sul, os altos oficiais brasileiros buscavam equiparar seu Exército àqueles que consideravam os melhores do mundo. De fato, o modelo europeu de organização militar divisionária persiste até os dias atuais no Brasil, apesar de nunca ter sido posto à prova em combate.

Seguindo esse princípio, foram instaladas várias unidades do Exército em cidades mato-grossenses. Contudo, ainda restavam algumas questões de ordem prática a serem enfrentadas. Como reunir unidades com alguns milhares de soldados num território cuja área passava dos 1.200.000 quilômetros quadrados? Como aplicar o princípio divisionário a essa realidade territorial? A rigor, o Exército continuava sofrendo das mesmas deficiências estruturais do período monárquico: faltavam armas, munições, provisões e efetivos. Se essas deficiências atingiam a força de uma forma geral, o que dizer dos corpos

---

<sup>163</sup> PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 127.

acantonados em lugar relativamente distante dos grandes centros de decisões, como era o caso de Mato Grosso? Vários foram os corpos criados que não saíram do papel por falta de efetivos e impedimentos orçamentários. A alusão à “falta absoluta de oficiais e praças” é repertório comum nos relatórios dos generais comandantes em Mato Grosso<sup>164</sup>.

A esse respeito, Nelson Werneck Sodré, em suas memórias, deixa um relato bastante elucidativo – embora temporalmente adiantado três décadas em relação à época aqui analisada – sobre os procedimentos administrativos formais e informais quando da criação de novos corpos pelo Exército na primeira metade do século XX:

Era difícil compreender como podiam estar sendo criadas tantas novas Unidades, e com tanta rapidez: o Brasil não estava em guerra, as reservas não haviam sido convocadas, não dispunhamos de material estocado. Que se passava, qual a fórmula mágica que permitia, por cissiparidade, tirar duas, três e mais Unidades novas das velhas Unidades desfalcadas? Ao chegar ao Rio, e logo ao participar desse curioso processo de mobilização – inédito nos anais militares do mundo – comecei a ver claro. A coisa era muito simples: escolhera-se um quartel, no Rio, o de antiga Unidade de artilharia, em S. Cristóvão, atrás da Quinta da Boa Vista, como “incubadeira”. Ali se reuniam, com o título de novas Unidades, grupos de oficiais e sargentos, todos da ativa, retirados das Unidades existentes; entregava-se a cada um desses grupos de oficiais material velho, escasso, em desuso; dava-se a cada comandante certa quantia em dinheiro (...) e ordenava-se: “Vire-se!” Com um punhado de oficiais e sargentos, dispozo de duas ou três salas de um quartel, daquela importância em dinheiro e de material obsoleto, até aí conservado nos quartéis como inservível, o comandante “se virava”: batia de porta em porta, nos órgãos provedores, pedindo o que necessitava<sup>165</sup>.

Além disso, sobretudo antes da construção da NOB, as dificuldades de transportes entre as localidades do próprio Estado eram sobremaneira aumentadas. O historiador inglês Eric Hobsbawm alertou para o fato de que nas sociedades pré-ferroviárias, os meios de transportes mais rápidos eram os marítimos ou fluviais<sup>166</sup>. O antigo Mato Grosso não fugia a essa regra. Os únicos meios de transporte disponíveis eram os próprios pés, a tração animal e o transporte fluvial.

Aliás, a dificuldade com os transportes era o principal óbice ao funcionamento administrativo e operacional da 13ª Região Militar. Os meios de transporte de que dispunham as unidades daquela Região eram considerados “*precários e indecisos*” por

<sup>164</sup> A esse respeito convém verificar os relatórios ministeriais da pasta da Guerra nesse período, pois estes contêm excertos dos relatórios dos comandantes distritais e regionais que passaram por Mato Grosso nessa época.

<sup>165</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, pp. 197-198.

<sup>166</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, pp. 26-27.

dependerem “*sempre da época das cheias*”, o que tornava as viagens bastante irregulares<sup>167</sup>. Na opinião das autoridades militares, à exceção do rio Araguaia e alguns de seus afluentes, se poderia mesmo afirmar que Mato Grosso “*possui rios navegáveis, porém não navegados, donde a impossibilidade de utilizar-se deles com segurança*”. Daí a conclusão de que a mobilização das forças federais no Estado só poderia ser feita após muitas dificuldades e “*tempo longo e indeciso*”<sup>168</sup>.

O acesso ao norte do Estado era basicamente fluvial, e para comunicar-se com esses pontos o comando militar dispunha de um vapor, uma lancha, duas chatas, duas chalanas e um caíque<sup>169</sup>. Contudo, ao que tudo indica o acesso às regiões mais setentrionais era interdito dada a falta de condições de navegabilidade de alguns rios, sobretudo durante a estação das secas. A esse respeito, basta verificar que, na década de 1920, quando o sorteio militar já esboçava um funcionamento relativamente regular, os sorteados de alguns municípios, como por exemplo, de Rio Madeira, ao invés de seguirem rumo ao sul, eram enviados à Manaus, capital do Estado vizinho, para dali seguirem ao Rio de Janeiro<sup>170</sup>. Ainda assim, vale observar que mesmo regiões cujo acesso era considerado mais fácil, apresentavam certas dificuldades em determinadas épocas do ano, como ainda observava Nelson Werneck Sodré referindo-se ao período em que serviu em Mato Grosso na década de 1930: “*A navegação do rio Paraguai é muito difícil; sem prático, é arriscadíssima. O rio muda de leito constantemente, ora o ‘canal’ está num lugar, ora noutro*”<sup>171</sup>.

Localidades sulinas como Bela Vista e, sobretudo, Ponta Porã também se mostravam de difícil acesso, uma vez que as vias fluviais não eram uma opção. Esta última localidade, para onde estava prevista a instalação de uma nova unidade na década de 1910, o 17º Regimento de Cavalaria Independente, passava por sérias dificuldades no tocante ao recebimento não apenas de efetivos como também de numerários e recursos até para a construção do próprio aquartelamento<sup>172</sup>. Nas décadas seguintes o problema dos transportes persistiu, como indicam as opiniões dos chefes militares e dos memorialistas. Segundo

<sup>167</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1913*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, pp. 87-88. A esse respeito, o general Emygdio Dantas Barreto, deixou relato assaz contundente no seu *Expedição à Mato Grosso: A Revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1907, p. 116.

<sup>168</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1913*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, pp. 87-88.

<sup>169</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1913*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, pp. 87-88.

<sup>170</sup> CIRCUNSCRIÇÃO MILITAR DE MATO GROSSO (CAMPO GRANDE). Boletim Interno nº 212, de 06 de setembro de 1921.

<sup>171</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 169.



Relatório do Ministério da Guerra datado de 1926: “*A dotação orçamentária de transportes, quer fluviais, quer terrestres, tem sido insuficiente, embora dispondo a circunscrição [militar de Mato Grosso] de uma seção de autocaminhões, para mobilização*”<sup>173</sup>. A esse respeito, a conclusão de Sodré é bastante elucidativa: “*Sem barcos e sem aviões, entretanto era impossível comandar aquela Região Militar, de tropa dispersa em extenso território, a centenas de quilômetros da sede também sem recursos*”<sup>174</sup>.

Diante desse quadro geral de crônicas dificuldades orçamentárias no Ministério da Guerra, de acesso a determinadas regiões do Estado, de recrutamento e de comunicações, as autoridades militares fizeram a opção de, em coerência com o princípio divisionário, eliminar ou diminuir os efetivos das regiões mais afastadas, localizadas no norte do Estado. Assim sendo, locais que tradicionalmente contavam com a presença de guarnições militares desde os tempos coloniais foram perdendo efetivos até o completo desaparecimento.

Cidades localizadas no Sul do Estado, como Corumbá, Bela Vista, Ponta Porã, Aquidauana e Campo Grande foram aos poucos ganhando importância militar em detrimento de localidades como Cuiabá e São Luís de Cáceres. Em relatório apresentado em 1884, o Presidente da Província informava que dos 1595 praças de primeira linha a serviço do Exército em Mato Grosso, 401, ou seja, 25% dos efetivos totais, encontravam-se “*destacadas*” em 35 localidades com o objetivo principal de conter “*os índios em suas correrias*”<sup>175</sup>.

Essas pequenas guarnições contavam com efetivos que iam de um único praça, como era o caso do Depósito de Pólvora da cidade de Cuiabá e do Forte Junqueira, até 64 homens, que atuavam no sentido de guarnecer fortalezas, colônias militares, depósitos e fábrica de pólvora (em Coxipó), margens de rios em pontos considerados estratégicos, acampamentos, vilas e povoados. Após o conflito com o Paraguai, apenas quatro localidades passaram a sediar organizações militares até o final do regime monárquico:

---

<sup>172</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Emygdio Dantas Barreto, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1910*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, p. 108.

<sup>173</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Fernando Setembrino de Carvalho, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1926*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926, p. 105.

<sup>174</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 144.

<sup>175</sup> RELATÓRIO com que o Excelentíssimo Senhor General Barão de Batovi, presidente da província de Mato Grosso, abriu a sessão da 25.<sup>a</sup> Legislatura da Assembleia Provincial no dia 1º de Outubro de 1884. Cuiabá: Tipografia de J. J. R. Calhão, 1884, p. 31.

Cuiabá (8<sup>o176</sup> e 21<sup>o</sup> Batalhão de Infantaria), São Luiz de Cáceres (19<sup>o</sup> BI), Nioaque (1<sup>o</sup> Corpo de Cavalaria) e Corumbá (2<sup>o</sup> Batalhão de Artilharia<sup>177</sup>). Como se vê, a linha de fronteira internacional mais setentrional de Mato Grosso, com a república boliviana, ficava praticamente desguarnecida. A prioridade em relação à fronteira sulina era evidente. Esta continuou – a exemplo do dispositivo defensivo montado antes da guerra – a ser dividida em distritos militares<sup>178</sup>.

A tendência a dar prioridade à defesa do sul do Estado persistiu no regime republicano. Provavelmente as autoridades militares levavam em consideração fatores de ordem prática, natural e estratégica ao adotarem essa opção. Entre eles: 01) as já enumeradas dificuldades estruturais do Exército; 02) as ínfimas densidades populacionais dos dois lados da fronteira no extremo norte; 03) a barreira natural representada pela floresta amazônica, que dificultava sobremaneira a penetração de grandes contingentes humanos; 04) as relações diplomáticas entre o Brasil e o Paraguai eram consideravelmente mais tensas do que com a Bolívia; 05) a maior densidade populacional na região de fronteira com o Paraguai e com o sudeste da Bolívia; 06) as distâncias vantajadas da área a ser defendida; 07) o isolamento relativo do Estado em relação aos demais; e finalmente 08) a proximidade do Sul de Mato Grosso em relação à Argentina, vizinho considerado potencialmente perigoso para a integridade nacional.

Aliás, esta última característica do sul do antigo Mato Grosso parece ter sido motivo de grande preocupação para as altas autoridades da República, a julgar pelo seguinte relato:

Em maio de 1907 é o próprio Rio Branco que, num ofício reservado dirigido ao presidente do Estado de Mato Grosso, pede detalhes sobre algumas informações que lhe haviam chegado, a saber: “que diversos oficiais argentinos dirigem e instruem o exército paraguaio, e que pouco a pouco os comandam, e governam, assim como a Argentina está como (sic) um polvo dominando e absorvendo o Paraguai, e em particular comprando grandes zonas do Estado de Mato Grosso”<sup>179</sup>.

---

<sup>176</sup> Em 1873 o 20<sup>o</sup> BI, sediado até então em Cuiabá, foi transferido para a província de Goiás. O 8<sup>o</sup> chegou a Cuiabá vindo do Paraguai entre 1870 e 1876.

<sup>177</sup> Sem falar do Arsenal de Guerra de Cuiabá e da Fábrica de Pólvora do Coxipó.

<sup>178</sup> Que variaram entre três e quatro nesse período e abrangiam a faixa de terra entre a localidade de Vila Maria – atual cidade de São Luiz de Cáceres – passando por Corumbá, até Nioaque. Cf. *RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso na Primeira Sessão da 26<sup>o</sup> Legislatura no dia 12 de julho de 1886 pelo Presidente da Província o Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Galdino Pimentel*. Cuiabá: Tipografia da Situação, 1886, pp. 52-53.

<sup>179</sup> OFÍCIO de 18.maio de 1907, Arquivo Histórico do Itamarati. 308/2/16. Apud BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)*. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997, p. 115.

Ao mesmo tempo, a região era objeto da cobiça de grupos e empresas estrangeiras originários, sobretudo, da Bélgica, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e, inclusive, Argentina. As porções fronteiriças do extremo sul de Mato Grosso, pertencentes aos municípios de Ponta Porã e Corumbá (região de Nabileque) foram objeto de intensas controvérsias que opuseram os interesses do governo federal contra o de grupos empresariais argentinos e ingleses, sendo resolvidos apenas durante o Estado Novo após intervenção de organismos governamentais, sobressaindo-se entre eles o Estado-Maior do Exército, que procurou afastar a influência econômica estrangeira da região<sup>180</sup>.

O regime republicano significou, para o Exército, um momento de expansão. Em contraste com os quarenta últimos anos de governo imperial, excetuando-se os períodos de guerra, no início da República, ainda durante o governo provisório, os seus efetivos foram duplicados<sup>181</sup>. Essas mudanças se fizeram sentir em Mato Grosso. Entre 1889 e 1914 surgiram mais quatro corpos, além dos outros quatro já sediados no Estado. Ao mesmo tempo, as unidades já existentes foram infladas.

Contudo, esses desdobramentos provocaram situações contraditórias nos corpos do 7º Distrito Militar, posteriormente, 13ª Região Militar. De um lado, houve uma verdadeira onda de criação de novas unidades no Estado, sobretudo após a passagem de Hermes da Fonseca pela pasta da Guerra. De outro, os corpos já existentes continuavam desfalcados em efetivos de praças e de oficiais. O Quadro VII contém indicações acerca da evolução dos efetivos de praças nos primeiros anos do regime republicano em Mato Grosso:

---

<sup>180</sup> Veja essas questões em maiores detalhes em QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma Ferrovia entre Dois Mundos*: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20. São Paulo: EDUSC; Campo Grande: UFMS, 2004, pp. 134-135. Para um histórico da atuação do Estado-Maior do Exército na chamada “Questão do Nabileque”, cf. DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (Compilação do coronel R/1 Diniz Esteves). Brasília: Edição do Estado-Maior do Exército, 1996, p. 126 e SS.

<sup>181</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 30.

Quadro VII – Efetivos conhecidos do 7º Distrito Militar (1890-1907) <sup>182</sup>												
Unidades	2º BAP		7º RC		8º BI		19º BI		21º BI		7º DM (Total)	
	E	D	E	D	E	D	E	D	E	D	E	D
Ano												
1890	350	+21	172	233	371	54	294	131	383	42	1.570	439
1891	277	52	229	176	329	96	231	194	325	100	1.391	618
1895	182	147	221	184	268	157	142	283	210	215	1.023	986
1898	176	153	191	214	210	215	196	229	149	276	922	1.087
1899	193	136	79	326	190	235	190	235	112	313	764	1.245
1900	161	168	87	318	164	261	100	325	113	312	625	1.384
1901	184	145	93	312	203	222	118	307	205	220	803	1.206
1902	191	138	105	300	224	201	130	295	119	306	769	1.240
1903	203	126	164	241	205	220	176	249	223	202	971	1.038
1904	170	159	148	257	195	230	189	236	159	266	861	1.148
1905	157	172	115	290	204	221	117	308	160	265	753	1.256
1906	232	97	129	276	213	212	208	217	220	205	1.002	1.007
1907	326	3	114	291	305	120	287	138	336	89	1.368	641

Fontes: Relatórios do Ministério da Guerra 1890-1907<sup>183</sup>.

Como é possível notar, os déficits em efetivos de praças permaneceram durante a maior parte dos anos 1900, consideravelmente altos, só passando por uma drástica diminuição no último ano de que se dispõe informações<sup>184</sup>. Contudo, a dar credibilidade aos depoimentos dos chefes militares da região, tudo indica que não houve grandes alterações nesse quadro geral deficitário nos anos seguintes.

Após as reformas de Hermes da Fonseca, em 1908-1909, os três batalhões de infantaria originais deram lugar ao mesmo número de regimentos da mesma arma, todos com guarnições espalhadas por Nioaque, Corumbá, Porto Murtinho, Cáceres e Cuiabá. O 7º Regimento de Cavalaria passou a ser denominado 3º Regimento de Cavalaria, mudando-

<sup>182</sup> Excluídos os efetivos da Fábrica de Pólvora de Coxipó e do Arsenal de Guerra de Cuiabá.

<sup>183</sup> Convenções: E: efetivos e D: déficit. 2º BAP: 2º Batalhão de Artilharia de Posição; 7º RC: 7º Regimento de Cavalaria; 8º BI: 8º Batalhão de Infantaria; 19º BI: 19º Batalhão de Infantaria; 21º BI: 21º Batalhão de Infantaria e 7º DM: 7º Distrito Militar.

<sup>184</sup> Tudo indica que esse abrupto aumento de efetivos se relacione a intervenção federal pela qual havia passado o Estado no ano anterior, comandada pelo general Emygdio Dantas Barreto. Sobre o assunto cf. BARRETO, Emygdio Dantas. *Expedição a Mato Grosso: a revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemert, 1907.

se de Nioaque para Bela Vista, e na década de 1910 outro regimento, o 17º de Cavalaria, foi instalado em Ponta Porã. O antigo 2º Batalhão de Artilharia de Posição mudou sua denominação para 3º Batalhão de Artilharia de Posição, permanecendo em Corumbá. Em 1909, em atendimento à reformulação em andamento no Exército, foi deslocado do Rio de Janeiro para Aquidauana o 5º Regimento de Artilharia Montado, posteriormente deslocado para Campo Grande. Nessa época, surgiu também o 5º Batalhão de Engenharia<sup>185</sup>, comandado pelo então tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, que pelo seu envolvimento direto na construção das linhas telegráficas do Mato Grosso ao Estado do Amazonas não possuía sede fixa.

A mudança da sede do comando militar de Cuiabá para Corumbá ainda ensejou a instalação de um Hospital Militar de 2ª Classe nesta última cidade. Aliás, Corumbá passou a ser a única não-capital a sediar uma Região Militar do Exército. Ainda era prevista a instalação da 5ª Brigada Estratégica na cidade de Aquidauana ou Campo Grande, destinada a ser comandada por um general-de-brigada. Assim, a *Inspeção Permanente da 13ª Região Militar*, como era oficialmente conhecida, era considerada uma grande unidade divisionária, o que correspondia ao comando de um oficial general-de-divisão, posto mais alto da hierarquia militar em tempo de paz.

No entanto, o Exército da primeira década do século XX era uma força em frangalhos, após ter passado por quase uma década de envolvimento em guerras civis e dissensões internas. Além disso, faltavam quadros. Os relatórios dos chefes militares continuavam aludindo à deficiência de oficiais e praças. Muitas unidades foram criadas, mas sequer saíram do papel por falta de condições materiais para a sua efetivação. Some-se a isto, o fato de que a perspectiva do serviço militar nessa região do Brasil atemorizava parte da tropa, em especial a oficialidade, que por ter maiores condições de escolha poderia usar de artifícios formais ou informais para se ver livre desse destino. Sobre o assunto, um oficial que havia passado por Corumbá em 1909 deixou relato bastante contundente:

Não aconselharei aos meus colegas do Exército que vão a Mato Grosso, nem mesmo, voluntariamente (...) Seria negar-lhes a verdade do que aquilo é, no que respeita a cousas do nosso ofício. Todavia há uma razão em virtude da qual vale a pena de ir àqueles sem fins do Brasil, e ali passar pelo menos um ano: é para sentir a agradabilíssima sensação da volta (...) Brás Cubas, (...) personagem do grande Machado de Assis, costumava calçar sempre um sapato apertado. Porque (...) lhe castigava os pés (...)

---

<sup>185</sup> Doravante Regimento de Infantaria será indicado pela sigla RI; Regimento de Cavalaria por RC; Batalhão de Artilharia de Posição por BAP; Regimento de Artilharia Montada por RAM; e Batalhão de Engenharia por BE.

martirizando-os horrivelmente. Mas, em compensação, que alívio (...) quando tirava as botinas! Assim [é] Mato Grosso. Um ano de aborrecimentos indescritíveis (...) sobejamente compensados pelo prazer do regresso. Vá até aqueles rincões do Brasil, e não se arrependerá, garanto<sup>186</sup>.

Ademais, a estigmatização da região taxada de atrasada, violenta e incivilizada, não deve ter sido um grande estímulo aos militares que, em geral, tinham preferência por servir nas guarnições do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul<sup>187</sup>. As constantes baixas por razões de saúde podem ser verificadas nos *Livros de Boletins* do comando militar regional, possivelmente indicam subterfúgios, mas também tinham relação com as más condições sanitárias e de alimentação da região<sup>188</sup>. As doenças palustres e o *beribéri* eram responsáveis por muitas mortes nas guarnições mato-grossenses. Por essa razão os oficiais a serviço nos estados de Mato Grosso, Amazonas e Pará recebiam um adicional de 20%, em seus ordenados, por insalubridade, conforme previsto na Lei nº 2.290 de 13 de dezembro de 1910<sup>189</sup>.

Com efeito, as ocasiões em que generais efetivamente assumiram comandos em Mato Grosso foram reduzidas, sendo mais comum que os oficiais mais antigos servindo no Estado os assumissem interinamente. Entretanto, na prática, o que deveria ter sido temporário acabou se tornando permanente. Até o ano de 1914, a 5ª Brigada Estratégica, por exemplo, praticamente não havia saído do papel. Uma rotina desse tipo evidencia a inexistência de continuidade administrativa. Por sua vez, as trocas de comandantes, as movimentações e transferências, pelos mais variados motivos, eram excessivamente constantes<sup>190</sup>.

<sup>186</sup> AMORIM, Annibal. *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre: aspectos da Amazonia do Rio ao Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1909, pp. 457-458.

<sup>187</sup> Para uma visão de Mato Grosso enquanto lugar de barbárie ver GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidades nas representações sobre Mato Grosso*. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000, p. 285. Sobre a preferência dos militares por servir em Guarnições do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, consultar McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 263.

<sup>188</sup> Refiro-me aos boletins diários produzidos pelo comando do Exército no antigo Mato Grosso, que apresentavam relatos parciais acerca da rotina administrativa dos quartéis em todo o Estado.

<sup>189</sup> PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 142. Segundo um memorialista, “a vida, em Corumbá” era “caríssima” e o “aluguel de casa é tão elevado como no Rio de Janeiro” e havia falta de casas para alugar. Por essa razão esse adicional “mal chegavam para viver com decência”. Muitos oficiais que ali chegavam com suas famílias iam residir em hotéis, “pagando diárias avultadas”. No entanto, o mais comum era que os oficiais transferidos fossem para ali sozinhos, “deixando as respectivas famílias, no Rio ou em seus Estados natais”. Cf. AMORIM, Annibal. *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre: aspectos da Amazonia do Rio ao Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1909, p. 457.

<sup>190</sup> As Ordens do Dia nº 10, 11, 12 e 13 de 1910 da 13ª Região Militar registram a passagem da inspetoria por quatro oficiais diferentes em um espaço de três dias! Situações como a de Joaquim Justino Alves Bastos eram bastante corriqueiras. Oficial subalterno no início da década de 1920, quando servia em Campo Grande no Regimento de Artilharia Montada, recebeu autorização do Ministério da Guerra para se deslocar ao Rio de

Além disso, outra prática comum era a da acumulação de cargos. Os próprios *inspetores permanentes*, como eram designados os chefes militares das regiões militares na época, normalmente acumulavam essa função com a de comandante da Brigada Estratégica. Na Ordem do Dia Nº 50 de 31 de janeiro de 1910, da 13ª Região Militar, consta que

Em 24 corrente (sic) assumiram acumulativamente no 15º Regimento de Infantaria os cargos de Ajudante e Comandante das 3 Companhias [!] do 44º Batalhão o 1º Tenente José Mamede da Silva Rondon, e, iguais cargos no 43º o 1º Tenente José da Fonseca Moraes<sup>191</sup>.

Na opinião de Annibal Amorim, o serviço arregimentado nos corpos da 13ª Região Militar era “*pesadíssimo pela acumulação de cargos*”. Segundo o mesmo oficial, era “*frequente um oficial subalterno comandar 4, 6 e até as 9 companhias de um regimento, com todas as responsabilidades materiais e morais decorrentes dos cargos acumulados*”<sup>192</sup>. Por essa razão, na década seguinte, o governo federal procurou estabelecer mecanismos para obrigar os oficiais mais refratários a servirem em guarnições de Estados mais distantes, como Mato Grosso, Pará e Amazonas. O artigo 63 da Lei do Orçamento Federal determinou que “*nenhum oficial do exército*” poderia “*ser promovido por merecimento sem que às outras condições legais*” reunisse a de ter, pelo menos, no posto em que estivesse, “*seis meses de efetivo serviço militar em um dos Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul*”. Apesar das incoerências e deficiências dessa determinação legal, entre as quais a de não diferenciar o serviço arregimentado, em que a falta de oficiais era preocupante, do serviço de gabinete, “*muitos oficiais seguiram*” para as referidas regiões<sup>193</sup>.

A carência de oficiais em Mato Grosso levava as autoridades a tomar decisões que contrariavam os dispositivos regulamentares da época. Assim, em fevereiro de 1912, um segundo-tenente assumiu a chefia do serviço de Estado-Maior da Inspeção e um major o comando da 5ª Brigada Estratégica<sup>194</sup>. O primeiro cargo se destinava a oficiais superiores

---

Janeiro por ocasião do falecimento de seu pai, um marechal reformado, e jamais retornou para servir novamente naquela unidade, sendo designado para outra guarnição. Aparentemente sua transferência para Campo Grande se ligava ao fato de ter se negado a cumprir ordens de disparar contra os estudantes revoltados da Escola Militar em julho de 1922. Cf. ALVES BASTOS, Joaquim Justino. *Encontro com o Tempo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1965, pp. 28-29.

<sup>191</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 50, de 31 de janeiro de 1910.

<sup>192</sup> AMORIM, Annibal. *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre: aspectos da Amazonia do Rio ao Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1909, p. 457.

<sup>193</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1916*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, p. 18.

<sup>194</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 4, de 10 de fevereiro de 1912.

(major, tenente-coronel e coronel) e o segundo tratava-se de um posto destinado a generais-de-brigada ou, quiçá, tenentes-coronéis ou coronéis. Aliás, por ser predominante naquela guarnição militar, a oficialidade subalterna assumia, com bastante frequência, funções de capitães, majores e coronéis.

Faltava quem comandasse, mas também faltava quem obedecesse. De fato, os tradicionais *claros* das tropas continuavam a preocupar os oficiais. A rigor, já havia lei estabelecendo o serviço militar obrigatório desde 1874, mas as autoridades provinciais, assim como no resto do Brasil, não conseguiam sequer fazer reunir as juntas de alistamentos nos municípios, como deixam transparecer os relatórios anuais que os presidentes da Província de Mato Grosso apresentavam ao poder Legislativo. A República também teve a sua Lei do Sorteio Militar – essa expressão, na época, correspondia à noção de serviço militar obrigatório – que não auferiu resultados satisfatórios inicialmente. As Juntas de Alistamento e Sorteio Militar reunidas em Mato Grosso, embora apareçam nos registros oficiais, aparentemente não cumpriam as determinações legais. Em 1909 o inspetor da 13ª Região Militar informava que, no ano anterior, o primeiro da vigência da Lei, não havia conseguido “*proceder alistamento militar senão em 3 dos 17 municípios componentes deste Estado*”<sup>195</sup>. A falta de praças levou o ministro da Guerra a ordenar que os inspetores regionais restringissem o direito dos oficiais colocarem ordenanças ao seu serviço<sup>196</sup>.

Paralelamente, o estado disciplinar da tropa era também sofrível. Se o serviço militar, para alguns, poderia ser considerado um castigo, ser mandado para servir em Mato Grosso era considerado um castigo dentro do castigo. Sabe-se que era expediente comum buscar-se por recrutas nas prisões públicas. Além disso, as autoridades policiais costumavam “limpar” as ruas das grandes cidades dos indivíduos considerados indesejáveis, mandando-os para o Exército ou Marinha. Assim, pode-se imaginar que o adjetivo “voluntário”<sup>197</sup> não se aplica a boa parte dos praças das duas forças nesse período. Assassínatos, bebedeiras, roubos, tiroteios, motins e participação em *revoluções* era

---

<sup>195</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 46, de 3 de novembro de 1909.

<sup>196</sup> Ordenanças eram os praças que ficavam a disposição dos oficiais para trabalhos de escritório e mesmo, em alguns casos, serviços caseiros: lavar, passar, cozinhar, limpar etc. Segundo as normas, apenas os que possuísem cavalgaduras poderiam tê-los à sua disposição. Contudo, havia proibição formal do uso de ordenanças em serviços domésticos. 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 51, 18 de dezembro de 1909.

<sup>197</sup> Segundo as leis vigentes, nenhum indivíduo poderia ser forçado a servir. No entanto as evidências indicam o contrário: altas taxas de deserção, constantes atos de insubordinação, além da forte aversão popular ao serviço das armas.



repertório comum desses militares subalternos e constantes eram os registros de pronunciamentos de praças do Exército pela justiça civil.

No tocante à atuação política dos corpos sediados em Mato Grosso no contexto republicano, sabe-se que os militares desempenharam um importante papel na escalada da violência na região, envolvendo-se diretamente nas lutas coronelistas como destacou Valmir Batista Corrêa, sobretudo os militares que serviam nas guarnições sulinas. Em algumas localidades, os comandantes de unidades exerciam verdadeiro poder de mando, ao estilo dos coronéis<sup>198</sup>. Em 1912, alguns oficiais que serviam em regimentos de cavalaria na fronteira com o Paraguai aliaram-se às lideranças políticas locais em suas manifestações políticas e armadas, como o caudilho Bento Xavier<sup>199</sup>. Parece ter sido o caso do capitão Antonio Netto de Azambuja que liderou a sublevação de parte do 17º Regimento de Cavalaria, de Ponta Porã.

Em certas ocasiões a intervenção militar se fazia por vias institucionais, a exemplo das intervenções federais, que eventualmente eram solicitadas pelos próprios grupos dirigentes mato-grossenses<sup>200</sup>. Vale destacar ainda que, dos quatro primeiros presidentes do Estado, três eram militares<sup>201</sup>. Muitos militares assumiram cargos nos executivos locais<sup>202</sup>, além de cadeiras na Assembleia Legislativa Estadual e nas Câmaras Municipais.

O Quadro VIII oferece uma perspectiva panorâmica do intervencionismo militar na política mato-grossense:

Quadro VIII – Intervenções Federais no antigo Estado de Mato Grosso		
Ano	Explicação das razões que levaram à intervenção federal	Resultado
1892	Radicalização política entre os dois grandes partidos mato-grossenses formados após a Proclamação da República: o Partido Republicano (resultado da aliança entre os irmãos Murtinho e Generoso Ponce) e o Partido Nacional (formado pelos grupos oligarcas dissidentes, comerciantes de Corumbá e oficiais do Exército e da Marinha).	Vitória do Partido Republicano.
1898-1899	Desentendimentos políticos entre os irmãos Murtinho e o grupo liderado por Generoso Ponce. O então presidente, sentindo-se ameaçado pelas forças oposicionistas solicita	Vitória dos irmãos Murtinho.

<sup>198</sup> PALERMO, Miguel A. *Nioac: evolução política e revolução de Mato-Grosso*. Rio de Janeiro: Cruz Coutinho, 1896, p. 14. Apud CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 61.

<sup>199</sup> Cf. 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº de 13, de maio de 1912. Valmir Batista Corrêa menciona o major Paulo José de Oliveira como participante desse levante em *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 131.

<sup>200</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 64.

<sup>201</sup> Embora dois o tenham feito como interventores federais e outro através de “aclamação popular”.

<sup>202</sup> Inclusive a prefeitura de cidades importantes como Corumbá.

	intervenção do governo federal com o objetivo de dar condições para o pleno funcionamento da Assembléia Legislativa estadual. No entanto, o general comandante do 7º DM, de acordo com ordens emanadas do próprio governo federal, age no sentido de beneficiar os opositores de Ponce.	
1906	Desentendimentos políticos entre o governo do estado, comandado por Antônio Paes de Barros, e os irmãos Murtinho. Estes se aliaram a Generoso Ponce e iniciaram em pouco tempo uma revolta armada contra aquele governo. O governo federal, representado pela figura do presidente Rodrigues Alves, tentou dar suporte ao presidente de Mato Grosso com o envio de uma expedição comandada pelo general E. Dantas Barreto. No entanto, quando este oficial chegou à Capital, encontrou a vitória dos revoltosos como um fato já consumado.	Vitória da coligação comandada pelos irmãos Murtinho em aliança com o coronel Generoso Ponce.
1916-1917	O presidente eleito em 1915 no estado, general Caetano Manuel de Faria e Albuquerque, rompeu com o partido que o havia apoiado. Esse episódio político ficou conhecido como <i>Caetanada</i> e deu início a mais um conflito armado entre duas facções oligárquicas mato-grossenses. Este conflito só foi encerrado em 1917 após mais uma intervenção federal.	O governo federal intervém de forma a tentar estabelecer um <i>modus vivendi</i> entre as duas facções oligárquicas em disputa pelo poder no Estado. A partir de então essas elites políticas entraram em um acordo político a partir do qual foi estabelecido um governo de transição chefiado pelo bispo Dom Aquino
Fontes: CORRÊA FILHO, Virgílio. <i>História de Mato Grosso</i> . Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, e CORRÊA, Valmir Batista. <i>Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)</i> . Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.		

Ainda continua sendo difícil auferir o prestígio político dessa categoria no Estado, mas seguramente era muito maior que nos chamados “grandes estados da federação”, como Minas Gerais e São Paulo, onde eram excluídos da vida política partidária. Aliás, como se pode perceber no Quadro VI, à página 75 desta dissertação, a presença de guarnições federais nesses dois estados era reduzidíssima em termos relativos e absolutos. Em termos comparativos, talvez estivesse próximo do prestígio que possuíam no Rio Grande do Sul, onde também se vinculavam diretamente às rivalidades políticas regionais por alianças ou laços familiares<sup>203</sup>.

O que certamente diferenciava Mato Grosso desses três estados era a sua marcante sujeição à tutela exercida pelo governo federal<sup>204</sup>. A condição de força política de terceira grandeza, aliada à dependência econômica em relação ao governo, seguramente enfraquecia a posição dos políticos mato-grossenses no cenário nacional, embora muitos

<sup>203</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 267.

<sup>204</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 86.

tivessem alcançado, nessa época, grande projeção nacional, a exemplo de Joaquim Murinho e Antônio Azeredo.

Os constantes conflitos armados liderados pelos chefes locais nas chamadas *revoluções* acentuavam as dificuldades financeiras do governo, pois o chamado *ciclo revolucionário*, inaugurado em Mato Grosso após o advento da República, ensejou o desenvolvimento de uma dinâmica de alternância política, que invariavelmente passava por conflagrações armadas e normalmente se encerrava sob os auspícios do governo, que acabava cobrindo gastos com o pagamento de mercenários, requisições e depredações, mesmo dos grupos opositores<sup>205</sup>, o que para alguns, fazia com que a participação nesses movimentos armados se transformasse num meio de vida<sup>206</sup>.

Outra diferença diz respeito ao papel complementar e secundário do Exército na manutenção da ordem interna dos estados de primeira grandeza política e econômica, pois suas forças públicas eram verdadeiros exércitos a serviço das oligarquias estaduais<sup>207</sup>. Essas forças rivalizavam, levando vantagem, com o próprio Exército. As forças policiais do Estado de Mato Grosso estavam longe de rivalizar com as do Exército, até porque eram em geral comandadas, treinadas e organizadas por oficiais daquela corporação.

Assim, em contraste com as oligarquias nacionalmente projetadas, que viam com desconfiança o fortalecimento do Exército em seus respectivos estados, as lideranças oligárquicas mato-grossenses, cientes das carências estruturais do governo estadual, procuravam incentivar a instalação de organizações militares em seus municípios, com o governo do Estado e alguns municípios cedendo grandes áreas para o Exército no intuito de atrair a instalação das suas guarnições:

Comunica o Senhor General Chefe do Departamento da Guerra, em telegrama de 16, que o aviso n. 490, de 9 do corrente, declara haver o Presidente deste Estado doado 3.600 hectares terras devolutas contígua rocio de Campo Grande. Lugar denominado Piraputangas, para servirem de internada, linhas de tiro e mais serviços do Exército<sup>208</sup>.

Segundo Marisa Bittar, nas décadas de 1920 e 1930, tanto as elites políticas de Cuiabá quanto as de Corumbá passaram reivindicar o privilégio de sediar a região militar

---

<sup>205</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 103.

<sup>206</sup> Como indicou Valmir Batista Corrêa em obra citada, o período republicano em Mato Grosso foi marcado por recorrentes explosões de violência que se vinculavam as disputas políticas e pela posse fundiária, sobretudo quando em comparação com a época do segundo reinado, relativamente pacífica.

<sup>207</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 153.

<sup>208</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 51, de 18 de dezembro de 1909.

de Mato Grosso, decidindo-se, entretanto, o Estado-Maior do Exército por Campo Grande, por ser este município atravessado pela ferrovia, equidistante das fronteiras da Bolívia e Paraguai e dispor de melhores condições logísticas para uma ação armada<sup>209</sup>.

Os militares do Exército, e, em menor escala, os da Marinha, gozavam de grande prestígio na sociedade do antigo Estado de Mato Grosso. Aliás, há indícios de que membros de famílias socialmente projetadas acabavam abraçando a carreira das armas<sup>210</sup>. Destarte, tudo indica que a sociedade mato-grossense mantivesse uma relação bastante próxima com os destinos dos militares que serviam no seu Estado.

Assim, por exemplo, em fevereiro de 1919 o periódico cuiabano *O Mato Grosso*, órgão do Partido Republicano Mato-Grossense, noticiava, com bastante pesar, a partida para Corumbá do 39º Batalhão de Infantaria, que até então ficava aquartelado em Cuiabá:

É de se lamentar que o Governo Federal tenha tomado essa medida, retirando da nossa Capital essa unidade do Exército que, desde a primeira reorganização do mesmo aqui está aquartelado. É a única capital de Estado que fica privada da força federal, acarretando essa medida, *além de grandes prejuízos para o nosso comércio, grandes dificuldades para o serviço do sorteio militar, com relação à incorporação dos vastíssimos e populosos municípios do Norte*. Estamos certos que o Exmo. Sr. ministro da Guerra, cuja competência sobre assuntos militares é reconhecida por todos, considerando a melhor situação da nossa capital e da nossa praça tome outras medidas em ordem a evitar que fiquemos de todo privados de uma unidade do Exército nestas longínquas paragens. Estamos informados de que o digno e honrado Presidente do Estado, Exmo. e Revmo. Sr. D. Aquino Corrêa, já dirigiu-se (sic) ao Governo da República pedindo reconsideração desse ato. Os esforços empregados pelo ilustrado Presidente, nesse sentido, serão, estamos certos, secundados pelos nossos representantes federais, que ainda ligam algum interesse à causa do Estado que representam<sup>211</sup>.

Não é possível determinar com exatidão quais forças políticas foram mobilizadas para que a volta de uma organização militar para dentro dos limites da Capital do Estado fosse ordenada pelo Governo Federal, mas o fato é que, menos de um ano após a saída daquele batalhão de infantaria, outra organização estaria de volta a Cuiabá para não mais

<sup>209</sup> BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)*. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997, p. 144.

<sup>210</sup> A esse respeito vale verificar compêndios como PÓVOAS, Nilo. *Galeria dos Varões Ilustres de Mato Grosso*. Cuiabá: Fundação Cultural do Estado de Mato Grosso, 1977 e MACHADO. Paulo Coelho. *A Rua Velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990 (Pelas Ruas da Cidade); MACHADO. Paulo Coelho. *A Rua Principal*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991 (Pelas Ruas da Cidade); MACHADO. Paulo Coelho. *A Rua Barão*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991 (Pelas Ruas da Cidade); MACHADO. Paulo Coelho. *A Rua Alegre*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1997 (Pelas Ruas da Cidade); e MACHADO. Paulo Coelho. *A Grande Avenida*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 2000 (Pelas Ruas da Cidade). Além de PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.

<sup>211</sup> SEGUE PARA Corumbá o 39º Batalhão. *O Mato Grosso*, Cuiabá, 06 fev. 1919, p. 1. Grifos meus.

sair: o 16º Batalhão de Caçadores. E foi o mesmo *O Mato Grosso* quem tratou de noticiar o regresso da presença militar na Capital mato-grossense, não esquecendo de apontar os seus “benfeitores”:

Segundo nos pronunciamos destas colunas, esse acantonamento de força federal, em nossa capital constitui uma medida que há muito vinha se impondo, por isso que, incontestavelmente, encerra um valor inestimável para o meio social em que vivemos. Hoje, com se vê, tornou-se ela efetivada, e isto graças à ação patriótica do exm. Sr. d. Aquino, que com a sua palavra prestigiosa junto ao honrado governo da República, demonstrou como se fazia preciso a sua perfeita procedência. Assim, pois, coroados de êxito, como se acham, tais esforços despendidos pelo honrado presidente do Estado e que foram secundados eficazmente por aqueles que filiados ao nosso partido representam Mato Grosso no Congresso Nacional, necessário se nos depara agora que a população da nossa capital, representada por todas as classes sociais, demonstrando a sua melhor satisfação por esse justo motivo que ora salientamos, acorra daqui mais algumas horas ao porto de desembarque, afim de receber condignamente os bravos soldados da nação cuja digna convivência sempre nos é grata<sup>212</sup>.

Situação semelhante já havia ocorrido entre 1908 e 1910 quando o Exército retirou da cidade de Cáceres o 19º Batalhão de Infantaria. A reação, por parte das autoridades estaduais e federais mato-grossenses, foi imediata e também surtiu efeito:

Como em tempo noticiamos, o dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, digno deputado federal por este Estado, apresenta ao sr. presidente da República e ao general ministro da Guerra, um memorial expondo as grandes vantagens do aquartelamento de um batalhão de força federal na cidade de S. Luiz de Cáceres, já evitando futuras invasões ou conflitos na zona fronteiriça, *já velando pela ordem interna, contribuindo enfim para a realização mais viva do progresso que ora se manifesta em todo o Norte do Estado*. Levando em consideração aquelas judiciosas ponderações o governo da República resolveu ali fazer estacionar força federal e, para isso, telegrafou ao sr. general Henrique Guatimosim, inspetor desta região, no sentido de fazer seguir para aquela localidade um dos batalhões do 13º [RI]. O sr. general Guatimosim, dando cumprimento àquela determinação, ordenou que o 38º batalhão se conservasse pronto para seguir à sua nova sede. É esta uma justa medida que certamente despertará intensa alegria no seio da população cacerense. Felicitamo-la por isso bem como ao dr. Costa Marques, esforçado propugnador de to nobre causa<sup>213</sup>.

---

<sup>212</sup> 16 DE CAÇADORES. *O Mato Grosso*, Cuiabá, 05 fev. 1920, p. 1. Para maiores informações a respeito desse episódio ver *MENSAGEM (D. Francisco de Aquino Corrêa) dirigida à Assembleia Legislativa do Estado ao Instalar-se a 2ª sessão ordinária da 11ª Legislatura em 7 de setembro de 1919*. Cuiabá, Tipografia Oficial, 1919, pp. 22-23.

<sup>213</sup> BATALHÃO DE CAÇADORES. *Correio do Estado*, Corumbá, 09 mar. 1910, p. 2. Grifos meus.

Desde a primeira década do século XX é possível perceber uma tendência geral à concentração das forças do Exército no Sul de Mato Grosso. A principal ameaça à integridade do território mato-grossense, na concepção das autoridades do governo central, era representada pela fronteira com o Paraguai, pela sua maior proximidade com a República da Argentina<sup>214</sup>. A esse respeito vale destacar que a própria mudança do traçado da ferrovia NOB, originalmente destinada a atingir a Capital do Estado, Cuiabá, foi desviada para Corumbá, junto à fronteira boliviana e não muito distante da paraguaia com o objetivo de estreitar o controle do Estado sobre a porção meridional do território mato-grossense<sup>215</sup>. Ao que parece, os chefes militares em Mato Grosso e na Capital Federal não pareciam satisfeitos com a ordem de remoção de um batalhão de Corumbá para Cáceres, a julgar pelas palavras do ministro da Guerra em seu relatório relativo às atividades de 1911: “O 38º batalhão de infantaria, que faz parte do 13º regimento, foi mandado estacionar em S. Luiz, apesar de sua estadia ali não corresponder às necessidades do serviço”<sup>216</sup>.

No entanto, para os dirigentes locais, as preocupações de ordem defensiva não eram as principais a serem sanadas pela presença militar na fronteira ocidental. Está bastante clara, pelos excertos citados, a relação entre a presença militar, a ordem interna e a atividade comercial nos núcleos populacionais da região.

Em todo caso, a situação financeira e dos efetivos do Exército em Mato Grosso eram tão precárias que, alguns anos depois, o inspetor da 13ª Região Militar ordenou o retraimento daquela organização militar novamente para Corumbá como “*medida de ordem administrativa e econômica*”. Segundo os registros do próprio Exército, quando o referido batalhão desembarcou na cidade de Corumbá, vindo da capital do Estado, contava com um efetivo de apenas 16 praças<sup>217</sup>.

Em todo caso, vale frisar que para as autoridades locais e estaduais de Mato Grosso, uma convivência no mínimo cordial com os chefes militares ali aquartelados era, mais que uma necessidade política, uma questão de sobrevivência. As chamadas *revoluções*, confrontos armados empreendidos pelas lideranças oligárquicas do Estado desde que a República havia sido instaurada, sempre contaram com a participação de oficiais do

---

<sup>214</sup> Aliás, alguns periódicos mato-grossenses da época alertavam para os riscos de uma aliança entre aqueles dois países platinos para a integridade territorial do Brasil.

<sup>215</sup> Sobre isso cf. QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma Ferrovia entre Dois Mundos*: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20. São Paulo: EDUSC; Campo Grande: UFMS, 2004, p. 119 e ss.

<sup>216</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Antonio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1912*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912, p. 54. Grifos nossos.

<sup>217</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 04, de 28 de fevereiro de 1914. Deve-se considerar que o efetivo regular de um batalhão de infantaria naquela época deveria ser de 425 praças.

Exército. Em pelo menos uma ocasião a falta de apoio de considerável parcela da oficialidade foi fatal para um presidente de Estado: Antônio Paes de Barros que, em 1906, foi executado após ter sido apeado do poder por um movimento golpista que envolveu, além de muitos elementos da plutocracia local, todas as unidades militares federais acantonadas no Estado<sup>218</sup>.

Assim, enquanto as cidades que já contavam com a presença militar agiam no sentido de não perdê-la, as que ainda não contavam procuravam incentivar a instalação de organizações militares em seus limites. Esse parece ter sido o caso das autoridades municipais dos municípios de Campo Grande, Ponta Porã, Porto Murtinho, Bela Vista, Três Lagoas e Aquidauana, embora muitas vezes suas instâncias em favor da instalação de forças militares dependessem do beneplácito do governo estadual. Para se ter uma idéia de que modo o Exército poderia ser incentivado a instalar suas forças nos municípios, basta assinalar que era muito comum a doação de terrenos ou mesmo que o aluguel de alguns quartéis ficasse por conta das intendências até que fossem concluídas as obras militares das unidades<sup>219</sup>.

Com efeito, entre as autoridades municipais que se mobilizaram em favor da instalação de forças militares em suas cidades, nenhuma superou as de Campo Grande. Desde a década de 1910 vinham bajulando as autoridades militares e, sendo do conhecimento geral que havia a intenção de transferir a sede do comando militar para uma localidade central do sul do Estado, foram generosos na concessão de benefícios e vantagens aos militares para efeito da transferência da sede militar para esta última cidade<sup>220</sup>.

Desde o alvorecer do século XX havia a previsão da concentração das forças militares federais na região central do Sul de Mato Grosso, “*entre Coxim e Corumbá*”, mais precisamente no “*Vale do rio Aquidauana*”<sup>221</sup>. Nesse sentido, Aquidauana, sendo a maior concentração populacional na região supracitada, excluindo Corumbá, se

<sup>218</sup> Sobre isso cf. BARRETO, Emygdio Dantas. *Expedição a Mato Grosso: a revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemert, 1907.

<sup>219</sup> Em 1909, por exemplo, o governo estadual havia cedido 3.600 hectares de terras devolutas contíguas ao rocio daquele município para servirem de internada, linha de tiro e outros serviços logísticos para o Exército. 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 51 de 18 de dezembro de 1909. Há também o registro de que a Empresa Mate Larangeira doou um lote de terras medindo 10.000 metros quadrados na região de Porto Murtinho à União por volta de 1910. MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Antonio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1912*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912, p. 82.

<sup>220</sup> Remonta ao ano de 1909 as iniciativas para a doação do lote de terras de 3.600 hectares daquele município para o Ministério da Guerra no “*lugar denominado Piraputangas, para servirem de internada, linhas de tiro e mais serviços do Exército*”, como se pode verificar em 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 51, de 18 de dezembro de 1909.

apresentava como a localidade preferida pelas autoridades militares da Velha República. Não por acaso foi escolhida para sediar o comando da 5ª Brigada Estratégica que, no entanto, jamais saiu do papel.

Campo Grande possivelmente começou a ser cogitada para essa finalidade a partir da doação daquele lote de terras e, também, quando foi designada para aquartelar o 5º Regimento de Artilharia Montada. Entretanto, essa unidade não pôde ser instalada definitivamente em Campo Grande até idos de 1914 e ainda assim em função das insistências de algumas lideranças políticas da localidade. Com efeito, nesse interregno, o 5º RAM foi dividido em dois grupos, ficando um em Aquidauana, acampado às margens do rio de mesmo nome, e o outro permaneceu em Campo Grande, envolvido nas obras de construção do seu próprio aquartelamento.

Convém mencionar que, segundo Paulo Coelho Machado, a definitiva transferência do 5º RAM para Campo Grande se deveu à atuação de “*todo o povo nos trabalhos de transporte da tropa e do material da ponta dos trilhos para cá [Campo Grande]*”. Ou seja, a definitiva transferência da primeira unidade militar a se instalar do município teria sido, ao menos em parte, o resultado da iniciativa do seu “*povo*”. Delongas à parte, importa referir que a ferrovia e o quartel de artilharia na cidade são indicados como fatores de aumento vertiginoso dos preços dos bois e das terras. A conclusão do autor dispensa maiores comentários: “*toda gente ganhava dinheiro*”<sup>222</sup>.

A tradição memorialista local atribui a transferência da sede do comando militar em Mato Grosso de Corumbá para Campo Grande à visita do general Eduardo Sócrates, na época comandante da Escola Militar<sup>223</sup>, contudo, Campo Grande apresentava condições que a colocavam numa situação bastante favorável em detrimento dos demais municípios sulinos: a própria centralidade geográfica no sul do Estado (equidistância em relação às fronteiras com o Paraguai e Bolívia e em relação às bacias hidrográficas dos rios Paraná e Paraguai), o município se localizava em altitudes relativamente superiores aos das regiões em redor (superiores a 700 metros), clima considerado “*salubérrimo*” (o que deveria ser bastante atraente às autoridades militares da época, preocupadas com os prejuízos causados

<sup>221</sup> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. CNPI. *Relatório dos Trabalhos Realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, Apresentado às Autoridades do Ministério da Guerra pelo Major de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon como Chefe da Comissão*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949, p. 15. Essas informações foram retiradas pelo autor do relatório das instruções gerais remetidas pelo Ministério da Guerra em 11 de julho de 1900.

<sup>222</sup> MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas Ruas da Cidade: A Rua Alegre*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1997 (Pelas Ruas da Cidade), p. 130.

<sup>223</sup> CONGRO, Rosário. “Outras Ruínas: como decorre a História”. In: *Crônicas e Alguns Poemas*. São Paulo: Saraiva, 1957, pp. 14-39. Apud BRAZIL, Maria do Carmo. “Sobre a Transferência da Sede da Circunscrição Militar de Corumbá para Campo Grande” [no prelo], p. 4.



ao Exército pelo excesso de pessoas internadas por doenças atribuídas ao clima, como o beribéri), grande quantidade de campos e pastagens (ideais para a organização de internadas militares, uma das principais carências do Exército na época, que ainda dependia, em boa medida, da tração hipomóvel para a condução de tropas e suprimentos), era, desde 1914, atravessado pela ferrovia NOB (o que o colocava em proximidade com a maioria das localidades do sul de Mato Grosso e, sobretudo, com o eixo político-econômico-administrativo)<sup>224</sup>, tinha boas condições para o abastecimento de água (uma das grandes dificuldades do comando militar em cidades como Corumbá e Cuiabá), tinha maiores facilidades de ligação com os dois grandes centros populacionais da fronteira com o Paraguai (Bela Vista e Ponta Porã) do que Aquidauana<sup>225</sup> e, enfim, apresentava boas perspectivas de crescimento que, ao fim e ao cabo, significavam incremento populacional e econômico, que futuramente poderiam implicar em boas condições de recrutamento militar e abastecimento das forças ali aquarteladas.

Para Pandiá Calógeras, na época em que esteve à frente do Ministério da Guerra, “*Campo Grande*” era “*a zona natural de concentração das tropas*” no Estado de Mato Grosso, embora entendesse que Corumbá fosse a “*principal cidade do Estado*”. Se referindo a Campo Grande registrou:

situada a 20°2'15" de latitude sul e 11°36'55" de longitude oeste do meridiano do Rio de Janeiro e à uma altitude de 735 metros, Campo Grande pela sua privilegiada situação geográfica, constitui um ponto estratégico e está naturalmente escolhido para estação inicial dos ramais férreos que em futuro não remoto, deverão ser construídos para alcançar Bela Vista e Ponta Porã na fronteira sul e Cuiabá, passando por Coxim. O clima de Campo Grande é ameno; as estações são bem diferenciadas; não há quedas bruscas de temperatura e conseqüentemente a cidade é salubérrima, sendo diminuta a porcentagem de óbitos<sup>226</sup>.

Em maio de 1920, o mesmo ministro autorizou o comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso a aceitar oferecimento feito pelo intendente municipal de Campo Grande de “*um prédio para a instalação provisória, por tempo que necessário for, do*

---

<sup>224</sup> A própria transferência da sede do comando possivelmente se prenda ao objetivo de oferecer maior segurança à ferrovia, evitando assim um eventual “*golpe de mão*” partido da fronteira com o Paraguai. Cf. QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma Ferrovia entre Dois Mundos*: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20. São Paulo: EDUSC; Campo Grande: UFMS, 2004, pp. 143-144.

<sup>225</sup> QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma Ferrovia entre Dois Mundos*: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20. São Paulo: EDUSC; Campo Grande: UFMS, 2004, p. 372.

<sup>226</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo dr. João Pandiá Calógeras, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1920*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920, pp. 17-18.

*quartel general dessa Circunscrição, mediante algumas adaptações e reparos a que a respectiva Municipalidade se obriga a fazer*<sup>227</sup>.

Em março do ano seguinte, o capitão Aristides Paes de Souza Brazil, do 11º RAM, antigo 5º RAM, representou o comando da CMMT na assinatura do contrato entre o Ministério da Guerra e a Intendência Municipal de Campo Grande para a ocupação do prédio destinado àquele Quartel General<sup>228</sup>. Neste mesmo Boletim há a transcrição do contrato de locação do edifício a ser usado para constituir a sede do comando da CMMT, localizado na avenida Mato Grosso nº 2. Segundo as cláusulas desse contrato, o prédio havia começado a passar por modificações desde o mês de junho do ano anterior. O edifício foi alugado diretamente pelo proprietário à Intendência, que se responsabilizou pelo pagamento do aluguel no valor de 500\$000 mensais, ficando o Ministério da Guerra alheio a esse contrato, o qual ainda dava liberdade ao comando da CMMT de efetuar obras de reparos de acordo com as suas necessidades<sup>229</sup>.

Uma das maiores preocupações do Estado-Maior do Exército, num tempo em que os exércitos ainda dependiam em boa medida da tração animal para a sua locomoção, dizia respeito às fontes para a reposição da sua cavalaria e dos muares em tempo de guerra (o chamado serviço de remonta), pois nesse particular o Brasil dependia de fornecedores uruguaios e argentinos<sup>230</sup>. Assim, os arredores de Campo Grande pareciam oferecer condições consideradas satisfatórias para a criação de equinos e muares. O comando do Exército em Mato Grosso, no entender do Estado-Maior, deveria se instalar nas proximidades dessa potencial grande fornecedora de meios de transporte para as demais unidades localizadas no Estado.

O Exército, apesar de todas as opiniões em contrário, exercia papel de polícia ao coibir e, em algumas ocasiões, sair no encalço de bandidos. Nessa época as sedes de guarnições militares contavam com patrulhas diárias que encetavam o policiamento das mesmas. Corumbá, Porto Murtinho, Nioaque, Aquidauana, Cáceres, Bela Vista e Ponta Porã, aparentemente, contavam com esses serviços. Os próprios dirigentes estaduais reconheciam e faziam questão de recomendar as intervenções do Exército no tocante à manutenção da ordem oligárquica na sua unidade política. Em 1909, o presidente do

---

<sup>227</sup> CIRCUNSCRIÇÃO MILITAR DE MATO GROSSO (CORUMBÁ). Boletim Interno nº 139, de 15 de junho de 1920. Doravante a expressão Circunscrição Militar de Mato Grosso será indicada pela sigla CMMT.

<sup>228</sup> CIRCUNSCRIÇÃO MILITAR DE MATO GROSSO (CORUMBÁ). Boletim Interno nº 56, de 05 de março de 1921.

<sup>229</sup> CIRCUNSCRIÇÃO MILITAR DE MATO GROSSO (CORUMBÁ). Boletim Interno nº 56, de 05 de março de 1921.

<sup>230</sup> Cf. PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 132.

Estado de Mato Grosso, Pedro Celestino Corrêa da Costa, escreveu ao Barão do Rio Branco, então ministro dos Negócios Exteriores, tratando de vários problemas do Estado. Referindo-se às “*condições peculiares do sul de Estado*” e à “*anarquia sempre reinante na República vizinha*” do Paraguai, opinou que a guarnição federal na região precisaria ter “*instruções especiais para prestar auxílio não só às autoridades aduaneiras da União como às do Estado nos casos de perturbação da ordem e contrabando*”<sup>231</sup>.

Portanto, era a fraqueza estrutural do Estado e, por conseguinte, a falta de condições para estabelecer e manter a ordem o que determinava a sua dependência em relação ao Exército. Numa época em que o Estado era marcado por um clima de *instabilidade e violência*<sup>232</sup>, a presença do Exército poderia ser um fator de tranquilidade e até inibidor da ação de caudilhos e bandos armados que assolavam povoados, vilas e cidades<sup>233</sup>.

A instalação da NOB no Sul de Mato Grosso condicionou a aproximação dos dirigentes brasileiros em relação ao espaço mato-grossense e uma profunda inflexão na sua organização militar, uma vez que a ferrovia possibilitava acesso mais rápido do que qualquer outro meio de transporte até então utilizado na região. Assim, um trajeto que poderia durar meses passou a ser rivalizado por outro que durava dias, quiçá horas (dependendo de onde se partia).

Contudo, a citada política de concentração de forças no Estado nesse período não contava com suporte no que a sua população poderia proporcionar ao Exército e, por essa razão, a maior parte dos efetivos que nele serviam era constituído por indivíduos exógenos ao meio.

Com efeito, nova reforma ocorrida nos anos de 1915 e 1916 determinou que as forças do Exército em Mato Grosso fossem drasticamente reduzidas. Dos três regimentos de infantaria que ficavam acantonados no Estado um foi dissolvido e outro transferido para o interior de São Paulo. Um dos dois regimentos de cavalaria foi também dissolvido, embora nunca tenha saído do papel, e o batalhão de artilharia que defendia a região de Corumbá foi reduzido para uma bateria que passou a ocupar o Forte Coimbra. Assim, Mato

---

<sup>231</sup> Cf. *CARTA de 14 de dezembro de 1919*. Arquivo Histórico do Itamarati. Apud BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)*. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997, p. 115.

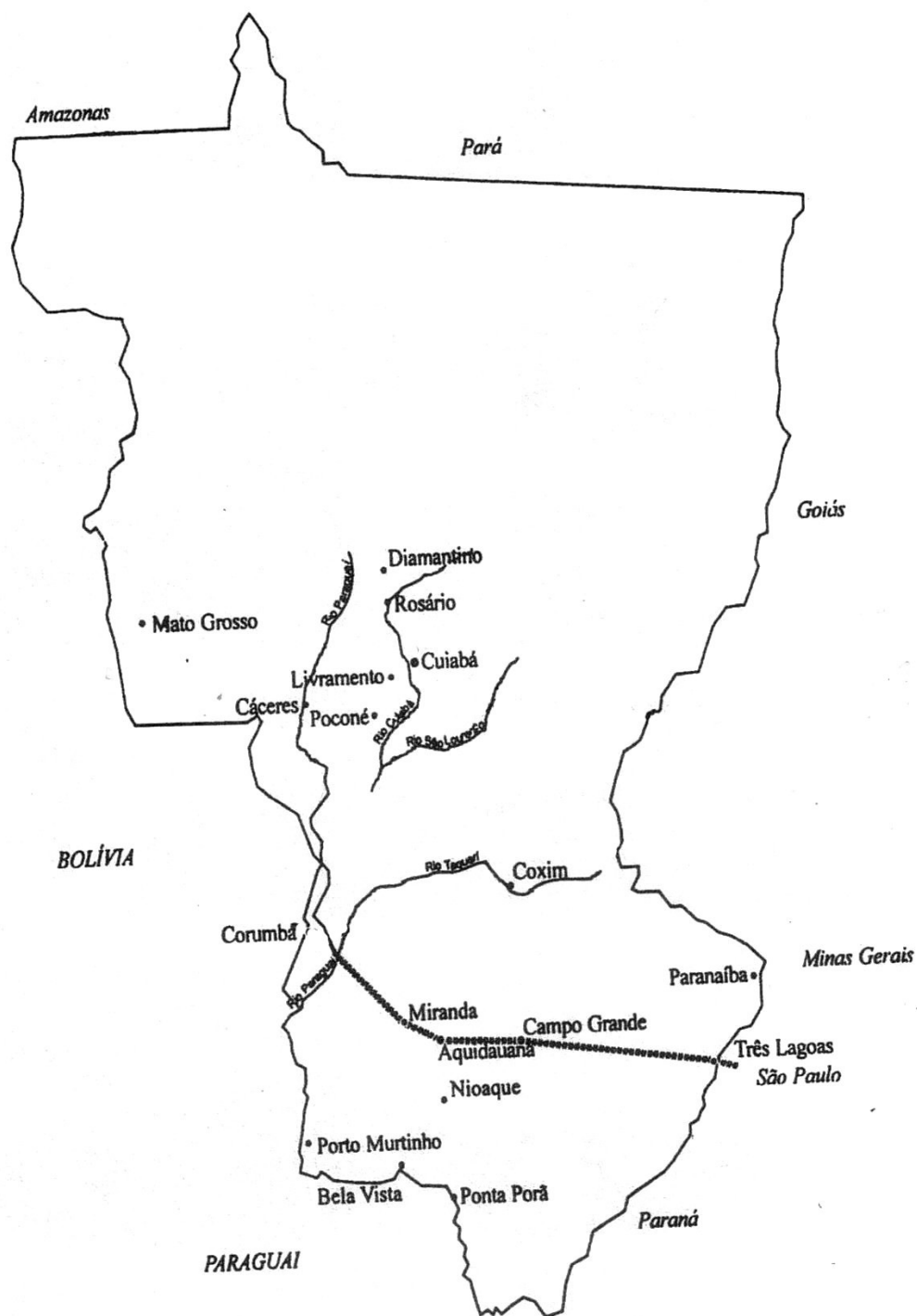
<sup>232</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 35.

<sup>233</sup> Embora geralmente não registrem as razões, abundam Ordens dos inspetores da 13ª Região Militar para a composição de diligências para se dirigirem a localidades mato-grossenses. Como a Ordem do Dia nº 31, de 30 de setembro de 1910 para que fossem enviados 50 praças “*armadas, equipadas e municadas*”, sob o comando do segundo-tenente Amaro de Azambuja Villanova para Cáceres com 15 mil cartuchos de guerra para fuzil mauser.

Grosso perdeu o status de divisão de exército e ficou com quadros menores do que os equivalentes a uma brigada. A 13ª Região Militar, até então sediada em Mato Grosso, foi transformada em Circunscrição Militar e passou a se subordinar diretamente a 6ª Região Militar.

Ao mesmo tempo, o Estado de São Paulo (sede da 6ª Região Militar) ganhou maior importância militar e, tendo apresentado forte incremento populacional nessa mesma época, passou, sobretudo após a aplicação da chamada Lei do Sorteio Militar, a concentrar maior número de corpos do Exército em seus limites. Foi assim que, após essa drástica diminuição da presença de forças militares terrestres em seu território, com a instalação da NOB, fechou-se uma fase da organização militar em Mato Grosso.

O próximo Capítulo procurará oferecer indicações a respeito da vida arregimentada nos corpos do Exército sediados no antigo Estado de Mato Grosso, especialmente na condição de praça.



Mato Grosso em 1914. Fonte: CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: UFMS, 2006, p. 73 [modificado].

### III – SERVIR EM MATO GROSSO: BREVES APONTAMENTOS ACERCA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS PRAÇAS EM MATO GROSSO NAS DÉCADAS INICIAIS DO SÉCULO XX

*Servir, em Mato Grosso, nas condições atuais é pagar um pesado e inútil tributo ao esquecimento de si próprio, ao tédio e à melancolia, no país do Silêncio.*

Annibal Amorim

Neste capítulo pretende-se apresentar as condições sob as quais se efetuava o serviço militar, especialmente na condição de praça, nos corpos das tropas do Exército sediados nos municípios mato-grossenses nos anos anteriores ao início da aplicação da Lei do Sorteio Militar (1916). Com essa finalidade foram utilizadas as chamadas *Ordens do Dia*, registradas nos *Boletins Internos* do Distrito Militar sediado em Mato Grosso, os quais correspondem a parte dos documentos oficiais do Exército, produzidos na região<sup>234</sup>, os registros memorialistas de oficiais que serviram ou não no Estado, e, secundariamente, os jornais de época. Isto posto, são necessários alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, a partir de janeiro de 1908 passou a vigorar no País uma lei estabelecendo o serviço militar obrigatório a qual, todavia, só começou a ser cumprida no final de 1916. Com efeito, o espaço cronológico delimitado pelos anos de 1908 e 1916 constitui momento privilegiado para análise da transição do Exército, em nível regional, de um modelo de recrutamento militar profissional de cima a baixo, isto é com praças e oficiais permanecendo por longos anos no serviço do Exército, para o de recrutamento universal, com um corpo permanente de oficiais e os praças sendo anualmente incorporados e desincorporados, passando a constituir reservas treinadas, sempre crescentes e mobilizáveis em caso de necessidade<sup>235</sup>.

Em segundo lugar, deve-se apontar para o fato de que os registros oficiais utilizados eram produzidos pelo órgão ao qual se subordinavam todos os estabelecimentos do Exército naquela unidade federativa; à exceção do 5º BE, comandado pelo então tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, que na época respondia diretamente ao Ministério da Guerra por estar envolvido na construção das linhas telegráficas ligando o Estado de Mato Grosso ao Amazonas, embora se vinculasse à referida repartição no

---

<sup>234</sup> Sucessivamente 7º Distrito Militar (1892-1908), Inspeção da 13ª Região Militar (1909-1915) e Circunscrição Militar de Mato Grosso (1915-1934).

<sup>235</sup> CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 23.

tocante ao recebimento de numerários, recursos materiais para as atividades que desenvolvia, bem como o recebimento dos efetivos indispensáveis ao serviço, fossem oficiais ou praças. A expressão *ordem* remete também à parada realizada cotidianamente nos quartéis, quando eram lidos, de maneira cerimoniosa, esses registros em alto e bom som, de modo a que todos pudessem ouvir as ordens, conselhos e determinações dos chefes militares<sup>236</sup>.

Embora, entre 1909 e 1915, os oficiais designados para se colocar à frente dessas grandes unidades administrativas fossem formalmente reconhecidos como inspetores, a verdade é que se comportavam como comandantes. Portanto, em geral, as ordens e determinações originárias desses militares, as quais eram registradas nos referidos boletins de serviço, eram dadas na primeira pessoa ou de forma pessoal direta e imperativa: *Mandei verificar praça na forma da lei*, ou *Seja preso por 30 dias*, etc. Essa maneira de proceder representa uma característica do momento vivido pela burocracia militar na época. Desse modo, as vozes dos chefes militares podem ser ouvidas claramente através desses boletins, embora esses documentos mantivessem invariavelmente um formato padrão.

Nesse sentido, além de documentos de caráter administrativo, eram também um meio de comunicação dos sucessivos comandantes ou inspetores da referida Região com as demais organizações militares do Estado, conseqüentemente com os oficiais e praças que nela serviam, e até mesmo com o próprio Ministério ao qual estavam subordinados, uma vez que cópias desses registros eram enviadas àquele órgão do governo periodicamente.

Portanto, em meio a insípidos relatos administrativos que incluíam nomeações de oficiais e praças para a ocupação de postos e cargos, relação de militares escalados para o serviço de guarda, ordens de transferência, instalação de inquéritos policiais militares e conselhos de guerra, relatos de inspeção, registros de alistamento e engajamento de praças, registros de promoções, entre outros, encontram-se também julgamentos pessoais dos inspetores a respeito de outros oficiais, praças, autoridades civis, pessoas públicas, comerciantes e até mesmo sobre o ambiente político em determinadas localidades, no contexto estadual e federal, o que incluía elogios, punições, conselhos pessoais e coletivos, repreensões, etc.

As Ordens do Dia eram inicialmente lançadas seguindo interstícios de 7 a 15 dias. Isto possivelmente se dava de acordo com a disponibilidade dos comandantes e inspetores para dar cabo dessa tarefa na sede da Inspeção. Portanto essas ordens poderiam incluir os

---

<sup>236</sup> Cf. CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998, p. 124. Esse momento também era conhecido como “o detalhe”.

assuntos acumulados em igual período. Vez ou outra as ordens poderiam ser assinadas pelo oficial mais antigo disponível no momento, ou mesmo pelo responsável pelo Serviço de Estado-Maior Regional. Posteriormente, esses documentos começaram a ser expedidos mais amiúde, tornando-se diários, passando a ser conhecidos, por essa razão, como boletins diários.

A sede do comando localizava-se no município de Corumbá, e, na realidade, desde os tempos coloniais as autoridades militares em Mato Grosso atribuíam grande valor estratégico ao local, sobretudo após a construção de um forte, desde então conhecido como Coimbra, nas proximidades. Corumbá, inicialmente denominada Albuquerque, foi escolhida para abrigar um povoado que daria suporte logístico àquela fortificação<sup>237</sup>. Durante o Império, se levarmos em consideração o que indicam os *Relatórios dos Presidentes da Província de Mato Grosso*, apesar de o Comandante das Armas permanecer a maior parte do tempo em Cuiabá<sup>238</sup>, a disposição das forças brasileiras ao longo da fronteira com o Paraguai e com o sudeste da Bolívia sempre respeitou o princípio estratégico que considerava Corumbá e o Forte Coimbra como o eixo do sistema defensivo da Província. Posteriormente, com o advento da República, o comando do Exército no Estado foi definitivamente transplantado para Corumbá.

Embora a expressão *inspetor* possa gerar a expectativa de que o ocupante desse tipo cargo vá exercer alguma fiscalização, a dar credibilidade aos documentos da 13ª RM, os oficiais inspetores permaneciam a maior parte do tempo em que ficavam à frente daquela repartição do Exército na cidade de Corumbá, absorvidos pela sua rotina burocrática, uma vez que, no período analisado, foi pouco comum o deslocamento das autoridades militares pelas guarnições do Estado, sobretudo as localizadas no Norte, em Cuiabá e Cáceres. É provável que as grandes distâncias que separavam os centros populacionais do antigo Estado de Mato Grosso fossem um fator inibidor do cumprimento dessa praxe administrativa, embora a “falta de vontade” da parte dos inspetores seja também um elemento a ser considerado<sup>239</sup>. Em todo caso, Corumbá constituía a maior aglomeração militar da região. Além do Arsenal de Guerra de Ladário e de unidades da Força Pública

---

<sup>237</sup> Encontrei importantes referências a respeito em MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1966. p. 22. Devo agradecer ao Bruno Tulux por essa indicação.

<sup>238</sup> Em certas ocasiões os Comandantes das Armas na província permaneceram algum tempo em Corumbá ou Coimbra.

<sup>239</sup> Para se ter uma noção das dificuldades e sofrimentos inerentes às viagens pelo interior de Mato Grosso, cf. MARIN, Jérri Roberto. “Recristianização e Civilização dos Sertões Mato-Grossenses: a visita pastoral de D. Carlos Luiz D’Amour ao sul da Diocese de Cuiabá, em 1886”. In: MARIN, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de (org.) *História, Região e Identidades*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003, pp. 183-214.



estadual, a guarnição da cidade também contava com o 13º e 14º RI, o 3º BAP e com o único Hospital Militar existente no Estado<sup>240</sup>.

Desde 1874 o recrutamento forçado para as forças de primeira linha tornou-se ilegal, em decorrência do estabelecimento da primeira Lei do Sorteio Militar outorgada no País. Posteriormente, em janeiro de 1908, a disposição dos dirigentes republicanos em fornecer levadas anuais de recrutas para as forças armadas levou-os a restabelecer o serviço militar na modalidade obrigatória. Entretanto, repetiu-se a experiência dos tempos imperiais e as autoridades militares brasileiras não conseguiram tornar essa disposição legal uma realidade. O Exército continuou a depender, na prática, do voluntariado e quando o número dos voluntários genuínos se mostrava insuficiente, recorria-se ao expediente do recrutamento forçado, como discutido no Capítulo 1 desta dissertação.

O resultado dessa situação foi que o Exército, embora continuasse a recorrer ao expediente do recrutamento “a laço”, do ponto de vista formal não reconhecia que agia dessa forma, oficialmente afirmando que todos os ingressantes nas fileiras o faziam na condição de “voluntários”. Portanto, nos registros da 13ª Região Militar não se encontram alusões à coerção para obter recrutas para o Exército no Estado, mas sim aos “voluntários” que vez ou outra ingressavam nas fileiras da força terrestre.

Por outro lado, os elementos empíricos disponíveis permitem que se afirme que uma boa parcela dos alistados era efetivamente constituída por genuínos voluntários, pois as memórias de militares referentes ao período indicam essa constatação. Em geral afirmam que o Exército se servia, em boa medida, de elementos originários da Região Nordeste do País, e, afinal, a atividade militar poderia constituir uma alternativa de ocupação num contexto econômico em que as oportunidades de emprego deveriam se mostrar restritivas, sobretudo naquela região.

Sobre o tipo humano que habitava os quartéis do Exército nessa época, o memorialista militar Estevão Leitão de Carvalho deixou um registro bastante esclarecedor:

A tropa era constituída de indivíduos de todos os matizes, em geral nortistas e nordestinos, vindos em contingentes, poucos filhos do Rio, voluntários e engajados. Divisava-se o caldeamento em que se ia processando a formação da raça brasileira com os seus tipos variados: crioulos, cafuzos, mulatos, cabrochas, brancos. Muitos combatidos pela malária, verminose, alimentação inadequada ou insuficiente, analfabetos, tristes. (...) Os que sentavam praça faziam-no como meio de vida, ou impelidos pelos pais, como castigo. Não se pretendia selecionar, devido à falta de gente (...) Rejeitá-los, seria deixar sem efetivo a unidade. A

---

<sup>240</sup> AMORIM, Annibal. *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre: aspectos da Amazonia do Rio ao Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1909, p. 456.

solução era, pois, recebê-los e discipliná-los, com mão forte. As punições envolviam castigos corporais<sup>241</sup>.

Corumbá, nas décadas iniciais do século XX, era um município diferenciado no contexto mato-grossense. Lá, as relações assalariadas de trabalho e produção estavam mais claramente demarcadas. Havia indústrias, transporte marítimo e um comércio relativamente ativo, em grande medida beneficiado pela concentração de forças da Marinha e do Exército. Além disso, Corumbá se manteve nesse período como um importante, para não dizer principal, entreposto entre o Estado e o mundo exterior, incluindo as demais regiões do País. Assome-se a isso, e em decorrência disso, como um vetor através do qual Mato Grosso se inseria na *modernidade*, sob o ponto de vista do que era reconhecido como progressista e civilizado pela ideologia burguesa então hegemônica naquela fase de desenvolvimento da economia capitalista<sup>242</sup>.

Portanto, a cidade de Corumbá reunia duas condições importantes para se tornar uma grande fornecedora de recrutas para as forças armadas: o fato de sediar os comandos das duas forças na região e de possuir o segundo maior contingente populacional do Estado, embora grande parte da sua população também fosse constituída por estrangeiros<sup>243</sup>.

A esse respeito vale verificar os sucessivos relatórios dos presidentes do Estado de Mato Grosso durante a Primeira República, nos quais os mesmos se mostravam surpresos diante dos elevados claros verificados nos batalhões e regimentos da Força Pública quando se notava, nos municípios, grande número de “*desocupados*” e mesmo “*delinquentes*” “*infestando*” ruas e estradas do interior e da Capital<sup>244</sup>. Com efeito, o 1º vice-presidente Pedro Leite Osório, em sua mensagem presidencial de 1907, ao se referir à facilidade com

<sup>241</sup> CARVALHO, Estevão Leitão de. *Memórias de um Soldado Legalista*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961, vol. I, p. 159. Apud PINTO NETO, Osvaldo Ferreira. *República e Modernização: o debate sobre a implantação do serviço militar obrigatório (1889-1917)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 1997, p. 111.

<sup>242</sup> OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Estrada Móvel, Fronteiras Incertas: os trabalhadores do Rio Paraguai (1917-1926)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005, pp. 186-187.

<sup>243</sup> ÁLBUM GRÁFICO do Estado de Mato Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá/Hamburgo: Ayala & Simon Editores, 1914, p. 325. Neste documento é afirmado que o “*elemento estrangeiro*” compunha então “*a maioria*” da população de Corumbá, orçada em 15.000 habitantes em seu setor urbano (p. 326). Annibal Amorim apresentou números ligeiramente diferentes para 1910-1911. Segundo o memorialista militar, a população urbana de Corumbá era constituída por 3.000 “*naturais*”, 2.000 paraguaios, bolivianos e correntinos, 1.000 alemães, ingleses, italianos e portugueses, 1.000 soldados, 2.000 “*nacionais de varia procedência*” e cerca de 1.000 turcos. Totalizando cerca de 10.000 pessoas vivendo no setor urbano do município. Mais adiante informa que o município de Corumbá não contava “*mais de 14 mil habitantes*”. AMORIM, Annibal. *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre: aspectos da Amazonia do Rio ao Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1929, pp. 446-447.

<sup>244</sup> A esse respeito ver especialmente a *MENSAGEM dirigida à Assembleia Legislativa pelo Cel. Generoso Paes de Souza Ponce Presidente do Estado ao instalar-se a 3ª sessão da 7ª Legislatura em 13 de Maio de 1908*. Cuiabá, 1908, p. 12.

que o recrutamento era efetuado em Corumbá, uma exceção que na sua opinião deveria ser copiada pelos demais municípios do Estado, utilizou a expressão “*apreensão de voluntários*” para se referir ao preenchimento dos claros<sup>245</sup>.

Destarte, como a expressão utilizada pelo 1º vice-presidente ilustrou, o recrutamento forçado ainda era uma prática corriqueira em Mato Grosso nas primeiras décadas do século XX. Tanto as chamadas forças regulares (Exército, Marinha e Força Pública) quanto as “irregulares”, colocadas a serviço dos coronéis, sobretudo durante os conflitos armados também conhecidos como *revoluções*, eram parcial ou totalmente formadas, ao menos em sua base, por indivíduos de uma forma ou de outra coagidos. Aliás, nessa época, periódicos mato-grossenses de diferentes colorações partidárias estão repletos de queixas e acusações de parte a parte a respeito desse procedimento.

É o que se pode depreender das páginas do jornal oposicionista *A Reação* no período que vai de junho de 1902 a janeiro de 1903. Os seus redatores, Generoso Ponce e Antônio Correia da Costa, se diziam impossibilitados de se manifestarem no seu Estado natal por “*falta de garantias*” e o faziam na capital do Paraguai através do meio de divulgação do seu próprio partido, o Partido Republicano de Mato Grosso, que fazia oposição ao governo do presidente Antônio Paes de Barros. Assim, em junho de 1902, em editorial, os seus redatores denunciavam que os

moradores ribeirinhos do Cuiabá, S. Lourenço e Paraguai, até a cidade de Corumbá, estavam sendo vitimados pelo desbragado recrutamento que vinha procedendo o Coronel Severo J. da Costa e Silva, com várias lanchas e chatas armadas em guerra e guarnecidas por legionários da caserna do Itaicy. Os feitos do Coronel Severo nessa diligência foram viçosas flores para o triunfo da facção assassina que domina em Mato Grosso: o grande Coronel sabia remover óbices e dificuldades, ordenando friamente o assassinato daqueles que se negassem a engrossar as fileiras da *Legalidade* ou que pudessem opor obstáculos à sua negrada empresa<sup>246</sup>.

Em novembro do mesmo ano, os oposicionistas voltaram novamente à carga denunciando os “*verdadeiros atropelos e violências*” praticados na região de Vacaria “*e outras zonas do sul do Estado*” por uma escolta expedida pelo coronel gaúcho Felipe Brum com o fim de “*recrutar gente para formar o corpo de polícia de Ponta Porã*”. Segundo o articulista

---

<sup>245</sup> MENSAGEM apresentada pelo Exm. Sr. Cel. Pedro Leite Osório 1º vice-presidente à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da sua 7ª Legislatura no dia 13 de maio do corrente ano. Cuiabá, 1907, p. 11. O corpo policial acantonado em Corumbá era quase completo em efetivos enquanto o da Capital, Cuiabá, apresentava *deficit* superior à 100 praças.

<sup>246</sup> EDITORIAL. *A Reação*, Assunção, 30 jun. 1902, p. 2. Grifo do autor.

Homens trabalhadores, pais de famílias, e menores sob a tutela paterna, tem sido de modo brutal e violento arrancado de suas casas para esse fim. E não é só isso. As escoltas que andam nessas diligências nenhum respeito tem tido, segundo informações fidedignas que nos têm sido enviadas, pela propriedade alheia.

Dirigindo as suas palavras a uma região cuja principal atividade econômica era a pecuária extensiva, como era o caso do sul de Mato Grosso, o missivista apelou ainda para um ponto que deveria ser bastante sentido por uma parcela significativa dos moradores letrados daquela faixa meridional da fronteira oeste, a propriedade:

Assim é que esse bando de forasteiros, ao passo que afugentam os moradores, lhes carneavam as suas rezes e os prejudicavam. *Ora o recrutamento está abolido por nossas leis* e o Sr. Felipe Brum que se inculca amigo da ordem, não deve consentir nestes desmandos, nem tão pouco nos repetidos atentados contra o direito de propriedade. Supomos que esses fatos são praticados sem ciência sua, servindo-se do seu nome incumbidos de tal missão<sup>247</sup>.

De acordo com os editores, o presidente do Estado reunia forças na sua usina de Itaici e os fazia serem instruídos por um oficial do Exército licenciado. Afirmavam ainda que a finalidade desse “aparato bélico” era “intimidar a oposição e impedir que o Senador Ponce” seguisse para Cuiabá “para pleitear sua reeleição”<sup>248</sup>. Em edição subsequente da mesma publicação, os redatores afirmaram continuar recebendo “as mais justas queixas a respeito do desbragado, violento e ilegal recrutamento que por ordem do governo se está procedendo no sul do Estado para formar-se o corpo de polícia” de Ponta Porã. Segundo os mesmos, a população do sul andava “alarmada com esses atropelos; as propriedades estão abandonadas e a cata de gente para a tal polícia vão os apaniguados do Sr. Totó Paes praticando todos os crimes”.

Após a enumeração de todas as arbitrariedades cometidas pelos recrutadores da Força Pública, os redatores fizeram transcrever uma carta, a qual, segundo os mesmos, havia sido enviada à redação do jornal e demonstraria aos leitores a “situação anárquica, a falta de segurança individual, o nenhum respeito à lei, e aos direitos dos cidadãos e especialmente da classe laboriosa, dos lavradores e fazendeiros” vivida pela população mato-grossense naqueles tempos. Tratava-se de um comerciante mineiro residente no distrito de Miranda, na época município de Corumbá, que havia presenciado o

---

<sup>247</sup> EDITORIAL. *A Reação*, Assunção, 30 nov. 1902, p. 20. Grifos meus. O autor provavelmente se referia à Constituição republicana de 24 de fevereiro de 1891 que efetivamente tornou ilegal essa prática, embora ela continuasse a ser recomendada pelas autoridades estaduais de Mato Grosso, incluindo nesse rol o futuro presidente Generoso Ponce.

<sup>248</sup> EDITORIAL. *A Reação*, Assunção, 30 dez. 1902 p. 2.

recrutamento de seu único filho pelas “*hostes*” arregimentadoras da Força Pública do Estado na região das Sete Voltas. No seu entender, sendo o seu filho arrimo de família, estando o pai “*velho*”, “*doente*” e “*só*”, com todos os seus “*interesses abandonados, porque aqui não se encontra ninguém para ajustar*” e, acima de tudo, não estando o País ou o Estado em guerra e sendo o seu filho “*bom, morigerado e trabalhador*” e lhe fazendo “*tanta falta*” ao passo que as autoridades deixavam livres “*tantos vagabundos e desocupados*” se sentia deveras injustiçado e prejudicado<sup>249</sup>.

Está bastante claro, por essas últimas expressões, a quem deveria caber a pena do serviço militar. Para a *economia moral do recrutamento* então vigente naquelas paragens e em boa parte do Brasil homens *bons e trabalhadores* não podiam ser castigados com o serviço militar quando havia tantos indivíduos *desocupados* e mesmo *vagabundos* transitando pelas ruas das cidades e estradas rurais.

Com efeito, não obstante o fato de que a cidade de Corumbá conviviam com grande carência de mão-de-obra até o início da década de 1920, o serviço militar poderia se apresentar como uma alternativa de ocupação a uma importante parcela da população mato-grossense, sobretudo ao grande número de “*desocupados*” que vagava pelas ruas das maiores cidades do Estado<sup>250</sup>. Além disso, essas facilidades no tocante ao recrutamento em Corumbá certamente se relacionam ao fato de que muitos ex-praças do Exército e da Marinha deveriam permanecer no município após o licenciamento, mesmo os forasteiros.

Pelas razões supracitadas, a grande maioria dos registros de incorporação de “*voluntários*”, civis ou ex-praças que retornavam às fileiras, ocorriam em unidades sediadas em Corumbá. Outras cidades que forneciam “*voluntários*”, embora em quantidade sensivelmente menor: eram Aquidauana, Cáceres e, com um destaque um pouco maior que aquelas duas, Cuiabá.

Embora faltem condições empíricas para avaliar quantitativamente a procedência social, regional e até o meio de origem dos alistados, alguns indícios indicam que estes, em grande parte, eram procedentes de meios urbanos e dos mais baixos extratos da sociedade brasileira. Além disso, no que diz respeito à origem geográfica dos “*voluntários*” em Mato Grosso, se levarmos em consideração as memórias de oficiais que serviram o Exército nessa época, havia uma forte presença de elementos originários do “*Norte da República*” nas fileiras. Não é possível ter uma real noção da quantidade de mato-grossenses a serviço do Exército, pelo menos no seu estado natal.

<sup>249</sup> EDITORIAL. *A Reação*, Assunção, 10 jan. 1903, p. 1.

<sup>250</sup> Cf. OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Estrada Móvel, Fronteiras Incertas: os trabalhadores do Rio Paraguai (1917-1926)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005, p. 67.

Das 13 regiões militares nas quais o Exército dividiu o território brasileiro a partir de 1908, a 13<sup>a</sup>, cuja área de abrangência coincidia com o próprio território mato-grossense, era a que possuía o menor índice populacional, o que acarretava a necessidade de constantes transferências de praças de outras regiões já que, desde o fim do conflito com a república paraguaia, em 1870, os sucessivos governos que se seguiram mantiveram uma constante política de concentração de forças militares na região, persistindo essa situação no início da época republicana<sup>251</sup>.

Discorrendo sobre o que considerava o problema da falta de proporcionalidade na distribuição das organizações do Exército pelo território brasileiro, em publicação datada de 1911, o então primeiro-tenente do Exército, Mário Clementino afirmava:

Que o principio da militarização proporcional é também gravemente infringido (...) Ninguém diria, por exemplo, que seria equitativo e justo obrigar o Estado de Mato Grosso, com uma população de 160.000 habitantes, a fornecer o equivalente a 16 batalhões de infantaria, enquanto que a 5.<sup>a</sup> região (Pernambuco e Paraíba) com 2.600.000 habitantes, forneceria apenas o efetivo de dois batalhões. A consequência disso são os fatos seguintes: ou as regiões que não podem nutrir em homens as suas forças, tem-nas perpetuamente reduzidas ao esqueleto, como é o caso de Mato Grosso, ou o Ministério da Guerra é forçado a manter uma continua circulação de homens das regiões escassas em pessoal<sup>252</sup>.

Mato Grosso, nas décadas iniciais do século XX, estava muito próximo da expressão *vazio demográfico*. Com suas dimensões avantajadas, o Estado era habitado por população muito inferior a 200.000 almas, entre indígenas e não-indígenas<sup>253</sup>. Por conseguinte, a população mato-grossense mostrava-se cronicamente deficitária no tocante às demandas por efetivos das tropas de primeira linha, o que levava a um desequilíbrio entre as dimensões populacionais e a quantidade de forças federais nele aquarteladas. Assim, pode-se afirmar, com alta probabilidade de acerto, que os militares, de maneira geral, constituíam uma parcela exógena da população mato-grossense, desde os praças até os oficiais. O Quadro IX demonstra que a 13<sup>a</sup> Região Militar, apesar do grande número de

---

<sup>251</sup> Ver capítulo II.

<sup>252</sup> CARVALHO, Mário Clementino de. “O Estado Atual do Exército”. *O Comércio*, Cuiabá, 13 jul. 1911, pp. 02-03. Grifos do autor. O autor tomava como unidade de comparação o batalhão de infantaria, que na época era escalonado em três companhias. Quanto ao efetivo correspondente a um batalhão de infantaria na época, não foi possível conseguir informação precisa, mas, de acordo com o Relatório apresentado pelo ministro da Guerra ao Presidente da República no ano de 1896, a um batalhão de infantaria correspondia o efetivo de 425 praças e 25 oficiais. Provavelmente, no entanto, o autor estivesse usando como referência apenas o efetivo de praças. PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 36.

<sup>253</sup> CARVALHO, Mário Clementino de. “O Estado Atual do Exército”. *O Comércio*, Cuiabá, 13 jul. 1911, pp. 02-03.

unidades que a deveriam compor, era a Região Militar com menor índice populacional no território correspondente:

Quadro IX – Divisão Territorial do Exército estabelecida pela Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908		
Regiões	População	Tropa equivalente a batalhões
1. <sup>a</sup> Região [Amazonas e Acre]	430.000	2 batalhões
2. <sup>a</sup> Região [Pará e Aricari]	650.000	3 batalhões
3. <sup>a</sup> Região [Maranhão e Piauí]	1.085.000	2 batalhões
4. <sup>a</sup> Região [Ceará e Rio Grande do Norte]	1.400.000	1 batalhão
5. <sup>a</sup> Região [Paraíba e Pernambuco]	2.600.000	2 batalhões
6. <sup>a</sup> Região [Alagoas e Sergipe]	1.130.000	1 batalhão
7. <sup>a</sup> Região [Bahia e Espírito Santo]	2.550.000	3 batalhões
8. <sup>a</sup> Região [Rio de Janeiro e Minas Gerais]	5.500.000	3 batalhões
9. <sup>a</sup> Região [Distrito Federal]	850.000	17 batalhões
10. <sup>a</sup> Região [S. Paulo e Goiás]	2.840.000	3 batalhões
11. <sup>a</sup> Região [Paraná e S. Catarina]	730.000	18 batalhões
12. <sup>a</sup> Região [Rio Grande do Sul]	1.350.000	14 batalhões
13. <sup>a</sup> Região [Mato Grosso]	160.000	16 batalhões

Fonte: CARVALHO, Mário Clementino de. “O Estado Atual do Exército”. *O Comércio*, Cuiabá, 13 jul. 1911, pp. 02-03.

Assim, alistar indivíduos originários de outros locais implicava, necessariamente, em grande esforço administrativo e, também, em razoável dispêndio de recursos públicos, uma vez que aqueles deveriam ser transportados de seus locais de origem para a sede do comando para os referidos exames e, posteriormente, conduzidos para os seus corpos de destino. Isto se fossem considerados aptos para o serviço militar, o que nem sempre ocorria, dadas as condições sanitárias e de alimentação a que estava submetida a maior parcela da população brasileira naquela época. De fato, entre 1907 e 1916, a grande maioria dos alistamentos ocorriam em unidades sediadas na cidade de Corumbá.

Os registros do comando militar no Estado no período entre 1907 e 1916 não indicam os municípios de origem dos alistados, porém nota-se que a capacidade de arregimentação do Exército permaneceu relativamente baixa em Mato Grosso. No período supracitado, o número de civis alistados variou de 4 a 95 homens, observando-se um ligeiro aumento no final desse período. No entanto, como a partir de 1912 passou a vigorar proibição formal do alistamento de ex-praças, é possível depreender que boa parte dos indivíduos alistados como civis escondessem, na verdade, sua condição de ex-praças, sobretudo nos anos de 1913 e 1914, que registram considerável aumento dos números de alistamentos de civis, como é possível observar no Quadro X. De fato, a observação dos

referidos documentos permitem concluir que tais expedientes ocorriam com bastante recorrência.

Ano	Engajamentos*	Alistamentos (civis)	Alistamentos (ex-praças)**	Total
1907	40	16	39	95
1909	36	12	46	94
1910	31	23	40	94
1911	17	23	57	97
1912	36	4	17	57
1913	21	73	0	94
1914	10	95	0	105
1915	19	47	0	66
1916	09	4	0	13

Fontes: *Ordens do Dia* ou *Boletins Diários* do 7º Distrito Militar (para o ano de 1907), da 13ª Região Militar (entre 1909 e 1915) e da Circunscrição Militar de Mato Grosso. Acuso falta dos registros relativos ao ano de 1908<sup>254</sup>.

Em dezembro de 1914, por exemplo, o Ministério da Guerra recomendava às juntas de saúde das regiões militares “o maior escrúpulo e severidade na inspeção de saúde a que submetiam os indivíduos que se apresentassem ao serviço militar, a fim de evitar que ex-praças excluídos por sofrerem de moléstias incuráveis e contagiosas voltem novamente às fileiras pouco tempo depois da exclusão”<sup>255</sup>.

Essa proibição, embora contrariasse os costumes até então vigentes em vista da grande quantidade de alistamentos de ex-praças até 1912, era uma decorrência da tentativa de aplicação dos princípios contidos na Lei do Sorteio Militar de 1908, que visava a formação de reservas sempre crescentes para as unidades do Exército com esses mesmos ex-praças. Em janeiro de 1913, o inspetor permanente da 8ª RM (Rio de Janeiro e Minas Gerais) fez consulta ao Ministério da Guerra aventando a possibilidade de se recorrer ao recrutamento de ex-praças em virtude do escasso número de civis apresentados até aquele momento e da insistência de ex-praças solicitando o seu reingresso nas fileiras, ao que foi respondido pelo Ministro nos seguintes termos:

(...) que tudo que determinar modificação no Regulamento para o Alistamento e Sorteio Militar ou seu completo abandono, deverá ser lançado à margem ou não ser aprovado por quem de direito e como o

<sup>254</sup> Não consegui encontrar o livro de *Ordens do Dia* do 7º Distrito Militar relativo ao ano de 1908.

\* De soldados, músicos, ansepeçadas, cabos e sargentos.

\*\* Incluindo ex-praças da armada e excluindo ex-praças das Forças Públicas.

<sup>255</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 28, de 31 de dezembro de 1914. Telegrama do Departamento da Guerra de 23 daquele mesmo mês.



engajamento de praças já está perfeitamente regulamentado, o caso em questão não se justifica, visto poder perturbar o mecanismo do referido sorteio<sup>256</sup>.

Pode-se supor que as relações coronelistas que grassavam naquela grande porção do interior brasileiro fossem um fator de óbice à ação recrutadora do Estado, mesmo daqueles indivíduos indesejáveis que caíam nas malhas do banditismo profissional, muitas vezes sob a proteção dos poderosos locais<sup>257</sup>. Os coronéis da região também mantinham os seus pequenos exércitos, à frente dos quais participavam das pequenas guerras civis (chamadas *revoluções*), tão comuns entre 1890 e 1916, as quais faziam parte do seu próprio estilo de vida. Assim, com exceção dos maiores núcleos populacionais, não devia restar muitos “voluntários” ao serviço militar naquela parte da Nação. Por essa razão, grande parte dos praças eram, assim como os oficiais, exógenos ao meio mato-grossense, ou seja, eram alistados em outros Estados e transferidos para Mato Grosso, muitas vezes como forma de punição<sup>258</sup>.

A baixa capacidade de arregimentação do Exército em Mato Grosso acarretou na também baixa capacidade de mobilização do Exército naquela extremidade do País. Em decorrência disso, nas ocasiões em que as crises político-institucionais exigiram intervenção federal, o Exército não pôde contar com as suas unidades ali aquarteladas; sendo, portanto, necessária a mobilização de recursos militares em outros Estados. E, neste particular, as unidades situadas em guarnições sul-rio-grandenses, dada a sua maior proximidade do eixo fluvial rio-platense foram as mais utilizadas. A esse respeito vale destacar a já referida Questão do Acre e as intervenções federais ocorridas em 1899, 1906 e 1916-1917.

Outro ponto importante a ser destacado diz respeito ao ambiente de origem desses soldados. Os praças eram, em geral, originários de ambientes urbanos onde predominavam os chamados “elementos nocivos” à sociedade burguesa. Embora isso não queira dizer que não pudessem se dedicar a atividades típicas do meio rural, agricultura, extrativismo ou pecuária, antes de ingressarem nas forças de primeira linha, dada a predominância desses

---

<sup>256</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 01, de 9 de janeiro de 1913.

<sup>257</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006, p. 30.

<sup>258</sup> A esse respeito vale destacar o caso de Totó Paes, que, em 1901, por intermédio de Joaquim Murinho, a época ministro da Fazenda, conseguiu que um recruta, que lhe “devia” e fugira de uma de suas propriedades rurais, fosse desligado do Exército para voltar à sua propriedade, onde costumava reduzir os trabalhadores à escravidão por dívidas. Cf. CARONE, Edgar. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, p. 264, e PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952, p. 374.

ramos na economia e a inexistência de rigorosos critérios que segregavam o campo das cidades na organização da sociedade brasileira da época.

Além disso, os registros policiais da cidade indicam que, apesar da falta de braços para os setores produtivos da economia, havia um grande número de vendedores ambulantes e desocupados perambulando pelas ruas de Corumbá<sup>259</sup>, fato que preocupava as autoridades e os formadores de opinião locais. Em junho de 1910, um artigo publicado no jornal corumbaense *Correio do Estado*, destacava:

A polícia, em todos os tempos e em todo o mundo, teve a maior parte de sua atenção atraída para uma classe grandemente perniciosa, donde surgem a toda hora os mais terríveis criminosos – a classe dos desocupados. É do meio dos vagabundos que saem os desordeiros, os alcoolizados, os jogadores, os ladrões, os assassinos e os sedutores<sup>260</sup>.

Mais adiante, o articulista esclarecia os riscos que a “vadiagem” representava para a urbe corumbaense:

O homem sem trabalho torna-se frenético, exasperado, pronto a explodir a qualquer momento contra qualquer pessoa que tenha a infelicidade de esbarrar por ele (...) Muitos outros, não encontrando outro meio de adquirir dinheiro para as suas orgias, para a continuação da sua vida de descanço (sic) contínuo, ou para a satisfação de ambições inconfessáveis, sem coragem para lutar honradamente, atirando-se ao trabalho, inventam toda sorte de tramoias, quer por meio de documentos falsos, quer ameaçando ou mesmo saqueando: – estes desgraçados, que não demoram muito a se tornar assassinos, são os vagabundos que se fazem ladrões. Outros, ainda, depois de frequentarem as tavernas e as casas de jogos, depois de inscritos muitas vezes no cadastro policial como delinquentes inveterados, tomam de um trabuco e vão para os cantos desertos, onde não possam ser vistos por ninguém, e ali esperam friamente a sua vítima: – estes são os capadócios, os vadios que se fazem assassinos<sup>261</sup>.

Se levarmos em consideração o fato de que o mercado de trabalho da cidade se apresentava deficitário, depreende-se que muito possivelmente era entre esses “vadios” que o governo federal encontrava recrutas para as suas forças nas distantes paragens mato-grossenses, uma vez que os empresários, nas cidades, e os coronéis nas fazendas, não cederiam facilmente seus empregados e dependentes para esse fim. Portanto, tudo indica

---

<sup>259</sup> Cf. OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Estrada Móvel, Fronteiras Incertas: os trabalhadores do Rio Paraguai (1917-1926)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005, p. 102. Aparentemente existiam muitas pessoas ocupadas em atividades informais, fato que incomodava sobejamente alguns membros da plutocracia corumbaense, pois faltavam braços para o trabalho assalariado na iniciativa empresarial.

<sup>260</sup> REPRESSÃO À Vadiagem. *Correio do Estado*, Corumbá, 01 jun. 1910, p. 01.

<sup>261</sup> REPRESSÃO À Vadiagem. *Correio do Estado*, Corumbá, 01 jun. 1910, p. 01.

que era com elementos daquela estirpe que o Exército tentava preencher os seus claros no Estado.

O estado disciplinar da tropa provocava, no corpo de oficiais, preocupações semelhantes às do articulista do *Correio do Estado*. Os registros de entrada e saída de praças do Forte Coimbra, que na época funcionava como uma prisão militar, ocorriam com bastante frequência, do mesmo modo que também eram elevados os registros de pronunciamento dos graduados pela justiça civil. É muito provável que as constantes ocorrências disciplinares também se prendessem ao caráter punitivo de que era revestido o serviço arregimentado naquelas paragens.

Além disso, como apontou Euclides da Cunha em célebre passagem da sua mais conhecida obra, Mato Grosso era a “Sibéria canicular” do Exército brasileiro<sup>262</sup>. O lugar para onde eram enviados os desafetos políticos e aqueles indivíduos que colocavam em risco o *establishment* do Império e da República. No final do século XIX, por exemplo, os praças que haviam sentado praça no 2º BAP foram descritos como “*capoeiras e vagabundos que o sr. dr. Sampaio Ferraz enviou para Mato Grosso quando chefe de polícia desta capital*”<sup>263</sup>. Até mesmo os oficiais para lá transferidos, viam nessa media um quê de retaliação política ou, no mínimo, disciplinar. Ao se referir aos militares que se destinavam às guarnições mato-grossenses, o cronista militar Demerval Peixoto informava que “*oficiais, sargentos e praças eram quase sempre militares que seriam mandados para longe em consequência dos maus procedimentos*”<sup>264</sup>. A lista dos oficiais que sofreram esse tipo de retaliação é grande e os exemplos se multiplicaram atravessando os anos desde o final do século XIX até a década de 1930: Deodoro da Fonseca, Moreira César, Serzedello Corrêa, Bertoldo Klinger, José Pessoa, Mascarenhas de Moraes, entre outros menos conhecidos. Se isto se dava com os oficiais que ocupavam o topo da hierarquia, o que dizer dos praças, o elo mais fraco e subordinado dessa cadeia?

Na opinião de muitos analistas, a revolta intrínseca dos indivíduos enviados a Mato Grosso por razões políticas ou disciplinares muitas vezes os levavam a buscar expedientes para verem-se livres dessa situação:

Quando designado para servir em guarnições como as de Mato Grosso e Amazonas, o oficial, geralmente, não se faz acompanhar da família pela impossibilidade de poder mantê-la naqueles Estados; vê-se na contingência

<sup>262</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo/Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves/Ed. Paulo de Azevedo, 1950, p. 298.

<sup>263</sup> O DIÁRIO de Notícias. Rio de Janeiro, 29 abr. 1892. Apud LEAL, Joaquim Ponce. *Os Homens e as Armas: o conflito campo-cidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1980, pp. 109-110.

<sup>264</sup> PEIXOTO, Demerval. *Memória de um Velho Soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960, p. 27.

de dividir os seus vencimentos, já onerados por diferentes descontos, e fica em condições de tal modo precárias, que no fim de pouco tempo as privações por que passa, agravadas pelas preocupações morais, fatalmente determinam a moléstia que o obriga a retirar-se, e que muitas vezes é injustamente atribuída à insalubridade do clima do lugar. Será de grande utilidade para o serviço do exército a sua revisão especial neste sentido, restringindo-a à força arregimentada e corrigindo os vários inconvenientes que a sua aplicação tem manifestado e que muitas vezes a tornam mesmo impraticável, como se vê<sup>265</sup>.

Os contatos políticos na capital federal também eram de grande utilidade. Muitos indivíduos transferidos para Mato Grosso sequer chegavam a se apresentar e viam o decreto com a ordem de transferência ser anulado. Uma outra maneira de se ver livre das implicações financeiras e profissionais do serviço arregimentado nos corpos das tropas mato-grossenses era tomar parte em alguma “revolução” vitoriosa. Este foi o caminho tomado, por exemplo, por Serzedello Corrêa, que, tendo participado da malograda Revolta da Vacina em 1904, foi “exilado” em Corumbá. Porém, menos de dois anos após seu desembarque na capital militar de Mato Grosso, ajudou a promover a conciliação da família Murinho com o caudilho Generoso Ponce, que resultou na derrubada do então governador Antônio Paes de Barros e o restabelecimento daquele grupo no executivo estadual. As autoridades civis e militares da República nada puderam fazer quando Corrêa desembarcou novamente na capital federal ostentando as credenciais de deputado federal pelo Estado de Mato Grosso no ano seguinte<sup>266</sup>.

O diagnóstico dessa situação foi apresentado pela própria autoridade militar incumbida de reprimir a revolta encabeçada por Ponce e a família Murinho em 1906. De acordo com Dantas Barreto:

O mal continuará, porém, com todo o seu perigo latente, enquanto durar o sistema adotado por todos os governos da República, de preencherem os quadros da força federal, ali, com pessoal incorrigível de outras guarnições e com oficiais de todas as graduações que, por quaisquer circunstâncias, caem no desagrado dos governadores a quem o cumprimento exato do dever militar impressiona mal. Em tais condições é fácil, pelo hábito dos crimes não punidos em tempo e nos lugares onde foram praticados, ou pelo sentimento natural de vingança, a identificação de semelhante pessoal com elementos perturbadores da paz no longínquo Estado. O exemplo da última revolução, em que oficiais e praças se envolveram com maior desembaraço, na esperança de uma anistia que não se fez tardar, é a

---

<sup>265</sup> MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Francisco de Paula Argolo, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1906*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906, p. 07.

<sup>266</sup> Sobre o assunto verificar PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952 e BARRETO, Emygdio Dantas. *Expedição a Mato Grosso: a revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemert, 1907.

confirmação deprimente desse fato escandaloso já crônico em Mato Grosso<sup>267</sup>.

As quebras disciplinares por parte dos praças muitas vezes ocorriam em função da intervenção direta dos próprios oficiais ou em decorrência de incentivos que também tinham origem nas lideranças políticas locais<sup>268</sup>. Além disso, muitos oficiais mantinham com seus subordinados uma relação ao estilo patriarcal, ao emprestar-lhes dinheiro (algumas vezes a juros), usá-los para serviços domésticos, incluindo-os muitas vezes em seus círculos familiares na condição de agregados. A esse respeito convém dar destaque a dois elucidativos episódios ocorridos em momentos afastados pelo espaço de 10 anos. O primeiro deles envolveu um capitão que “*cometeu o abuso imoral de ordenar ao soldado que conduz água à casa dos oficiais empregados neste Quartel General, que a conduzisse também à casa de uma tal Blaudina, mãe de sua amasia*”<sup>269</sup>. O episódio revela que não era considerado escandaloso utilizar-se dos serviços de um subordinado para atender interesses particulares. Muito pelo contrário. Como se pode notar, o mesmo praça abastecia as residências particulares de toda a oficialidade da guarnição. A nota escandalosa desse fato se prendia ao fato de que o referido capitão, ao ordenar que um seu subordinado frequentasse uma “*casa de reputação duvidosa e por demais suspeita*”, demonstrava

absoluta falta de critério e escrupulo, em empregar soldados do nosso Exército em misteres tão baixos e repugnantes, juntando por esse modo mais esta falta de continência moral a que já há muito lhe era habitual e consistia em publicamente a luz do dia, procurar as ruas mais concorridas desta Cidade para nelas exhibir-se escandalosamente ao lado de sua concubina, ostentando assim um desprezo insolente pela opinião pública, que na sua qualidade de homem casado e chefe de família, deveria ser o primeiro a acatar e respeitar<sup>270</sup>.

Como se pode notar, o acontecimento só se tornou digno de menção pelo fato de ter envolvido a relação extraconjugal de um oficial, evidentemente com uma pessoa desqualificada naquele meio social.

O outro episódio, com certo tom emocional, deu-se em 1920, por ocasião da despedida do então coronel Emgdyo Tallone de seu ordenança, o anspeçada do 17º BC Manoel Oliveira da Silva, que o acompanhava desde março de 1914. Isto significa dizer

<sup>267</sup> BARRETO, Emygdio Dantas. *Expedição a Mato Grosso: a revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemert, 1907, pp. 52-53.

<sup>268</sup> Sobre isso convém verificar os exemplos do enredamento da tropa aquartelada em Mato Grosso nos inúmeros episódios violentos verificados no Estado nas décadas de 1890 e 1900 em PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.

<sup>269</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 18, de 04 de junho de 1910.

<sup>270</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 18 de 04 de junho de 1910.

que aquele praça se tornou uma espécie de mordomo do referido oficial, pois o acompanhou pelas diversas guarnições pelas quais havia passado aquele alto oficial até chegar ao comando da Circunscrição Militar de Mato Grosso naquele ano. As palavras utilizadas pelo chefe militar ao se despedir de seu ordenança são bastante reveladoras do tipo de sentimentos que poderiam prender os ocupantes dos diferentes graus da hierarquia, embora lamentavelmente não tenhamos condições de conhecer o ponto de vista do anspeçada: “*Ao dispensar este digno e correto anspeçada, cumpro com muita satisfação o dever de louvá-lo pela exemplar conduta que teve durante o longo período em que serviu comigo demonstrando em todos os seus atos muita lealdade e dedicação*”<sup>271</sup>.

Há, inclusive, indícios de que oficiais do Exército, ao se envolverem nas questões políticas locais, procuravam aliciar seus subordinados fazendo uso das suas lealdades pessoais para cometer desmandos e desbaratar oposições, à base de truculência. Este foi o caso do coronel Barbosinha, célebre por sua tentativa de separar o território mato-grossense da federação brasileira no episódio da chamada *República Transatlântica* em 1892.

Esse oficial, aliado ao ex-presidente do Estado, general Antônio Maria Coelho, que exerceu domínio político sobre o município de Nioaque e uma parte do antigo sul de Mato Grosso por algum tempo após a Proclamação da República, parece ter encontrado certa resistência por parte das lideranças políticas da cidade de Campo Grande. Este fato desencadeou uma série de ações violentas por parte de praças do Exército, ao que parece, a mando daquele mesmo coronel. Segundo Hélio Serejo:

Na sede do distrito de Campo Grande existia um pequeno destacamento militar, composto de 13 homens, cujo comandante era o sargento Ludgero Magalhães. A pequena povoação, abrigando numerosos forasteiros em seu seio, resolvera denunciar esse militar ao coronel Barbosa, sobre quem pesavam gravíssimas acusações. Os seus crimes de defloramento eram incontáveis. E havia mesmo sérias desconfianças de que andava acoitando ladrões e contumazes desordeiros. O audacioso distrito de Campo Grande anda reclamando contra o comandante do destacamento? Pois bem. Tomaria as providências, sim. E quais foram essas providências? Deu mão forte ao indigno sargento Ludgero, aconselhando-o da maneira mais vil possível “que baixasse o relho na canalhada”. E recrudescer então no coração do monstro o seu instinto bestial. Surrou gente pacata. Trancafiou no xadrez pobres e indefesos republicanos<sup>272</sup>.

<sup>271</sup> CIRCUNSCRIÇÃO MILITAR DE MATO GROSSO (CORUMBÁ). Boletim Interno nº 149, de 26 de junho 1920.

<sup>272</sup> SEREJO, Hélio. *O Homem Mal de Nioac*. Apud MACHADO, Paulo Coelho. *A Rua Velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990, p. 66 (Pelas Ruas da Cidade). Ver mais a respeito em PALERMO, Miguel A. *Nioac: evolução política e revolução de Mato-Grosso*. Rio de Janeiro: Cruz Coutinho, 1986.

Os militares, quando condenados a períodos de detenção iguais ou superiores a dois anos, eram automaticamente desligados das fileiras, caso contrário cumpriam suas penas em prisões militares, como a de Coimbra, sobretudo os praças. Os jornais corumbaenses, com relativa recorrência, davam notícias como a que se segue:

Na noite de 9 para 10 do corrente, Julio de Lima, praça do 14º regimento de infantaria assaltou a casa de negócio de Câmera & Calábria, à rua do comércio desta cidade, e roubou cerca de 8 contos de réis em dinheiro e mercadorias (...) Julio acusa um outro companheiro de nome Cassiano, que ainda não foi encontrado<sup>273</sup>.

Se já era difícil exercer algum tipo de controle ou repressão sobre os “vadios” nas cidades, o que dizer dos praças do Exército, que portavam armas cedidas pelo próprio governo? Em certos casos a presença de guarnições do Exército poderia significar expectativa de segurança para algumas povoações do Estado, em outros poderia ser um elemento de instabilidade na complicada e violenta ordem social mato-grossense, sobretudo no que diz respeito aos interesses da camada proprietária daquela sociedade. Além disso, a julgar pela notícia abaixo, publicada na edição de 30 de julho de 1910 do diário corumbaense *Correio do Estado*, os próprios oficiais não tinham muitas razões para se julgarem seguros:

Destacamos no nosso serviço telegráfico a seguinte notícia, sobre as gravíssimas ocorrências que se deram no dia 27 do corrente em Porto Murtinho: “Porto Murtinho, 27, – A bateria destacada nesta localidade, em estado de embriaguez, sublevou-se hoje às 2 1/2 (sic) horas da tarde, assaltando a residência particular do comandante da bateria, sr. tenente João Manoel, onde se achavam hospedados os srs. capitão Pedro Rodrigues Bastos, e tenente José Augusto Caldas. (...) O fim dos assaltantes era assassinar a todos aqueles oficiais, pois sustentaram contra eles forte tiroteio, caindo varado por duas balas o capitão Pedro Rodrigues Bastos, que faleceu (sic) momentos depois. (...) Os tenentes José Augusto Caldas e João Manoel Pinto, comandante da bateria, foram feridos por tiro de revólver. Os revoltosos, diante da enérgica atitude dos oficiais, retiraram-se para as imediações da povoação, onde acamparam. Os soldados restantes não inspiram confiança, por isso o povo pegou em armas para defender a povoação e os oficiais em caso de novo ataque”<sup>274</sup>.

Sobre os mesmos fatos, o inspetor da 13ª RM, em Ordem do Dia publicada em julho de 1910, declarou o seguinte: “*Acabrunhado pelo pesar, dou publicidade a este fato*

<sup>273</sup> CORREIO DO Estado, Corumbá, 15 dez. 1910, p. 3.

<sup>274</sup> REPRESSÃO À Vadiagem. *Correio do Estado*, Corumbá, 01 jun. 1910, p. 03. Grifos meus. Encontra-se uma descrição desse mesmo fato em 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 25, de 29 de julho de 1910. Bateria: fração de unidade da arma de Artilharia. Neste caso do 3º BAP.

*revoltante, que vem mostrar a sanha brutal e desenfreada de meia dúzia de bandidos que, só por meios sorrateiros, fingidos e por subterfúgios, entraram para a mesma corporação a que pertencemos*<sup>275</sup>.

Casos de insubordinação menos graves ocorriam frequentemente, sem falar que crimes de todo tipo faziam parte da rotina da soldadesca. Destarte, para a oficialidadeurgia expurgar o Exército desse tipo de elemento. Em 1913, por ocasião de mais um incidente envolvendo os praças do Exército na cidade de Corumbá, o inspetor da 13ª RM declarou:

Chegando ao meu conhecimento que praças desta guarnição banham-se no rio que margeia esta cidade, sem guardar o preciso decoro, pois o fazem de dia completamente nuas, – afrontando assim à moral publica, declaro que tal procedimento só assenta nos desclassificados e jamais em homens que vestem a farda do exército, cuja nobre missão, desgraçadamente, muitos não querem compreender, e daí os fatos deploráveis que se têm dado nestes últimos dias e que tanto me entristecem. (...) Aproveitando esta oportunidade, eu já não recomendo nem determino, faço antes um apelo aos srs. oficiais, assim como aos inferiores e demais praças briosas que, felizmente os há, no sentido de serem inexoráveis, – denunciando esses indignos que vivem a nos envergonhar cometendo toda sorte de horrores, roubando, amordaçando, agredindo, até covardemente e *em constantes bebedeiras*, causa primordial, quase sempre, desses atos de banditismos, afim de serem expulsos das fileiras e entregues à ação da policia civil. (...) É preferível pouco pessoal, porém capaz, ou ainda ter os quartéis fechados, a vê-los cheios dessa corja de amaldiçoados. Como não sou um desiludido, confio ser esta a ultima vez que me dirijo à guarnição sobre assunto tão ingrato<sup>276</sup>.

Bebedeiras, como observou o inspetor, eram grandes geradoras de conflitos no interior das fileiras e possivelmente estavam no fundo de muitos dos atos de violência praticados pelos praças. No entanto, deve-se assinalar que os oficiais também se envolviam em incidentes disciplinares devido ao exagerado consumo de bebida. Eram os *devotos inveterados de Baco*. Esses incidentes pareciam aviltar os brios de alguns oficiais, em razão do comprometimento da imagem da corporação e, conseqüentemente, da própria imagem pessoal dos militares, fossem soldados rasos ou ocupantes dos postos iniciais do oficialato.

Embora os regulamentos da época estabelecessem que os praças deveriam receber uma ração semanal de cachaça e vinho, que deveria ser servido aos domingos<sup>277</sup>, inúmeros

<sup>275</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia, nº 25 de 29 de julho de 1910.

<sup>276</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 19, de 31 de maio de 1910. Grifos meus. O inspetor atribui gênero feminino à expressão “praça”, no entanto, também ocorre o inverso nos registros. Adotamos para este caso os usos atuais.

<sup>277</sup> Cf. MINISTÉRIO DA GUERRA. Ordem do Dia nº 148, de 20 de dezembro de 1890.



foram os casos de militares, ocupantes de vários graus da hierarquia na guarnição de Corumbá, punidos em razão de bebedeira, como mostram as Ordens do Dia abaixo:

a) Soldados:

Prendi por 20 dias em célula o soldado do 14º Regimento de Infantaria Selidônio Francisco dos Santos, por ter em estado de embriaguez promovido desordens a noite em uma casa comercial desta praça (...)<sup>278</sup>.

Seja preso em célula, por 25 dias, o soldado do 13º Regimento de Infantaria João Ferreira da Silva, por ter, em estado de embriaguez, dado escândalos nas ruas desta cidade, pelo que foi, não sem custo, tal a resistência que opôs, conduzido preso ao quartel do 3º Batalhão de Artilharia<sup>279</sup>.

b) Cabos e Sargentos:

A 5.<sup>a</sup> Brigada Estratégica providencie para que sejam punidos o 3º Sargento Virgilio Pompeu de Camargo, o cabo de esquadra Virgilio de Souza Mello e soldado Joaquim José Ferreira dos Santos, bem como o cabo Edmundo Henrique de Souza, os três primeiros com máxima severidade por se terem alcoolizados no serviço de patrulha<sup>280</sup>.

Rebaixei do posto por 60 dias e prendi por 25, sem fazer serviço, o 2º sargento do 14º Regimento de Infantaria Francisco Lopes da Costa, por haver se ausentado da guarda que comandava e ter sido encontrado embriagado, nas proximidades do quartel de seu Regimento, conforme parte do superior de dia à guarnição<sup>281</sup>.

c) Oficiais:

Prendo por 25 dias no Estado-Maior do 3º Batalhão de Artilharia de Posição e repreendo severamente o 1º Tenente João da Costa Braga, pelo crapuloso estado de bebedeira em que se apresentou ontem às 7 horas da noite, na ocasião em que a banda de musica do 3º Batalhão tocava retreta em frente à minha residencia. (...) O péssimo proceder deste oficial, fervoroso e incorrigível devoto de Baco, ficou mais uma vez patenteado à população dessa cidade, pelo que o previno que a reprodução de tais escândalos será punido (sic) judicialmente, visto outro recurso não encontrar para corrigi-lo do vicio da bebedeira. Em vista da absoluta falta de oficiais a prisão será fazendo o serviço que lhe tocar por escala<sup>282</sup>.

Mandei recolher preso ao Estado-Maior do 13º Regimento de Infantaria, ao qual se acha adido o 2º Tenente Silvério de Araújo, por constituir sua

<sup>278</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 16, de 30 de abril de 1913.

<sup>279</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 36, de 20 de novembro de 1913.

<sup>280</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 24, de 10 de junho de 1912.

<sup>281</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 31, de 30 de setembro de 1913.

<sup>282</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 50, de 31 de dezembro de 1910.

liberdade uma ameaça constante aos habitantes das zonas que tem a desventura de tê-lo como morador; pois, habitualmente dado ao álcool e ao escândalo, é o terror dessa pobre gente que, acredito, só o tem poupado, por vê-lo ainda, infelizmente, vestido com uniforme de oficial do Exército. Aguardo o resultado do inquérito a que está sujeito, para ulterior deliberação, compatível com um oficial que se mostra indiferente às correções já sofridas por irregularidades de conduta<sup>283</sup>.

A cidade de Corumbá contava, nessa época, com patrulhas do Exército que faziam rondas diuturnas, as quais não só coadjuvavam com a polícia na tarefa de zelar pela segurança e a ordem do município, como tinham a incumbência de fiscalizar os militares ali residentes quando se encontravam fora de serviço. Apesar disso, os tiroteios e incidentes violentos eram bastante comuns nas ruas dessa urbes, sobretudo a noite. Eram “*paraguaios, bolivianos e correntinos que, embriagados*” davam “*tiros para o ar*” e, não raro, a cidade amanhecia com “*pessoas mortas, nos bairros mais escusos, sem se saber quem as matou*”, de modo que, após o entardecer, “*a vida do transeunte está entregue à Divina Providência*”. Os praças da guarnição do Exército em Corumbá pareciam também não se furtar ao “*esporte predileto da população desordeira*”<sup>284</sup>, uma vez que os registros disciplinares da Inspeção Militar apontam frequentemente para a ocorrência de incidentes que envolviam o disparo de armas de fogo para o ar ou mesmo contra outros indivíduos:

Seja preso na solitária a meia ração, por 15 dias, o soldado do 19º Batalhão de Infantaria, adido ao 21º, Jeronymo Pereira de Souza, por ter na noite de 4 do mês findo disparado três tiros de revólver no civil José Antonio Camisa, que não foi atingido pelos mesmos, conforme ficou apurado no inquérito que foi mandado proceder-se<sup>285</sup>.

[Ordem] À 5.ª Brigada para providenciar no sentido de serem castigados severamente, pelo comando do 13º Regimento de Infantaria, os soldados Severino Ferreira da Costa e Manoel Esteves, por andarem alta noite pelas ruas da cidade, dando tiros de revólver, conforme parte do superior de dia à guarnição<sup>286</sup>.

Além disso, é provável que houvesse muitas fugas e/ou tentativas de fugas durante o horário de expediente, o que fazia com que essas patrulhas funcionassem como fator dissuasório dos soldados “gazeteiros”, que também eram proibidos de sair à *paisana* e

<sup>283</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 28, de 31 de agosto de 1913.

<sup>284</sup> AMORIM, Annibal. *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre: aspectos da Amazonia do Rio ao Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1909, p. 451. De acordo com Amorim, em virtude desses “*tiroteios criminosos*”, numa manhã de 1911, “*encontraram-se cinco cadáveres estendidos nas ruas de Corumbá*”.

<sup>285</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 30, de 04 de maio de 1907.

<sup>286</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 21, de 20 de junho de 1913.

frequentar as chamadas casas de tavolagem nos horários de folga, sem falar nos prostíbulos.

Porém, o patrulhamento da cidade de Corumbá foi responsável por constantes dores de cabeça para a oficialidade daquela guarnição, uma vez que não foram raras as ocasiões em que os praças destacados para aquela função faltavam ao serviço, se embriagavam ou mesmo cometiam pequenos delitos como agressões e assaltos, ocorridos, sobretudo à noite. A esse respeito, a resposta do coronel Manoel Portilho Bentes a um articulista do periódico corumbaense *Tribuna* é bastante reveladora do que aquele oficial pretendia negar:

Tendo um tal sr. Octaviano de Lima publicado, pelas colunas da “Tribuna” uma violenta diatribe endereçada “Às autoridades militares”, e na qual afirmava que os soldados desta guarnição – quando de patrulha – se transformavam em verdadeiros salteadores, atacando a noite os viandantes para rouba-los em armas e dinheiro, determinei que se procedesse a inquérito policial militar, para verificar-se o que havia de verdade em tão grande acusação. Terminado esse inquérito, tive o prazer de verificar que semelhante denuncia era perfeitamente falsa e caluniosa, pois que as próprias testemunhas apresentadas pelo dito Octaviano em seu favor, foram as primeiras a desmenti-lo em seus depoimentos. E assim, resta-me apenas mandar que archive-se (sic) o referido inquérito, e lamentar que em nossa sociedade ainda se encontrem vadios e desocupados, que confiados em nenhuma imputabilidade moral, não hesitem em vomitar injúrias contra uma classe nobre e respeitada, que não pode descer de sua dignidade para respondê-las<sup>287</sup>.

Talvez por um ato falho da parte da oficialidade responsável pela burocracia da inspeção da 13ª Região Militar, essa mesma Ordem do Dia registra a determinação de que fossem *severamente punidos* dois praças que compunham a patrulha do dia anterior flagrados portando *armas brancas não regulamentares* pelo oficial de dia<sup>288</sup>. No entanto, essas patrulhas também tinham uma função disciplinar específica e indelevelmente pontual: garantir a estrutura hierárquica do Exército. Afinal, os anos 1900 e 1910 foram pródigos em episódios de quebras de hierarquia em todo o País. Ainda se restringirmos a análise às ocorrências vivenciadas em solo mato-grossense, abundam exemplos significativos do grau de tensão ali vivenciado e que eventualmente gerava explosões de atos violentos e de insubordinação. Era comum que, nessas ocasiões, os praças contassem com o apoio e a liderança de alguns oficiais, mas eventualmente essas explosões também ocorriam *espontaneamente*, como já foi verificado. Foi na cidade de Corumbá, por sediar a maior concentração de forças do Exército no Estado e, principalmente, por ser uma cidade

<sup>287</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 17, de 10 de maio de 1912.

<sup>288</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 17, de 10 de maio de 1912.

portuária e, conseqüentemente, possibilitar um maior contato com as idéias que vinham de fora<sup>289</sup>, que ocorreu a maior parte desses eventos, mas constata-se que nas guarnições de Porto Murinho, Bela Vista e Campo Grande o clima era ocasionalmente explosivo<sup>290</sup>.

Era essencial evitar qualquer tipo de *ajuntamento* de praças fora do expediente, bem como evitar o contato dos praças com pessoas *desqualificadas* como seresteiros ou prostitutas. Portanto, o serviço de patrulhamento da cidade de Corumbá deveria procurar “evitar conflito entre praças e coibir ajuntamento em tavernas e outros lugares prejudiciais, bem como fazer recolher aos seus quartéis praças que depois do toque de silêncio vagarem pelas ruas”<sup>291</sup>. Até porque nesses lugares “prejudiciais” normalmente ocorriam brigas e, às vezes, até assassinatos, ou mesmo surgiam rivalidades e inimizades que refletiam no andamento do serviço no interior dos quartéis<sup>292</sup>. Isto sem mencionar o fato de que poderiam facilitar a organização de motins.

Os praças constituíam a parcela não permanente do Exército e, portanto, não tinham estabilidade na profissão. Alguns delitos que, para os oficiais, poderiam acarretar em reclusão de 30 a 90 dias, para os praças poderiam significar a exclusão das fileiras, embora isso dependesse muito de circunstâncias momentâneas: a maneira de pensar do inspetor, a grande ocorrência de punições, as relações de compadrio vigentes entre praças e oficiais ou o clima político no País, no Estado e até mesmo no Município.

Importante ressaltar, de um lado, que aos praças com vinte anos ou mais de serviços, que fossem reformados com bom comportamento ou se tornassem incapazes para o serviço, abria-se a possibilidade de serem recolhidos ao Asilo dos Inválidos da Pátria, no Rio de Janeiro, isso significando que poderiam ser sustentados pelo governo até o fim da vida. Destaque-se, por outro lado, que os praças excluídos das fileiras das forças armadas,

---

<sup>289</sup> Em 1922, dois sargentos do Grupo de Artilharia de Costa, acantonado no Forte Coimbra, foram punidos por compartilharem a leitura de um livro intitulado *O que é Maximalismo ou Bolchevismo*. CIRCUNSCRIÇÃO MILITAR DE MATO GROSSO (CORUMBÁ). Boletim Interno nº 06, de 6 de janeiro de 1922. Tratava-se de uma obra de autoria de dois militantes radicados em São Paulo chamados Hélio Negro e Edgard Leuenroth. Na época usava-se a expressão maximalismo para se referir ao marxismo. CARONE, Edgard. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, p. 319.

<sup>290</sup> Verificam-se ao menos duas ocasiões em que praças dos corpos de infantaria acantonados em Corumbá se revoltaram e recusaram-se a cumprir o serviço ordinário por atraso no seu pagamento. A primeira delas deu-se em dezembro de 1912 e, aparentemente, foi liderada por oficiais da guarnição do 13º RI. Em março de 1919 ocorreu a segunda grande revolta de praças, a qual foi rapidamente subjugada, mas aparentemente não contou com a participação de qualquer oficial. Informações a respeito podem ser verificadas em 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 44, de 10 de dezembro de 1912 e CIRCUNSCRIÇÃO MILITAR DE MATO GROSSO (CORUMBÁ). Boletim Interno nº 74, de 25 de março de 1919. Esses documentos contêm trechos das sindicâncias mandadas apurar pelo comando. Invariavelmente os participantes nesses incidentes disciplinares eram anistiados.

<sup>291</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Boletim Interno nº 177, de 5 de agosto de 1914.

<sup>292</sup> O pano de fundo dessas desavenças talvez se encontrasse no jogo ou na disputa por mulheres ou em ambos.

por razões disciplinares, ficavam legalmente impossibilitados de assumir qualquer função pública.

Ao que tudo indica, não era incomum que, após anos de serviços prestados, muitos praças tivessem seus direitos suspensos devido a divergências com oficiais, ou em razão de pequenos deslizes como escândalos provocados por bebedeiras. Isso ajuda a entender que, ao menos para alguns praças, o ingresso ou a permanência nas forças armadas poderia ser um ato genuinamente voluntário, haja vista os atrativos oferecidos. Ao mesmo tempo ajuda a desvelar que a pena de exclusão, constantemente acenada como instrumento disciplinar, quando efetivada, funcionava como castigo exemplar para todo o corpo de praças daquela inspeção<sup>293</sup>.

De todo modo, a insegurança dos praças na corporação, aliada às difíceis condições a que estavam sujeitados, como os constantes atrasos no pagamento dos soldos, quase sempre corroídos pela inflação, a estrutura hierárquica rígida, as más acomodações nos quartéis, e a aplicação de castigos físicos entre outras mantinham um clima latente de tensões entre aqueles e os oficiais.

Com relação aos castigos físicos, a comprovação empírica de sua ocorrência fica bastante prejudicada devido à sua proibição formal no Exército desde 1874, fato reafirmado após o advento da República. Não obstante, a ocorrência da Revolta dos Marinheiros em 1910, também conhecida como Revolta da Chibata, revela que essa prática disciplinar ainda não havia sido completamente superada pela oficialidade das forças armadas, já que uma das principais reivindicações dos praças da Marinha era a eliminação da prática dos castigos físicos como recurso disciplinar<sup>294</sup>.

O relacionamento altamente conflituoso verificado entre oficiais e praças ajuda a compreender o uso da coerção física pelos oficiais como recurso para a manutenção da disciplina e da hierarquia militar. Ademais, as memórias dos oficiais que serviram o Exército nas décadas iniciais do século XX indicam a ocorrência extraoficial dessa modalidade de disciplinarização:

---

<sup>293</sup> Até 1908 havia prêmios em dinheiro para os voluntários quando assentavam praça e após o licenciamento.

<sup>294</sup> Na Marinha, embora os castigos físicos tenham sido abolidos após a Proclamação da República, por iniciativa dos oficiais do Exército, estes tiveram que voltar atrás por pressão dos seus pares da força naval, anulando em seguida essa proibição. Cf. NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Entre o Convés e as Ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910)”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, pp. 315-342. Ver mais a respeito em: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, Cor e Disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.

Começava a cena sem quaisquer preâmbulos. Um preto voluntário fora colocado por dois cabras na frente dos demais soldados em semi-círculo. Estava semi-nu e com aspecto de dura noitada, depois de grande borrasca alcoólica, passada no piso frio e soturno da enxovia celular. Nem palavras nem ordens. Tão pouco quaisquer explicações sobre o que iríamos presenciar... O clarim-mor recebia as varas das mãos de um cabo e ia castigando, cruelmente, o desgraçado voluntário. Cada vergastada, assoviando no ar, cortava o silêncio sob a estupefação de todos e enroscava-se no dorso robusto do soldado. Resistia apenas o infeliz com ligeiras contorções do tórax e surdos gemidos, ao receber as navalhadas pelas pontadas finas que se quebravam nas suas costelas... O feixe não estava todo utilizado quando o castigado dera um ronco e jogara-se de joelhos para logo projetar-se pesadamente no solo... Na porta do alojamento um “tarol” da banda ruflava para abafar os gritos ou gemidos que não deveriam ser ouvidos... o que não ouvimos... mas víamos bem de perto. O capitão queimava um charuto, calmamente, olhando com descaso o desgraçado voluntário defensor da República que na véspera embebedara-se e roubara o relógio de um civil. Um banho de “salmoura” nas costas do infeliz, ali mesmo no local onde tombara, completara o ato<sup>295</sup>.

No entanto, para muitos a prática dos castigos corporais era uma questão de sobrevivência em situações limite, como a vivida pelos oficiais que compunham a Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, pois eram obrigados a conviver com carência de pessoal, material, sem falar no ambiente inóspito e distante dos centros de decisão onde operavam. Por essa razão, oficiais como Amílcar Botelho de Magalhães e Cândido Mariano Rondon recorreram muitas vezes a esses expedientes, embora pudessem sentir-se moralmente contrariados:

Muitos de nós (...), pelo feitio e pela concepção da dignidade humana (...) imaginávamos mil formas de o evitar (...) depois de reconhecer inúteis e improdutivos todos os outros processos; examinando a índole de certa espécie de homens, que era impossível expulsar do serviço, porque escasso era já o pessoal preciso para os trabalhos, forçados a utilizar o elemento mau e a evitar a contaminação do elementos bom: a fazer votos íntimos para que, pelo bem, pelo exemplo e pelo sentimento, fosse possível sempre obter a obediência, a disciplina e o trabalho útil e regularizado; a pregar sermões inúteis (...) no desespero do amor próprio em xeque; a maior parte de nós (...) tomávamos do dilema a ponta que antes condenávamos e, ao contrário das teorias belas, mas inaplicáveis, com as quais nem obtínhamos o serviço e a disciplina, nem salvávamos a moralidade de nossa autoridade, enveredávamos pela aplicação do castigo corporal, contrariados, mas vencidos pela eloquência dos fatos<sup>296</sup>.

<sup>295</sup> PEIXOTO, Demerval. *Memória de um Velho Soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960, pp. 208-209.

<sup>296</sup> MAGALHÃES, Amílcar Botelho. *Impressões da Comissão Rondon [Episódios Inéditos ou Pouco Conhecidos Ocorridos Durante as Explorações e nos Acampamentos da Comissão]*. Porto Alegre: Editora do Globo, 1929, pp. 35-36. Apud MARTINS JÚNIOR, Carlos. *Apointamentos para uma Leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, pp. 159-160.

A maior parte das iniciativas para a execução de ações punitivas informais como as descritas acima deveriam partir dos oficiais comandantes de unidades ou frações de unidades (baterias, companhias e esquadrões), que tinham um contato mais próximo com a tropa do que o inspetor da 13ª RM. Ao mesmo tempo, os demais praças, anseçadas, cabos e sargentos, também deveriam ter autonomia o bastante para serem capazes de conduzir essas ações disciplinares contra os “incorrigíveis”. Portanto, é provável que a publicidade de muitas dessas ocorrências ficasse restrita aos muros dos pequenos quartéis espalhados pelo Estado e, dada sua natureza ilegal, não haja muitos registros delas<sup>297</sup>.

Em suas memórias, o marechal Mascarenhas de Moraes registrou que, em 1905, quando servia em um regimento de artilharia sediado na cidade de São Gabriel (RS), no posto de alferes, foi repreendido pelo seu comandante, que futuramente viria a ser seu sogro, por “*espaldeirar (sic) um soldado que se insubordinara com o seu sargenteante (...) ato banal, que muitos praticavam*”. Depois de reconhecer que “*naquela época já estavam abolidos os castigos corporais, ainda que certos chefes (...) os tolerassem e deles abusassem.*” Mascarenhas de Moraes relembrou os termos amenos da repreensão a ele dirigida pelo comandante:

O austero chefe, sabendo do ocorrido, mandou chamar-me à sua residência particular e ali reprovou o meu ato em termos muito corteses, rematando com estas brandas palavras: – Não é uma repreensão, é um conselho de chefe e amigo a um jovem oficial recém-saído da Escola Militar<sup>298</sup>.

O episódio sugere o tratamento diferenciado dirigido a praças e oficiais em casos de quebra dos regulamentos disciplinares, fato que parece se confirmar nas Ordens do Dia abaixo:

Estando verificado pelo inquérito de que foi encarregado o Capitão João Baptista Machado Vieira que o 2º sargento do 3º Batalhão de Artilharia João Francisco Navarros não comunicou em tempo às autoridades competentes o convite que disse ter recebido do 1º Tenente Pedro José de Carvalho, às 21/2 (sic) horas da tarde de 4 do corrente, para tomar parte em uma revolta; que o mesmo inferior interrogado pelo sargento Figueiredo a

<sup>297</sup> Mesmo após o início da aplicação do sorteio militar, tudo indica que as sanções morais e físicas não desapareceram completamente da rotina das casernas. De acordo com César Maximiano, em plena Segunda Guerra Mundial, o comandante de uma das brigadas que compunham a FEB, general Zenóbio da Costa, aconselhava os oficiais, seus subordinados, a aplicar castigos físicos para disciplinar a tropa. Cf. MAXIMIANO, César Campiani. *Trincheiras da Memória: brasileiros na Campanha da Itália, 1944-1945*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004, pp. 70-71.

<sup>298</sup> MORAES, J. B. Mascarenhas de. *Memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1969, vol. I, p. 22.

quem comunicara o ocorrido, se não ia levar esse fato, como era de seu dever, ao conhecimento de seus superiores, respondeu afirmativamente, só o fazendo, porém, depois das 9 horas da noite, forçado pelo sargento ajudante Argentino Índio do Brazil Salgado, demora que deu lugar a que nada se apurasse a respeito, determino que seja o mencionado (sic) 1º Tenente posto em liberdade e o 2º sargento Navarros preso e rebaixado do posto por 30 dias<sup>299</sup>.

Veza ou outra, as expressões “castigue” ou “castigue severamente”, relacionadas a praças que haviam cometido infrações consideradas mais graves, são verificadas nos registros. O mesmo não se dava quando era o caso de punir oficiais faltosos. A ambiguidade dessas expressões pode indicar a intenção de castigar fisicamente, sem que isso implicasse em comprometimento legal dos oficiais: “Mandei que a 5ª Brigada castigasse severamente o soldado do 13º Regimento de Infantaria Ricardo Severino dos Santos, por ter se ausentado do serviço em que se achava no Hospital Militar”<sup>300</sup>.

Em meio à documentação analisada, somente uma Ordem do Dia refere-se explicitamente a um caso de castigo físico aplicado por um oficial sobre um praça, que, no entanto, foi coibido pelo inspetor:

Havendo o Senhor Capitão Octaviano de Souza Gomes, mandado abrir inquérito de um fato de que tem ciência e consciência de estar sob a ação jurídica deste Comando e portanto talvez responsabilizado, parece ter se servido de tal artifício para anarquizar as averiguações policiais que mandei fazer e escapar-se da responsabilidade que por ventura possa atingi-lo; tal procedimento capcioso, dando uma cópia bem triste da capacidade intelectual e de comando de que é ornado o repreendo severamente e determino que fique de nenhum efeito o ato de nomeação do inquérito das duas praças constantes de seus ofícios nº 782 e 783 ambos de 30 do mês findo. *Outrossim, determino que esse qualquer castigo infringido as ditas praças por aquele Comando arbitrado [sic], as quais se acham na Enfermaria pelo fato criminoso de que tive denuncia e mandei abrir inquérito*<sup>301</sup>.

O fato é que apesar dos constantes registros de casos de insubordinação e revoltas militares, a estrutura hierárquica do Exército era bastante rígida no que tange ao relacionamento entre oficiais e praças. Durante todo o século XIX até o início do século XX, mesmo após a abolição dos castigos físicos, a legislação militar brasileira havia sido orientada pelas disposições contidas nos chamados *Artigos de Guerra do Conde de Lippe*. Publicado pela primeira vez em 1763, os *Artigos de Guerra* constituía-se numa série de

<sup>299</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 44, de 10 de dezembro de 1912.

<sup>300</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 18, de 20 de maio de 1913.

<sup>301</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 15, de 05 de maio de 1910. Grifos meus. Embora não esteja muito claro o que de fato ocorreu, é certo que houve algum tipo de agressão com objetivo disciplinar.



ameaças que iam dos trabalhos forçados e “prisão rigorosa”, até castigos corporais formalizados em pancadas com a prancha das espadas e arcabuzamento<sup>302</sup> e a pena capital. Aliás, do total de 29 artigos contidos nesse documento contabilizam-se pelo menos 9 ameaças diretas de condenação à morte. Além das surras, entre os castigos informalmente presentes no cotidiano dos quartéis estavam o “*marche-marche*”, “*que consistia em marchar por horas em um pátio juncado de telhas*”<sup>303</sup>; golpes de palmatória nas mãos ou nos pés, além do confinamento na solitária a pão e água<sup>304</sup> ou suspensão da refeição diária, como exemplifica a Ordem do Dia do Inspetor regional abaixo:

Determinei que o 3º Batalhão de Artilharia transferisse do xadrez para a célula por 8 dias, com a supressão do almoço, o soldado preso para sentenciar Pedro Bezerra da Silva, por ter se embriagado, promovido algazarra, perturbando o silêncio, quando na Enfermaria do Urucum se achava em tratamento<sup>305</sup>.

Os *Artigos de Guerra do Conde de Lippe* eram normalmente lidos aos voluntários no momento de sua incorporação às forças de primeira linha e nos dias de pagamento dos soldos. Sobre a impressão causada pela leitura desses artigos, bem como a maneira pela qual os superiores hierárquicos procuravam infringir medo entre os inferiores, Dionísio Cerqueira apresentou um interessante relato pessoal:

Segui para a Praia Vermelha com outros recrutas, todos das camadas mais baixas da sociedade. Compreendi, então, a sobranceria com que os mártires cristãos afrontavam a cólera da turba de pagões (sic) na arena ensanguentada do anfiteatro de Flávio. Era o entusiasmo da fé. Não tinha laço algum a me prender ainda à vida militar e, se quisesse, nada mais fácil do que me libertar daquilo que me parecia humilhação; mas não só estava resignado, como me sentia satisfeito de já estar sofrendo pela minha pátria. Chegando à Praia Vermelha fomos apresentados ao oficial de estado. Subimos à secretaria do batalhão, onde juramos a bandeira, depois de lidos os 29 artigos de guerra do Conde de Lippe. O ato, longe de ter a solenidade que eu esperava e que ainda hoje acho que o deve decorar, passou-se em tom jocoso-sério, porque o oficial que lia os célebres artigos, mirava-me de soslaio, com ar de mofa, como que dizendo: – “Vê, desgraçado, o que te espera”<sup>306</sup>.

---

<sup>302</sup> “Argola de ferro que se adaptava ao tornozelo do condenado, à qual se prendia uma corrente”: CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998, p. 126. A transcrição dos referidos artigos foram extraídos dessa mesma fonte entre as páginas 126 a 128.

<sup>303</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 112.

<sup>304</sup> PEIXOTO, Demerval. *Memória de um Velho Soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960, pp. 108-112. Em campanha aplicava-se o “*estaqueamento: o infrator, deitado de costas, pernas e braços abertos, era amarrado a estacas fincadas no chão defronte às tendas.*”

<sup>305</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 18, de 20 de maio de 1913.

Outro aspecto importante acerca do relacionamento entre os ocupantes dos diferentes postos da hierarquia do Exército à época diz respeito ao comportamento autoritário e, muitas vezes, arbitrário dos superiores com relação aos seus subordinados. Muitas punições não passavam de retaliações dos comandantes em decorrência de contrariedades sofridas no decorrer das rotinas administrativas. O personalismo dos comandantes estava presente inclusive na maneira direta com que eram dadas as ordens escritas. A maneira pela qual os inspetores da 13ª RM se dirigiam aos seus comandados revela que os comandantes de corpos, bem como os próprios inspetores regionais, se julgavam com poderes suficientes para interferir inclusive no regime alimentar dos homens sob suas ordens, como revelam as ordens de prisão celular a meia ração a que eram sujeitados alguns praças mais recalcitrantes às peculiaridades da disciplina na caserna.

Um outro episódio, mais uma vez relatado por João Baptista Mascarenhas de Moraes, envolvendo um dos irmãos do Duque de Caxias, o coronel Francisco Lima e Silva, comandante do 4º BI de São Gabriel e o então alferes Isidoro Dias Lopes, futuro chefe militar do levante tenentista ocorrido em São Paulo em 1924, evidencia a postura de alguns comandantes do “velho Exército”, que se comportavam como se estivessem acima das normas legais e dos regulamentos militares então vigentes:

Declarado alferes-aluno, [Isidoro Dias Lopes] foi incluído, em 19 de janeiro de 1889, no 4º Batalhão de Infantaria, em S. Gabriel, Rio Grande do Sul, então comandado pelo famoso Coronel Francisco de Lima e Silva, conhecido por sua energia e rigor disciplinar (...) O Alferes Isidoro é escalado para o seu primeiro serviço de oficial de dia. Seguindo a rotina, o brigada, hoje sargento-ajudante, vem pedir-lhe permissão para executar os castigos corporais determinados pelo comando. O jovem alferes nega-a. Cientificado, o major-fiscal – hoje subcomandante – o conduz à presença do coronel-comandante. O Coronel Lima e Silva, sombrio e calmo, pergunta:

– Por que se nega a cumprir minha ordem?

– Porque a chibata e a vara já estão proibidas por lei – respondeu com firmeza o Alferes Isidoro.

Com presença de espírito e acentuada habilidade, continuou o bravo comandante:

– Procedeu muito bem o meu jovem comandado. Nem poderia ter outra conduta um oficial recém-saído da Escola Militar. Mas advirto-o de que não pode continuar a servir nesta unidade, em que a disciplina e o seu brilho são mantidos pelos castigos corporais. Aqui servem os tarimbeiros para os quais a minha palavra é uma ordem, uma definição imutável.

---

<sup>306</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai (1865-1870)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p. 50. O autor era então aluno da Escola Central, único curso de engenharia existente no País e havia seguido o exemplo dos demais colegas ao procurar se alistar para seguir para frente de batalha em janeiro de 1865. No entanto, como se observa, passou por uma série de “humilhações” até conseguir alcançar o seu intento.

De fato, menos de um mês após, o sobranceiro Alferes Isidoro era transferido para o 28º Batalhão de Infantaria. Sua força de vontade se igualara à do experiente e bravo Coronel Lima e Silva, herói de Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e outras. Ambos os contendores saíram prestigiados do incidente<sup>307</sup>.

Se isto se dava com um oficial formado na única escola superior do Exército existente no País, o que dizer então do tratamento dispensado ao mísero soldado raso? Naqueles tempos, o poder dos comandantes sobre os subordinados era inegavelmente grande, sobretudo dos oficiais sobre os praças. Em regiões relativamente isoladas, como era o caso das localidades mato-grossenses, é possível que o arbítrio fosse ainda mais manifesto. Como os praças deviam a sua permanência e ascensão aos oficiais, a barganha, naturalmente, fazia parte da economia moral do relacionamento entre os dois extremos da hierarquia militar. No período considerado, houve pelo menos um caso de assédio sexual da parte de um oficial em relação a um praça, que reflete como as coisas poderiam ocorrer no cotidiano dos quartéis, como se pode observar:

Tendo o Tenente-Coronel Joaquim Gomes da Silva, Comandante interino do 15º Regimento de Infantaria [Nioaque], submetido à minha consideração um inquérito policial que mandou proceder para sindicância de fatos ocorridos naquele Regimento e tendo verificado cabalmente por esse inquérito, que o 2º Tenente José Clarindo de Queiroz, procurou atentar contra o pudor de um seu subordinado – o soldado do mesmo Regimento Joaquim Sant’Anna da Costa –, e induzi-lo, com promessas falazes de promoção, à prática de atos libidinosos, contrários à natureza e à própria dignidade humana, repreendo severamente esse oficial, por este seu procedimento indecoroso e vil, tão contrário ao nobre preceito da honra e disciplina militares, e chamo sua atenção para os dispostos (...) pois ao em vez de tratar seus subordinados “com todas as considerações devidas à homens dignos”, procura arrastá-los para a desonra e para o vício, com o intuito de satisfazer seus desejos perversos e bestiais<sup>308</sup>.

Outra característica importante das organizações militares em Mato Grosso, que diz respeito diretamente às condições de vida e ao cotidiano dos praças, refere-se às instalações do Exército e à sua condição geral de conservação no Estado. A rigor, os quartéis do Estado encontravam-se nas mesmas condições de seus congêneres espalhados por todo o País. Sobre o assunto, o historiador militar Frank D. McCann apresentou uma perspectiva geral da situação:

---

<sup>307</sup> MORAES, J. B. Mascarenhas de. *Memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1969, vol. I, pp. 73-74.

<sup>308</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 31, de 30 de setembro de 1910. Como se pode observar, a possibilidade do *ato libidinoso* causou mais repugnância do que a possibilidade da barganha.

Os soldados eram mal alojados. Muitos quartéis eram improvisados, com instalações sanitárias inadequadas. Em 1902, algumas unidades, como as de Curitiba, ocupavam propriedades alugadas, enquanto as do Recife aguardavam verba para poder construir seu quartel. O problema da inadequação das casernas continuaria ainda por muitos anos; esforços significativos para melhorar os alojamentos com a morosa construção da Vila Militar no Distrito Federal tiveram início em 1909, e um programa abrangente começou na década de 1920<sup>309</sup>.

Na cidade de Corumbá, por exemplo, o Exército contava com velhos aquartelamentos que remontavam à época do Império e, em outros casos, como medida paliativa, alugava prédios para a acomodação de alguns estabelecimentos. Ao mesmo tempo, realizava obras para a construção ou reparos dos novos e velhos quartéis, embora, muitas vezes, o investimento feito pelo Exército não atendesse às necessidades das obras<sup>310</sup>.

Poucas cidades mato-grossenses ofereciam condições para a acomodação de organizações militares em prédios próprios do Exército. Sem levar em conta Corumbá, que estava mais próxima disso, apenas Cuiabá, Campo Grande e Bela Vista ofereciam mínimas condições para tal. As guarnições das demais cidades se abrigavam em prédios fornecidos pelas municipalidades ou então os alugavam, como era o caso das de Aquidauana, Ponta Porã e Porto Murtinho. Havia ainda antigos aquartelamentos desativados, em estado de ruína e ocupados por pequenas guarnições que possuíam efetivos que chegavam apenas a duas dezenas de homens, comandados, em geral, por sargentos, nas cidades de Cáceres, Cuiabá e Nioaque.

Em artigo publicado na edição de 26 de junho de 1909, o jornal corumbaense *Correio do Estado* criticava a verba de 25 contos de réis, destinada às obras de finalização da construção do quartel do 13º RI em Corumbá. Considerava a verba “insuficiente”, o que na opinião do articulista levaria ao atraso da conclusão da referida obra, além de considerá-la prejudicial à disciplina daquele corpo<sup>311</sup>. Entre os novos quartéis erigidos nessa mesma época, incluíam-se o do 5º RAM, em Campo Grande, o do 17º RC, em Ponta Porã, e o do 3º Regimento de Cavalaria Independente, em Bela Vista. Todos construídos entre 1909 e 1914.

Os relatos acerca das condições estruturais dos aquartelamentos do Exército em Mato Grosso devem ser tratados com cuidado, pois, ao que parece, os inspetores evitavam

<sup>309</sup> McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 112-113.

<sup>310</sup> Uma sumária descrição a respeito dos aquartelamentos existentes na cidade de Corumbá naquela época pode ser encontrada em AMORIM, Annibal. *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre: aspectos da Amazonia do Rio ao Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1909, pp. 456-457.

<sup>311</sup> O QUARTEL do Limoeiro. *Correio do Estado*, Corumbá, 26 jun. 1909, p. 01.

juízos mais duros, possivelmente com a intenção de não ofender outros colegas oficiais, responsáveis pelas obras de reparos indicadas nos mesmos registros. Foram encontradas poucas críticas contundentes ao estado geral dos quartéis, embora o oficial que inspecionava a Região, em novembro de 1910, tivesse afirmado que faltavam *acomodações e requisitos indispensáveis a uma boa instalação* nos aquartelamentos da cidade de Corumbá, incluindo o Hospital Militar. Esse mesmo oficial aludia ainda à *“carência de recursos e dificuldade administrativas (sic) que este estado de coisas acarreta”*<sup>312</sup>.

Em abril de 1912, outro inspetor da 13ª RM relatava que *“o quartel do 14º [RI, também sediado em Corumbá] tem vindo sofrendo (sic) constantes obras de adaptação que têm melhorado as condições de conforto do soldado e concorrido para o estado satisfatório que hoje apresenta”*<sup>313</sup>. Mas também admitia que a mesma unidade ocupava *“uma casa alugada e além de tudo velha e sem as condições requeridas para o fim a que é utilizada”*<sup>314</sup>.

No mês de maio de 1912, o mesmo inspetor dava mais informações a respeito do Arsenal de Guerra e da Fábrica de Pólvora de Coxipó, em Cuiabá:

Louvo calorosamente ao Sr. Major José da Veiga Cabral pela inteligência, esforços inauditos na boa e sã administração do Arsenal ao qual tem ele dado um impulso extraordinário já técnico já material, reformando, quase reconstruindo, o velho edifício, aproveitando as abandonadas máquinas desse Estabelecimento e da antiga Fábrica de Pólvora de Coxipó e mandado buscar na Europa novas máquinas; isso tudo apenas com os próprios recursos do referido Arsenal que tão sabia e economicamente dirige<sup>315</sup>.

Na mesma Ordem do Dia, o inspetor dá prosseguimento ao relato das condições das instalações militares em Corumbá:

Nos dias 29 e 30 do mês findo iniciei pela sede da Inspeção e 5ª Brigada Estratégica as visitas administrativas regulamentares aos seus quartéis e estabelecimentos militares no intuito de inteirar-me de seu estado, conservação, acomodação da tropa e recursos de subsistência. Nessa primeira visita apenas empreguei o tempo necessário a uma inspeção de conjunto, sem descer aos detalhes que em outras serão observados devidamente. Assim visitei o prédio que serve de instalação para os quartéis gerais da Inspeção e da 5ª Brigada Estratégica, e onde também funcionam as repartições de Administração, de Saúde, de Justiça, de Engenharia e a sede da Sociedade de Tiro 212, da Confederação; visitei o

<sup>312</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 40, de 10 de novembro de 1910.

<sup>313</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 15, de 21 de abril de 1912.

<sup>314</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 15, de 21 de abril de 1912.

<sup>315</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 17, de 10 de maio de 1912.

quartel do 3º Batalhão de Artilharia de Posição, o Hospital Militar e os quartéis do 13º e 14º Regimentos de Infantaria e Depósito do Material da Administração Regional. São Prédios pertencentes ao Ministério da Guerra os quartéis do 3º de Artilharia e 13º de Infantaria, estabelecimentos estes que, apesar de acanhados, velhos e impróprios, são, entretanto, dos melhores que na localidade se encontram, estando já há alguns anos ao serviço do Ministério da Guerra<sup>316</sup>.

E arremata com uma tentativa de atenuar a má impressão que o seu relato poderia causar, não conseguindo, porém, esconder que a situação deveria ser bastante precária:

Longe dos muitos recursos que favorecem os que mais aproximadamente se acham da Capital da República, em nada aliás essas unidades lhe são inferiores, nesse particular, gozando a força aqui aquartelada do possível conforto relativo oferecido pela nossa situação. Usando dos meios que me são facultados vou envidar esforços para que seja feito o suprimento do que falta às unidades da Região, indo assim ao encontro do desejo dos meus camaradas<sup>317</sup>.

O memorialista Valério de Almeida fez uso de linguagem menos eufemística ao retratar as condições do aquartelamento do 5º RAM, construído entre 1909 e 1914, na cidade de Campo Grande:

O conjunto do antigo quartel era composto de 4 pavilhões cobertos de zinco, com paredes de madeira rejuntadas, tendo o principal assobradada sua parte central, cuja construção datava de 1909, quando o então 2º tenente de engenheiros Temístocles Pais de Souza Brasil para aqui viera realizar a construção em apreço. Verdadeiro pardieiro, mesmo assim serviu de abrigo a centenas de jovens que prestaram o seu serviço à Pátria, desde 1918, ano em que Olavo Bilac, pela sua palavra flamante, revolucionará o nosso indiferentismo, apontando-nos a sangueira do drama europeu de 1914. Sem higiene e sem conforto, aquartelava anualmente uma média de 400 homens, que graças à amenidade do clima sempre se livraram de surtos epidêmicos que pudessem colocar a tropa e a cidade em perigo<sup>318</sup>.

Em maio de 1910, o coronel Clarindo Adolpho de Oliveira Chaves, chefe do Serviço de Saúde e Veterinária da 13ª RM, apresentou um *memorandum* ao inspetor regional, no qual atribui a morte por asfixia de um soldado preso no xadrez do 13º RI à:

falta de ar no referido xadrez, por ser este servido inicialmente por janelas de vidraças e ter um forro que por sua construção impedia a necessária e indispensável renovação do meio ambiente, o que tudo e ainda mais julgava agravado pela ausência de outras condições higiênicas e insuficiência de espaço para manter os 25 presos contidos aí<sup>319</sup>.

<sup>316</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 17, de 10 de maio de 1912.

<sup>317</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 17 de 10 de maio de 1912.

<sup>318</sup> ALMEIDA, Valério de. *Campo Grande de Outrora*. Campo Grande: Letra Livre, 2003, p. 23.

<sup>319</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 18, de 04 de maio de 1910. Esse *memorandum* deve ter causado grandes transtornos ao coronel Clarindo, já que o inspetor, engenheiro militar, interpretou

O recrutamento de civis e os engajamentos dos praças ocorriam de forma espaçada e aleatória no decorrer dos anos, de acordo com a disponibilidade dos “voluntários”. Há registros disso em todos os meses dos anos aqui analisados, praticamente inexistindo uma Ordem do Dia que não acuse ocorrência de recrutamento ou engajamento. Como se pode observar no Quadro X, no período considerado, em especial nos seus primeiros anos, houve grande número de pedidos de engajamento, além de recrutamento de ex-praças. Por outro lado, nos anos finais, a situação se inverteu, embora tenha caído drasticamente o número geral de engajamentos e registros de incorporação de praças. Isto seguramente se deve à grande diminuição do número de unidades aquarteladas em Mato Grosso após reforma feita no Exército, em 1915.

Embora a Lei nº 1.860, de 1908, determinasse a realização do sorteio militar a partir daquele ano, o Exército continuou dependente dos “voluntários” no período estudado. Para estes, o tempo de serviço após o alistamento seria de três anos. Ao final dessa primeira temporada de serviço, o interessado poderia requerer engajamento junto ao comando, que variava de 1 a 3 anos. Em geral, os engajamentos de soldados, anspeçadas, cabos e furriéis eram concedidos por um ou dois anos. Já aos ocupantes das graduações de primeiro, segundo e terceiro sargentos, além dos sargentos ajudantes, eram concedidos engajamentos de até três anos<sup>320</sup>.

A concessão de engajamento e a verificação de praça eram atribuições e prerrogativas dos comandantes das unidades (batalhões, regimentos, grupos de artilharia etc.). No entanto, eventualmente essas concessões eram feitas por interferência direta do próprio ministro da Guerra, passando por cima dos comandantes e inspetores, o mesmo valendo para a promoção dos praças. No entanto, a decisão devia ser negociada com os comandantes regionais, que poderiam anular a decisão de um comandante, intervindo favorável ou desfavoravelmente em relação ao engajamento ou promoção de um subordinado. As “contravenções” que impediriam os praças de obterem engajamento eram as seguintes: 1º) Censuras, desconsideração ou respostas a superiores com palavras inconvenientes ou ações inconvenientes; 2º) Desordens; 3º) Embriaguez; 4º) Jogo; 5º) Atos

---

essa ação como uma tentativa de denegrir a imagem dos engenheiros militares. Assim, o envio desse documento ao inspetor da 13ª RM iniciou uma série de conflitos entre esses dois oficiais que resultou na prisão do médico e no seu afastamento de Mato Grosso.

<sup>320</sup> A base da corporação militar, isto é, os “praças”, seguia, nessa época, esta ordem crescente de hierarquia: soldado, anspeçada, cabo, furriel, terceiro-sargento, segundo-sargento, primeiro-sargento e sargento-ajudante.

ofensivos à moral; 6º) Reincidências em faltas que revelem ausência de compostura, de zelo ou competência para o exercício das funções do posto<sup>321</sup>.

As promoções dos praças ficavam a cargo dos comandantes e estas se davam na medida em que eram abertas vagas para as graduações de cabos, anspeçadas e sargentos nos corpos da tropa. Este fato reforçava consideravelmente o poder discricionário dos comandantes, uma vez que poderiam dispor como bem quisessem dos subordinados interessados em ascensão hierárquica. Essa situação dos praças, em particular, contrastava com o tratamento dado aos oficiais que deviam a sua progressão profissional a critérios estabelecidos de maneira regulamentar e controlados diretamente pelo Ministério da Guerra, embora também não estivessem imunes às arbitrariedades e favoritismos.

Desse modo, os praças estavam sujeitos à avaliação dos oficiais, em particular dos comandantes dos corpos e do próprio inspetor, que ao final do contrato de alistamento ou engajamento decidiam pela renovação ou não do contrato de serviço. Estas avaliações deveriam levar em consideração as chamadas “folhas de assentamentos” contendo as alterações do militar, nas quais aparecia todo o tipo de atividade desenvolvida no “serviço do Exército”, incluindo as punições e elogios pessoais. Abundam observações como: “*Negado o engajamento do soldado (...) do 3º Regimento de Cavalaria por não preencher as condições para engajar-se, conforme informa por telegrama o Comandante do dito Regimento*”<sup>322</sup>. Ou seja, como mencionado, o comandante de um corpo poderia interferir num engajamento em andamento, já que tal procedimento, pelas normas da época, partia da iniciativa do próprio militar interessado.

Os interessados em engajar ou verificar praça passavam por um exame de saúde, cujo resultado era publicado nas *Ordens do Dia* da 13ª Inspeção Permanente. Quando considerados “aptos” ou “inaptos”, a razão era geralmente registrada nos livros, mas em alguns casos registrava-se laconicamente a expressão “inapto”.

A permanência do Hospital Militar, em Corumbá, estava atrelada à própria presença da Inspeção Militar, que pressupunha uma forte concentração de forças no seu entorno. Assim, as avaliações médicas, enquanto etapa necessária para a concessão ou não do engajamento e da verificação de praças, normalmente ocorriam naquela cidade, embora se procurasse montar uma enfermaria militar adida a cada corpo do Exército no Estado. Isto se dava em razão da crônica falta de médicos e enfermeiros nas guarnições. Nesse

<sup>321</sup> Cf. 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 17, de 10 de maio de 1913.

<sup>322</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 20, de 04 de abril de 1909. Neste caso, o soldado em questão deveria se encontrar “encostado” na Inspeção e, por esta razão, solicitou engajamento diretamente ao inspetor da Região Militar, o qual, não obstante, preferiu ainda assim consultar o último comandante do referido soldado.



sentido, não é de admirar que os engajamentos e verificações de praça se dessem quase sempre em guarnições sediadas em Corumbá, onde a Junta Médica deveria funcionar.

Sem a classificação de “apto para o serviço do Exército”, não haveria possibilidade de sentar praça ou engajar. As enfermarias militares aparentemente não tinham competência para constituírem juntas médicas para a avaliação dos “voluntários” ou os interessados no engajamento. Portanto, os interessados em engajar oriundos de unidades sediadas fora de Corumbá eram temporariamente transferidos para essa cidade, a fim de cumprirem as formalidades burocráticas. Até mesmo os civis que desejassem verificar praça deveriam ser transportados a Corumbá.

Os oficiais também deveriam passar por avaliações médicas anuais (“junta militar de saúde”), mas não dependiam do resultado desses exames para continuar no serviço ativo, uma vez que constituíam a parcela estável da instituição. São reduzidas as ocorrências de oficiais considerados inaptos para o serviço. Assim, ou a saúde dos praças era mais precária, ou os médicos que participavam da Inspeção de Saúde eram menos rigorosos na avaliação dos oficiais, ou ainda as duas hipóteses podem ser verdadeiras.

Quando um oficial apresentava alguma “moléstia” considerada grave, ou que necessitasse de tratamento, o inspetor concedia-lhe licenças que podiam variar de vinte a cento e vinte dias, embora o mais comum fossem licenças de trinta dias. Não obstante, deve-se reconhecer que os sargentos, conquanto fossem também praças, eram tratados de forma semelhante aos oficiais. Embora os soldados enfermos apresentassem, em geral, quadros clínicos bem mais críticos que os dos oficiais nas mesmas condições, é preciso reconhecer que uma mesma “moléstia”, que para um praça poderia ser considerada razão suficiente para exclusão do serviço militar, constatação que se fazia, geralmente, através da fatal sentença “*incurável e incapaz para o serviço do Exército*”, para um oficial, ou até para um sargento, poderia significar licença para tratamento custeada pelo governo, até mesmo em outro Estado.

Esse parece ter sido o caso de um sargento-ajudante do 39º BI/13º RI, diagnosticado “*sofrer de tuberculose pulmonar, incurável e incapaz para o serviço do Exército*”, em contraste com a avaliação da saúde de um segundo-tenente em que foi diagnosticado “*sofrer de astenia pulmonar [doença muito comum entre os oficiais que serviam na 13ª Região Militar naquela época], curável e precisar de 90 dias para seu tratamento*”<sup>323</sup>.

---

<sup>323</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 29, de 09 de maio de 1909.

Naquele tempo, os registros de baixa por “incapacidade física” eram constantes. Em artigo publicado na revista *A Defesa Nacional*, em 1913, Estevão Leitão de Carvalho apresenta a descrição do estado físico de um grupo de jovens soldados incorporados às fileiras do Exército no ano de 1912. Inicia sua descrição afirmando que aquele contingente era composto, na sua quase totalidade, de homens analfabetos e sem profissão, sendo que muitos eram “*vadios criados sem pais*” e possuíam seus organismos fragilizados por “*uma infância sem pão, passada à gandaia*”<sup>324</sup>.

Usando como referencial de comparação o índice de altura apontado no trabalho antropológico de Weisbach, 1 metro e 63 centímetros, o autor selecionou os números relativos aos que considerava “mais raquíticos”, portanto, “menos aptos” para o serviço militar, 11 recrutas ou 20,8% do total daquele contingente, provenientes de vários Estados brasileiros:

Quadro XI – Antropometria de um Grupo de Conscritos					
Recrutas	Idade	Altura (m)	Circunferência do tórax	Peso em KG	Estados
A	20	1,45	0,74	43,900	Sergipe
B	19	1,53	0,72	43,800	Alagoas
C	18	1,54	0,73	44,900	Bahia
D	18	1,55	0,80	51,400	Amazonas
E	20	1,55	0,82	48,300	Capital
F	18	1,56	0,75	46,500	São Paulo
G	23	1,57	0,71	44,100	Capital
H	16	1,60	0,75	50,600	Pernambuco
J	21	1,60	0,74	49,100	Pernambuco
K	19	1,63	0,78	48,900	R. G. Norte
L	17	1,64	0,76	47,100	Pernambuco

Fonte: A DEFESA Nacional, 10 dez. 1913, pp. 41-42. Apud PINTO NETO, Osvaldo Ferreira. *República e Modernização: o debate sobre a implantação do serviço militar obrigatório (1889-1917)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 1997, p. 111.

O articulista observa que, dentre esses 11 recrutas, incorporados à sua unidade no decorrer de dez meses, só um atingia a estatura média de um homem. Apenas um possuía circunferência do tórax de 0,82 metro e se achava acima do valor mínimo considerado normal. Além disso, 10 em 11, 90,9%, achavam-se abaixo daquele índice mínimo.

<sup>324</sup> A DEFESA Nacional, 10 dez. 1913, pp. 41-42. Apud PINTO NETO, Osvaldo Ferreira. *República e Modernização: o debate sobre a implantação do serviço militar obrigatório (1889-1917)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 1997, pp. 111.

Apenas 2 dentre aqueles 11 homens pesavam mais de 50 Kg, havendo ainda 2 que pesavam menos de 44 Kg. Diante desses números o articulista conclui:

Esses números seriam desoladores para nossa raça e valeriam por sua irremediável condenação, se representassem de fato o nosso tipo normal. Eles são porém o produto de uma seleção invertida, que deixando às várias profissões seus melhores elementos, trouxe às fileiras os que não acharam lugar certamente na vida (...). Pode-se dizer que o tipo do homem robusto e de saúde é hoje excepcional entre os recrutas do Exército. Como, pois, com tal matéria-prima formar soldados de porte marcial, destros no manejo das armas, resistentes às marchas e às fadigas do combate e a quem sobre energias para a luta corpo a corpo, à baioneta, com que se selam as vitórias?<sup>325</sup>.

As doenças que afligiam praças e oficiais na época permitem tirar conclusões importantes a respeito das condições sanitárias e de alimentação dos militares no antigo Mato Grosso, embora também reflitam as condições gerais de vida da população. Algumas doenças atingiam majoritariamente oficiais, como astenia pulmonar; outras, como hérnia inguinal, tuberculose, escleroses e sífilis, atingiam sobretudo praças; outras, ainda, a exemplo de complicações gástricas, malária, polinevrite e, especialmente, o beribéri atingiam tanto praças como oficiais<sup>326</sup>.

Males como caquexia, doenças hepáticas, poliúria nervosa, artrites, reumatismos, bronquite asmática, enterite, cirrose hepática, “etilismo”, “incontinência etílica”, “gripe intestinal”, tifo, blenorragia, hipertensão arterial, epilepsia, várias doenças “de fundo palustre”, além de complicações renais e cardíacas, aparecem constantemente registradas nos boletins da 13ª RM.

Não eram incomuns as mortes de oficiais e praças em consequência dessas doenças. As Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, em particular, apresentam registros bastante recorrentes de falecimentos de oficiais e praças a seu serviço, vitimados, sobretudo, pelo beribéri<sup>327</sup>.

---

<sup>325</sup> A DEFESA Nacional, 10 dez. 1913, pp. 41-42. Apud PINTO NETO, Osvaldo Ferreira. *República e Modernização: o debate sobre a implantação do serviço militar obrigatório (1889-1917)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 1997, pp. 111.

<sup>326</sup> Polinevrite é uma degeneração progressiva dos nervos dos órgãos periféricos, associada às perturbações sensitivas. Beribéri: doença provocada pela deficiência de vitamina B1 no organismo, o que provoca fraqueza muscular e dificuldades respiratórias. Na época, atribuíam a ocorrência dessa doença ao clima.

<sup>327</sup> De acordo com o Professor Carlos Martins, as más condições de trabalho na região de atuação da Comissão de Linhas Telegráficas ocasionavam baixas da ordem de 25% do total do pessoal empregado. Ver mais em MARTINS JÚNIOR, Carlos. *Apontamentos para uma Leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, p. 153.

A grande quantidade de pessoas atingidas pelo beribéri, nas décadas iniciais do século XX, fez com que as autoridades militares do Ministério da Guerra aprovassem a proposta da Inspeção da 13ª RM de criar uma enfermaria militar na localidade de Urucum, cerca de 20 quilômetros da cidade de Corumbá. Segundo informações contidas no *Álbum Gráfico de Mato Grosso*, desde 1890 o Exército e a Marinha, a “*título de experiência*” e “*gratuitamente*”, vinham utilizando a fazenda do imigrante de origem italiana Maximiliano Carcano para o tratamento dos beribéricos, “*aonde (sic) tem-se contado muitas centenas de curados*”. A mesma fonte informa que:

Em vista do favorável resultado, em 1910 o ministro da Guerra mandou que se efetuasse um contrato com os proprietários da fazenda, para receberem em tratamento nesse local todas as praças afetadas de beribéri. O local, onde ultimamente, foi construído um novo Hospital militar (sic), em substituição do primitivo, provisório, é incontestavelmente para o Governo uma escolha feliz, sendo, por médio, o número de doentes de 80. Os médicos militares, da marinha e os clínicos civis têm remetido os seus doentes e reconvalescentes para Urucum, reconhecendo assim praticamente as propriedades salutaras do clima e das águas do Urucum<sup>328</sup>.

Semelhante opinião teve o capitão médico do Exército, Leopoldo Felix de Souza, que, num artigo publicado pelo jornal corumbaense *Tribuna*, em abril de 1913, defendeu a solução encontrada pelos chefes militares para o problema dos beribéricos no Estado nos seguintes termos:

Urucum fornece atualmente, e digo-o por experiência profissional, esses meios de cura natural, racional, aos nossos camaradas atacados no serviço de Corumbá. Disse atualmente, porque com o *sistema eternamente provisório das casas de tapuios* em que vi domiciliados os doentes aos grupos, não me animaria a tratar aqui desse assunto. O que obsta a que Urucum seja para a florescente Corumbá, o que Petrópolis fora para o Rio das pestes negra e amarela dos anos passados (...) Tive a ventura íntima de, como Encarregado do serviço médico-militar aqui, assistir à mudança de meus camaradas doentes, praças e oficiais do Exército – das velhas, tristonhas e desconfortadas (sic) choças para um asceado (sic), claro e bem arejado pavilhão recém construído, onde agora os pacientes se mostram animados. Uma alimentação racional e substancial em que predomina o leite da melhor qualidade, distribuída diariamente pelas dietas determinadas pelas [ilegível] aliada à influência climática e ao repouso em ambiente higiênico, a melhor e mais segura terapêutica, único específico por assim dizer, aos polinevríticos beribéricos que outras infecções não compliquem, agudas ou crônicas, a reclamarem específicos medicamentos farmacêuticos (...) Em relação especialmente à Guarnição Militar Federal desta 13.ª Região Permanente, seria impossível a sua parada em Corumbá

<sup>328</sup> *ÁLBUM GRÁFICO* do Estado de Mato Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá/Hamburgo: Ayala & Simon Editores, 1914, p. 348. A formalização do acordo de aluguel, “*mediante pagamento da diária de cinco mil réis*”, entre o Ministério da Guerra e os proprietários da Fazenda Urucum através de contrato foi registrada em 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 38, de 20 de outubro de 1910.

se não houvesse esta Enfermaria de beribéricos de Urucum, onde também tantas vezes vêm, por outras moléstias, degenerantes caquetizantes (sic), se restabelecer praças e oficiais do nosso Exército e Armada. As estatísticas dos mapas diários da Enfermaria, mostrando há anos o movimento das entradas e saídas de doentes polinevríticos de toda a forma, não deixam margem à contestação do que acima ficou dito: a impossibilidade do Exército ou Armada neste clima de Corumbá, sem um sanatório para os atacados de beribéri, incuráveis na própria zona infecciosa a despeito das melhores condições terapêuticas<sup>329</sup>.

Outro grande entusiasta da solução encontrada pelo comando militar em Mato Grosso foi o cronista Annibal Amorim, que via no “*clima petropolitano*” da região do Urucum a solução para os males que afligiam a população corumbaense, em função do clima, considerado pouco salubre da cidade. Urucum, na sua opinião, se tornaria “*o celeiro de Corumbá*” caso houvesse “*homens, inteligentes e empreendedores, que saibam aproveitar as [suas] virtudes*”. Ainda de acordo com o militar, a construção da enfermaria fazia-se ali “*mister, ainda mesmo que seja de alvenaria de taipa*”, embora também afirmasse que não se tratava exatamente de uma enfermaria, pois era constituída por “*ranchos de palha, o que há de mais primitivo*”, admitindo ainda que faltava “*ao soldado o mais elementar conforto*” naquele local<sup>330</sup>.

O tratamento dos doentes, que recebiam visitas médicas mensais, era confiado a um enfermeiro e a sua vigilância a “*meia dúzia de praças ali destacadas*”. Na opinião de Amorim essas medidas não eram suficientes “*para uma guarnição longínqua, onde o beribéri dizima uma boa parte da soldadesca, mal alimentada e muito trabalhada pelo clima e pela agrura do serviço*”<sup>331</sup>. Os beribéricos dormiam em colchões “*colocados sobre giraos (sic) toscamente feitos*” e a alimentação era fornecida por um civil contratado para esse fim. Apesar dessas péssimas condições, o clima do lugar era considerado “*tão benéfico*” que “*praças que saem de Corumbá carregadas nos braços dos companheiros, para ali regressam, completamente curadas, em menos de um mês*”<sup>332</sup>.

Entretanto, a referida enfermaria parece ter se tornado uma constante fonte de preocupações para a oficialidade, uma vez que há muitos registros de fugas, bebedeiras, “algazarras” e insubordinação, entre outros atos de insubordinação e indisciplina, por parte de praças para lá enviados. Sem levar em consideração o fato de que a baixa médica como

<sup>329</sup> JORNAL TRIBUNA, Corumbá, 01 abr. 1913, nº 313, pp. 2-3.

<sup>330</sup> AMORIM, Annibal. *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre: aspectos da Amazonia do Rio ao Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1909, pp. 451-452.

<sup>331</sup> AMORIM, Annibal. *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre: aspectos da Amazonia do Rio ao Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1909, pp. 451-452.

<sup>332</sup> AMORIM, Annibal. *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre: aspectos da Amazonia do Rio ao Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1909, p. 452-453. Giraos; feixes de madeira juncados.

beribérico deveria ter se tornado um subterfúgio para os desinteressados da rotina na caserna. Com efeito, apesar da renovação do contrato de aluguel pelo Ministério da Guerra, em 1913<sup>333</sup>, em junho de 1914, subitamente, o inspetor da 13ª RM informou que a partir de então daria ordens para o recolhimento dos beribéricos daquela enfermaria<sup>334</sup>, expressando da seguinte forma o seu descontentamento com os resultados alcançados pela referida enfermaria militar:

Tendo observado que as praças acometidas de beribéri, que baixam a enfermaria do Urucum, pouco ou nenhum resultado satisfatório colhem, pois muitos têm dado entrada ali diversas vezes outros permanecem longo tempo contraindo até moléstias de caráter grave, e parecendo que a idéia que ditou o estabelecimento daquela enfermaria não foi outra se não sujeitar as praças afetadas a um pequeno estacionamento ali, de modo a não agravar-se o mal, dando-se-lhes, então, outro destino de acordo com o aviso circular do Ministério da Guerra de 14 de Abril de 1910; considerando que tal estado de cousas não deve persistir, porquanto além de não produzir o efeito que seria para desejar, onera sobremaneira os cofres públicos; e considerando que, a investidura do cargo que exerço tem por objetivo cuidar, veladamente, não só pelo que diz respeito aos misteres profissionais, mas também aos interesses da União – a menos que não queira ser increpado (sic) por [incompreensível]; determino que d’ora em diante os Srs. facultativos que fazem serviço no Hospital tão logo reconheça em qualquer praça sintoma da referida moléstia devem dar disso ciência ao Sr. Dr. Chefe do Serviço de Saúde Veterinária, afim de que ele providencie sobre a imediata inspeção da praça, cuja ata será remetida à este Quartel General para fins convenientes<sup>335</sup>.

Aos poucos, Campo Grande passou a ser procurada como lugar de repouso para os militares enfermos, em substituição aos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná, ou até mesmo da cidade de Cáceres, pois se acreditava que doenças como o beribéri e o paludismo estavam relacionadas ao clima de algumas regiões de Mato Grosso consideradas insalubres, como Corumbá, Bela Vista e Porto Murtinho. Contudo, para alguns oficiais, o beribéri oferecia uma oportunidade para se verem livres de Mato Grosso. Por essa razão procuravam convalescer, sobretudo, em localidades da região sul do País, em gozo de licença médica.

As referências a casos de deserção, na documentação analisada, são reduzidas. Esse crime previa pena de até seis meses de prisão e era geralmente cometido por praças de baixa graduação como soldados, anspeçadas, cabos e furriéis. Este fato reforça as suspeitas de que os componentes da Guarnição Militar de Mato Grosso fossem majoritariamente

<sup>333</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 12, de 20 de março de 1913.

<sup>334</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 18, de 30 de junho de 1914.

<sup>335</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 21, de 03 de julho de 1914.

forasteiros, incluindo os menos graduados. Entretanto, em determinadas localidades e serviços como, por exemplo, o serviço de construção das Linhas Telegráficas e a prisão militar do Forte Coimbra apresentavam índices mais significativos de deserção, chegando a atingir, de acordo com o Professor Carlos Martins, especialmente nos serviços das Linhas Telegráficas, 10% do pessoal empregado naquele serviço<sup>336</sup>. Por outro lado, naqueles tempos, fugir das aglomerações populacionais onde se localizavam a maioria dos quartéis deveria ser bastante arriscado.

Considerando, como mencionado, que servir o Exército na condição de praça poderia ser tido como uma punição, servir em Mato Grosso constituiria uma punição dentro da punição. Assim, em outubro de 1913, o inspetor ordenou que o segundo-sargento Severino Freire de Castro fosse rebaixado por 60 dias e ficasse preso por 25, “*com prejuízo do serviço*”, isto é, em reclusão total, por haver sido encontrado “*embriagado pelas ruas da cidade [de Corumbá]*”. A conclusão do inspetor, no entanto, evidencia o caráter punitivo do serviço militar em Mato Grosso, mesmo que fosse sua intenção acabar com essa imagem:

Lamento que esse inferior desse tão triste atestado de sua conduta, no dia mesmo do seu desembarque nesta guarnição, o que me leva a crer que a sua vinda para esta Região prende-se a transgressões, como as que vem de cometer, é bom que saiba porem, que agirei de acordo com a lei no sentido de expurgar do Exército, que é uma escola de educação, aqueles que não trepidam enxovalhar a farda que vestem<sup>337</sup>.

Outra punição possível para os praças mais recalcitrantes da 13ª Região Militar era o seu envio para o 5º BE, a serviço da Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas. Na Ordem do Dia nº 17, emitida em 23 de maio de 1910, o coronel Onofre Moreira de Magalhães, inspetor da 13ª RM, informou a todos os corpos aquartelados em Mato Grosso que estava, a partir daquele momento, “*autorizado a transferir para o 5º Batalhão de Engenharia, a fim de servir na Comissão de Linhas Telegráficas, as praças incorrigíveis dos corpos desta Região*”<sup>338</sup>.

Um mês depois o soldado João Bento de Sant’Ana e o clarim<sup>339</sup> João Damasceno, ambos do 17º RC, foram transferidos para aquele batalhão *a bem da disciplina*. Naquele

---

<sup>336</sup> MARTINS JÚNIOR, Carlos. *Apontamentos para uma Leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, p. 153.

<sup>337</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 17, de 10 de outubro de 1913.

<sup>338</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 17, de 23 de maio de 1910.

<sup>339</sup> Praça responsável por tocar esse instrumento, usado para demarcar os horários e rotinas de um quartel: alvorada, café da manhã, início de expediente, parada para o almoço, fim do expediente etc.

mesmo mês, o terceiro-sargento João da Exaltação Filho e o soldado Antônio Lacerda tiveram o mesmo destino, pela mesma razão<sup>340</sup>, e registros semelhantes se repetiram inúmeras vezes nos documentos administrativos do comando do Exército em Mato Grosso, entre 1907 e 1916.

É bem provável que a perspectiva de servir na construção das Linhas Telegráficas fosse encarada com pavor pelos praças. Afinal, os registros da 13ª RM indicam que havia grande mortandade entre os que para lá eram enviados, sem falar no grande número de pessoas que ficavam doentes ou mesmo incapacitados fisicamente em decorrência das doenças adquiridas. Até mesmo os oficiais procuravam se desviar desse destino, como se depreende da exposição abaixo:

Mandei recolher preso ao Quartel do 14º Regimento de Infantaria o 1º Tenente do 5º Batalhão de Engenharia Sebastião Pinto da Silva, à ordem do Sr. General Chefe do D.G., porque tendo tido ordem de reunir-se, o quanto antes, ao seu corpo em 16 de Maio ultimo, conforme determinou o sr. General ministro da Guerra, deixou de o fazer, desobedientemente, não obstante dispor para isso, no mínimo, de duas conduções regulares. O mesmo oficial ficará nesta situação até embarcar, devendo o Regimento fazê-lo acompanhar até a bordo, por um oficial, o qual só se retirará no momento de zarpar o navio que tiver de conduzi-lo<sup>341</sup>.

Nem todos os “incurrigíveis” seguiam para as Linhas Telegráficas. Quando implicados em acusações relacionadas à justiça civil, praças menos graduados, como cabos e soldados, cumpriam sentença de trabalhos forçados no Forte Coimbra, que na época funcionava como prisão militar.

Os registros indicam que a maior parte das prisões disciplinares ficava a cargo dos comandantes de batalhões, regimentos, baterias, esquadrões ou companhias, principalmente quando aplicadas aos praças. Também não era incomum que praças e oficiais, detidos por delitos considerados menos graves, fossem colocados em liberdade em ocasiões festivas ou datas cívicas, como ocorreu com três praças por ocasião do aniversário da Batalha de Tuiuti, em 24 de maio de 1912<sup>342</sup>. De todo modo, o trânsito (entrada e saída) no Forte Coimbra pode ser considerado intenso na época, sendo constantes as *declarações de incorrigibilidade*, recurso disciplinar que precedia a exclusão dos praças das fileiras.

Não eram incomuns as prisões preventivas de praças. Quando detidos, os praças tinham sua remuneração retida pelo Ministério da Guerra, ficando sem direito ao soldo e

---

<sup>340</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 23, de 23 de junho de 1910 e Ordem do Dia nº 26, de 30 de julho de 1910.

<sup>341</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 13, de 15 de julho de 1914.

<sup>342</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 22, de 24 de maio de 1912.



gratificações até serem libertados. Em caso de condenação, os presos sentenciados não tinham “*direito a soldo e gratificação durante o tempo de prisão*” e os praças presos “*sem cláusula*” eram obrigados a cumprir o “*serviço que lhes tocar por escala*”<sup>343</sup>. Os pedidos de restituição de vencimentos feitos pelos praças aprisionados em Coimbra, quando legalmente absolvidos dos crimes de que haviam sido acusados ou então referentes à período anterior à detenção – já que os vencimentos normalmente atrasavam – eram também constantes.

Nem todas as punições aplicadas aos praças tinham ligação com incidentes disciplinares graves, ou melhor, eram relacionadas a atos violentos ou de insubordinação. Os regulamentos disciplinares da época estipulavam o uso obrigatório de bigode para todos os militares, além do uso do uniforme fora das dependências dos quartéis para os praças. Em consequência, muitas punições decorriam de *desdizes*, ou seja, do não cumprimento dessas determinações regulamentares. Outro grande motivo para retaliação disciplinar se atrelava à proibição, imposta aos praças, de contrair matrimônio sem a autorização dos seus comandantes<sup>344</sup>. Com efeito, era grande o número de praças detidos por essas razões ou em situações semelhantes.

Assim, dois tipos de punições, que refletiam duas gradações diferentes atribuídas aos delitos praticados, poderiam ser impostos aos praças. Os praças condenados por crimes civis ou militares eram destinados ao Forte Coimbra para cumprir sua pena. Por sua vez os praças considerados incorrigíveis, ou seja, aqueles que cometiam pequenas infrações que, não obstante, importunavam os oficiais e conseqüentemente atrasavam ou perturbavam o andamento da rotina nos quartéis eram mandados para o 5º BE, para servir na Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso ao Estado do Amazonas ou então, como último recurso, eram sumariamente excluídos das fileiras “*a bem da disciplina*”.

A remuneração dos militares à época compunha-se da *etapa*, remuneração diária recebida por oficiais e praças; do *extraordinário*, pecúlio que os praças recebiam para cobrir suas despesas eventuais com viagens, reparos, alimentação, já que o Exército não dispunha de um serviço regular de abastecimento de tropas, e, eventualmente, do *socorrimento*, concedido quando os praças se encontravam em diligência através de caminhos terrestres. Outra forma de remuneração, no caso dos oficiais e sargentos que

---

<sup>343</sup> 13ª REGIÃO MILITAR (CORUMBÁ). Ordem do Dia nº 30, de 14 de maio de 1909. Resposta do Chefe do Estado-Maior do Exército à consulta feita pelo comandante do 7º Distrito Militar, então extinto, de 14 de outubro de 1908.

<sup>344</sup> Não foi possível definir se esta deveria vir do comando imediato (comandantes de regimentos, batalhões, esquadrões, baterias ou esquadrões) ou do próprio inspetor. Os homens casados não poderiam sentar praça e alguns que omitiam a sua condição para ingressar nas fileiras eram sumariamente desligados das fileiras.

tinham direito a cavalgadura, era o chamado *arroçamento*, composto pela *ferragem*, cavalari ou muar, e pela *ferragem* (alfafa). Portanto, numa época em que os transportes militares eram majoritariamente hipomóveis, o Exército incorporava à remuneração dos militares os recursos pecuniários necessários à alimentação dos animais de seu uso pessoal.

Os vencimentos costumavam atrasar por mais de 12 meses e, em geral, cabia ao interessado cobrar os abonos, gratificações e salários não recebidos. Como já foi observado, os constantes atrasos no pagamento geravam muitas vezes descontentamento que se refletiam no moral da tropa, a qual em ao menos duas ocasiões procurou se esquivar do expediente normal para exigir o pagamento dos soldos atrasados.

Com vinte anos de serviço um praça poderia solicitar reforma, geralmente concedida àqueles considerados incapacitados para qualquer serviço. Quando reformados, geralmente por motivo de saúde, os praças tinham direito à metade dos soldos que recebiam na última graduação do serviço ativo<sup>345</sup>.

Naquele tempo, havia três maneiras principais de se deixar o Exército em vida: por motivo disciplinar, por doença considerada incurável ou por reforma. A julgar pelo que informa a documentação, a maioria encontrava-se *incapaz* de se sustentar fora do Exército. Os dependentes dos praças não tinham direito ao montepio militar, ou seja, a metade do soldo do militar quando na ativa, benefício alcançado pelos oficiais quando da Proclamação da República, razão pela qual ocorreram muitas revoltas de praças na década de 1930<sup>346</sup>. Não obstante, as esposas e filhos, entre dois e dezesseis anos, de praças que estivessem em diligência ou comissão, apartados de suas famílias tinham direito a meia etapa para ração<sup>347</sup>.

Alguns praças tinham oportunidades para ascender ao oficialato por meio de concurso para o quadro de Intendentes, para se tornar farmacêutico ou mesmo através de ascensão no serviço da tropa em armas como a infantaria e a cavalaria, onde havia grande carência de oficiais. As escolas militares formavam preferencialmente oficiais em ramos mais técnicos, como a engenharia e a artilharia, ficando assim as demais armas combatentes (infantaria e cavalaria) desfalcadas de oficiais. Esta última possibilidade foi aos poucos sendo suprimida, embora as revoltas tenentistas na década de 1920 tenham dado novo impulso a essas práticas. Com efeito, muitos oficiais ascendiam da condição de

---

<sup>345</sup> Isso também valia para os oficiais.

<sup>346</sup> Ver a respeito em COSTA, Vanda Maria Ribeiro. “Com Rancor e com Afeto: rebeliões militares na década de 30”. *Ciências Sociais Hoje*, Vértice/ANPOCS, 1985.

<sup>347</sup> Conforme determinava o Aviso Ministerial nº 331, de 4 de maio de 1907, extraído do BOLETIM DO EXÉRCITO desse mesmo ano.

simples praças, escapando, assim, da degradação representada pelo serviço militar na base da corporação, tal como era então considerado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, através do presente trabalho, apresentar um quadro geral que permitisse conhecer as circunstâncias sob as quais o Exército brasileiro realizou suas intervenções na sociedade mato-grossense na virada do século XIX para o século XX.

Em primeiro lugar, tentou-se demonstrar que aquela instituição, a rigor surgida após o processo independentista ocorrido em 1808-1822, passou por substanciais transformações em sua trajetória ao longo do século XIX. Transformações estas marcadas pelo advento do profissionalismo militar e, sobretudo, pela experiência coletiva da participação nos eventos que caracterizaram o conflito conhecido como Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai e, posteriormente, a Proclamação da República.

Na época da construção e consolidação da estrutura estatal do País a presença militar em Mato Grosso constituía a sua própria materialização, pois realizava tarefas fundamentais, embora consideradas insuficientes, para assinalar a presença e o controle do poder central sobre aquela extremidade ocidental do território brasileiro. Por essa razão foi fundamental conhecer os eventos que marcaram a evolução do Exército no período, no contexto regional. Neste particular foi também fundamental demonstrar que o Exército passava por reformas cujo objetivo era agregar as suas forças, tradicionalmente dispersas pelo território mato-grossense.

Essas reformas visavam conferir ao Exército uma feição mais profissional, ancorada no princípio da organização divisionária das forças militares terrestres, ao mesmo tempo em que se procurava abandonar o perfil miliciano do aparato defensivo, vigente desde os tempos coloniais. Igualmente estavam atreladas ao objetivo de se instituir no Brasil um novo modelo de conscrição fundamentado no chamado sorteio militar, mecanismo através do qual as lideranças militares brasileiras tencionavam melhor selecionar os quadros subalternos ingressantes e formar reservas sempre crescentes para o Exército, a exemplo do que já ocorria nos exércitos europeus desde a segunda metade do século XIX. Por outro lado, essas intenções reformistas profissionalizantes frequentemente esbarraram nas condições estruturais encontradas na sociedade mato-grossense de então. Os baixíssimos índices populacionais, as dificuldades de comunicação interna e externa, a intermitência dos sistemas de transportes, a instabilidade política do País e do Estado, o ambiente altamente volátil no interior dos quartéis, as resistências dos “coronéis”, os

constantes atrasos no pagamento dos militares, a falta de oficiais e praças, enfim, muitos elementos pareciam conspirar contra o fortalecimento do aparato bélico do governo central na região.

Destarte, esse conjunto de fatores limitadores dos empreendimentos reformistas obrigou os seus formuladores a se adaptarem a realidade da fronteira oeste e, no tocante ao recrutamento, absterem-se temporariamente da sua implementação. Observei, por exemplo, que para fazer frente à meta de agrupar as forças na região, os efetivos não eram suficientes para marcar a presença do Estado em todos os pontos das fronteiras internacionais. Por essa razão, procurou-se concentrar forças nas porções mais meridionais de Mato Grosso e às margens do rio Paraguai, deixando, ao mesmo tempo, os demais pontos desguarnecidos. O Exército aos poucos também foi abandonando, embora não completamente, o comportamento *gerdaimico*, ou seja, de mero instrumento dos governantes para a manutenção da ordem social.

Verifiquei que os militares tinham importância substancial dentro do jogo político oligárquico hegemônico na sociedade mato-grossense, sobretudo após o advento da República. Desse modo, os contatos, alianças pessoais e até os matrimônios ajudavam a manter e consolidar a estrutura de dominação coronelista na região, residindo aí uma das principais contradições no que diz respeito ao sentido político da presença militar em Mato Grosso. Essa grande projeção política dos militares, em particular da oficialidade, se deve a sensível dependência daquela unidade política em relação ao poder central, notadamente no que diz respeito ao recebimento dos recursos financeiros necessários ao mínimo funcionamento dos organismos governamentais em nível regional.

Com efeito, o conhecimento dos condicionamentos materiais em que estavam imersos os corpos do Exército e os militares na região constituem incontornáveis pontos de partida para futuras investigações que se debrucem sobre os eventos marcantes da participação militar na dinâmica política local e regional. Merece especial atenção o latente sentimento de “revolta” dos soldados enviados para aquelas “distantes paragens” e sua compreensível ânsia para retornar aos seus Estados natais ou então, como ocorria em boa parte dos casos, para se reconduzir à Capital Federal, se possível ostentando uma senatoria ou uma deputação federal, no caso dos oficiais. Na pior das hipóteses, uma deputação estadual, uma intendência municipal ou mesmo uma vereança significariam, pelo menos, um alento financeiro dentro daquele quadro geral de constantes atrasos no pagamento dos soldos e de salários constantemente onerados pela carestia, como era então conhecida a inflação.

Restava conhecer também, mesmo que minimamente, aspectos da vida dos ocupantes das bases da corporação, os praças, que, diferentemente dos oficiais, muitas vezes eram fisicamente compelidos a abraçar a carreira das armas. O serviço militar em terras mato-grossenses para muitos deles era uma decorrência de maus comportamentos ou mesmo algum deslize nas guarnições litorâneas, de onde eram despachados pelos seus comandantes, como forma de castigo, para penar sob o calor e o sol causticante das povoações ribeirinhas da *Sibéria canicular* do Exército brasileiro. Se os oficiais eram atingidos pelas dificuldades advindas da carestia do lugar, dos altos preços cobrados pelos alugueis, pelos constantes atrasos no pagamento, pela violência endêmica da região, entre outros, os praças certamente pagavam os mais pesados tributos de sangue cobrados do soldado brasileiro à época, pois, ao fim e ao cabo, eram o elo mais fraco e subalterno da cadeia de comando.

O clima de tensão latente e de revolta consequente da vida que levavam certamente fornecia o combustível necessário para as recorrentes explosões de violência frequentemente havidas do lado de dentro dos muros dos quartéis. Por essa razão bebedeiras, atos violentos e ser mandado para a Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas ou então para a prisão militar do Forte Coimbra constituíam acontecimentos corriqueiros na vida daqueles indivíduos em serviço arregimentado nos corpos das tropas mato-grossenses. Atos violentos, que muitas vezes vitimavam seus próprios companheiros (praças), mas que, eventualmente, eram canalizados contra os oficiais comandantes ou superiores mais imediatos. Vez ou outra ameaçavam as populações civis com seus tiroteios e truculências. Nessas ocasiões a cadeia de comando era temporariamente ameaçada, embora jamais tenha sido colocado em cheque, ao menos até as décadas iniciais do século XX, o *status quo* prevalecente na sociedade mato-grossense. Em geral se uniam numa revolta para exigir simplesmente o pagamento dos soldos atrasados.

O mais comum era seguirem os seus chefes, fossem praças graduados, fossem oficiais, nas tropelias *revolucionárias* tão comuns naqueles princípios do regime republicano brasileiro. Mas também seguiram líderes civis, como Generoso Ponce, Jango Mascarenhas, Bento Xavier e tantos outros. Contudo, foram leais aos seus chefes que, patriarcalmente, lhes emprestavam dinheiro (às vezes a juros), davam abrigo e até uma família. Em muitas ocasiões ajudaram a promover a ordem oligárquica no Estado, combatendo coronéis revolucionários e bandidos desgarrados, nas inúmeras diligências de que eram incumbidos seus oficiais.

Uma parte deles acabava excluída “*a bem da disciplina*” ou por inaptidão física, muitos morriam em consequência de enfermidades como malária, beribéri e febres palustres, outros eram reformados, caso completassem pelo menos 20 anos de serviço, e guindados ao Asilo dos Inválidos da Pátria, outros ainda conseguiam atingir os postos iniciais do oficialato, sobretudo nas armas combatentes (infantaria e cavalaria) e na intendência. Caso morressem, mesmo em serviço, não tinham quaisquer garantias de que suas famílias seriam socorridas pelo Ministério da Guerra.

A reconstituição histórica da vida levada pela base da corporação militar em serviço arregimentado nos corpos sediados nos municípios mato-grossenses teve como objetivo oferecer ao leitor uma visão panorâmica acerca dos condicionamentos sociais e culturais a que estava submetida aquela parcela da hierarquia e como isto possivelmente afetava o seu comportamento político, sobretudo nos momentos mais críticos. Por outro lado, esses relatos ajudam a compreender aspectos essenciais do comportamento militar, sobretudo dos oficiais no tocante ao distanciamento entre os ocupantes dos diferentes postos da hierarquia, ao tratamento muitas vezes arbitrário no lidar cotidiano com os subordinados e sua relação diferenciada com a abstração representada pelo conceito de autoridade.

Espero que estes ligeiros apontamentos tenham de alguma forma contribuído para o conhecimento dos eventos factuais e estruturais mais marcantes da evolução institucional pela qual passou o Exército brasileiro entre o final do século XIX e o início do século seguinte nos limites geográficos do antigo território mato-grossense e, sobretudo, que este trabalho possa ter contribuído com os futuros pesquisadores ao ter lançado alguma luz sobre o papel desempenhado pelos militares (oficiais e praças) na organização social e política mato-grossense até princípios do século passado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. FONTES

#### 1.1 Legislação consultada (em ordem cronológica)

COLEÇÃO DAS LEIS E DECRETOS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL.  
Constituição de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889-1900.

DECRETO Nº 431, de 2 de junho de 1891. Apud PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo.  
*Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do  
Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 36.

LEI Nº 403, de 24 de outubro de 1896. COLEÇÃO DAS LEIS E DECRETOS DOS  
ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889-1900.

BOLETINS DO EXÉRCITO. Aviso Ministerial nº 331, de 4 de maio de 1907.

LEI Nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908. COLEÇÃO DAS LEIS E DECRETOS DOS  
ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900-1910.

#### 1.2 Jornais (em ordem alfabética pelo nome do periódico)

*A DEFESA Nacional*, 10 dez. 1913, pp. 41-42. Apud PINTO NETO, Osvaldo Ferreira.  
*República e Modernização: o debate sobre a implantação do serviço militar  
obrigatório (1889-1917)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 1997, p. 111.

EDITORIAL. *A Reação*, Assunção, 30 jun. 1902, p. 2.

EDITORIAL. *A Reação*, Assunção, 30 nov.1902, p. 20.



EDITORIAL. *A Reação*, Assunção, 30 dez 1902, p. 2.

EDITORIAL. *A Reação*, Assunção, 10 jan. 1903, p. 1.

O QUARTEL do Limoeiro. *Correio do Estado*, Corumbá, 26 jun. 1909, p. 01.

REPRESSÃO À Vadiagem. *Correio do Estado*, Corumbá, 01 jun. 1910, p. 01.

*CORREIO DO Estado*, Corumbá, 15 dez. 1910, p. 3.

### **1.3 Documentos publicados (em ordem alfabética)**

*ÁLBUM GRÁFICO do Estado de Mato Grosso (EEUU do Brasil)*. Corumbá/Hamburgo, Ayala & Simon Editores. 1914.

AMORIM, Annibal. *Viagens pelo Brazil: do Rio ao Acre: aspectos da Amazonia do Rio ao Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1909, p. 458-459.

ARTIGOS DE GUERRA do Conde de Lippe. Apud CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998, pp. 126-128.

### **1.4 Documentos nacionais do Exército (em ordem cronológica)**

CARTA DE CAXIAS ao ministro da Guerra datada de 04 de dezembro de 1867. Cartas, Reservados e Confidenciais, livro 2, Arquivo Nacional. Apud SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 147.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1890*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Floriano Vieira Peixoto, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1891.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Francisco Antonio de Moura, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1892.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Antônio Enéias Gustavo Galvão, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1893.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Bibiano Sérgio Macedo Costallat, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1894.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Bernardo Vasques, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1895.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Bernardo Vasques, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1896.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Francisco de Paula Argolo, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1897.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão João Thomas Cantuária, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1898.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão João Nepomuceno de Medeiros Mallet, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1899.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão João Nepomuceno de Medeiros Mallet, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1900.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão João Nepomuceno de Medeiros Mallet, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1901.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão João Nepomuceno de Medeiros Mallet, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1902.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Francisco de Paula Argolo, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1903.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Francisco de Paula Argolo, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1904.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Francisco de Paula Argolo, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1905*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Francisco de Paula Argolo, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1906*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1907*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

BOLETIM DO EXÉRCITO nº 264, de 11 de outubro de 1911.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Antonio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1912*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1913*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Emygdio Dantas Barreto,*

*ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1910.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1916.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

CARTA DE 14 de dezembro de 1919. Arquivo Histórico do Itamarati. Apud BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997).* Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997, p. 115.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo dr. João Pandiá Calógeras, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1920.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Fernando Setembrino de Carvalho, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1926.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

### **1.5 Documentos nacionais de outros órgãos (em ordem cronológica)**

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. CNPI. *Relatório dos Trabalhos Realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, Apresentado às Autoridades do Ministério da Guerra pelo Major de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon como Chefe da Comissão.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

OFÍCIO DE 18 maio 1907. Arquivo Histórico do Itamarati. 308/2/16. Apud BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997).* Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

## **1.6 Falas, Mensagens e Relatórios às Assembleias Legislativas Provinciais/Estaduais (em ordem cronológica)**

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo Exmo. Sr. Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, no dia 20 de Agosto de 1871. Cuiabá: Tip. de Souza Neves & Cia, 1871.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Mato Grosso no dia 4 de outubro de 1872 pelo Presidente da mesma Província, o Exmo. Sr. Tenente Coronel Dr. Francisco José Cardoso Júnior. Rio de Janeiro: Tip. do Apóstolo, 1873.

MENSAGEM dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Tenente-Coronel Dr. Francisco José Cardoso Júnior, em 04 de outubro de 1872. Rio de Janeiro: Tipografia do Apostolado, 1873.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, na Segunda sessão da 19ª Legislatura, no dia 3 de maio de 1873, Pelo Presidente da Província, o Exmo. Sr. General Dr. Jose de Miranda da Silva Reis. Cuiabá: Tip. de Souza Neves & Cia.

RELATÓRIO apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso José de Miranda da Silva Reis, na 1ª sessão da 20ª legislatura da Assembleia Provincial de Mato-Grosso, no dia 03 de maio de 1874. Cuiabá: Tip. Sousa Neves & Cia.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Mato Grosso na 2ª sessão da 20ª Legislatura, no dia 3 de maio de 1875, pelo Vice-Presidente da Província, o Exmo. Sr. Coronel Barão de Diamantino, Cuiabá: Tip. Sousa Neves e Cia., 1875.

RELATÓRIO com que o Excelentíssimo Sr. Coronel Barão de Diamantino, Vice Presidente da Província de Mato Grosso, passou a administração da mesma ao Excelentíssimo Sr. General Hermes Ernesto da Fonseca, no dia 5 de julho de 1875. Cuiabá: Tip. de Sousa Neves e Cia., 1875.

FALA com que o Excelentíssimo Senhor General Hermes Ernesto da Fonseca abriu a 1ª sessão da 21ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, no dia 3 de maio de 1876. Cuiabá: Tip. da Situação, 1876.

FALA com que o Excelentíssimo Senhor General Hermes Ernesto da Fonseca abriu a 2ª sessão da 21ª Legislatura da Assembleia Provincial de Mato Grosso, no dia 3 de maio de 1877. Cuiabá: Tip. da Situação, 1877.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa, Presidente da Província de Mato Grosso abriu a 1ª sessão da 22ª legislatura da respectiva Assembleia no dia 1º de novembro de 1878. Cuiabá: Tip. do Liberal, 1878.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa, Presidente da Província de Mato Grosso abriu a 2ª sessão da 22ª legislatura da respectiva Assembleia em 1º de outubro de 1879. Cuiabá: Tip. de J.J.R. Calháo, 1879.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Coronel Dr. José Maria de Alencastro, Presidente da Província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da respectiva Assembleia, no dia 15 de junho de 1882. Cuiabá: Tip. de J.J.R. Calháo, 1882.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Vice-Presidente Tenente Coronel José Leite Galvão passou a administração da Província de Mato Grosso ao Exmo. Sr. Coronel José Maria de Alencastro, no dia 10 de março de 1883. Cuiabá: Tip. de J.J.R. Calháo, 1883.

RELATÓRIO com que o Excelentíssimo Sr. General Barão de Batovi, Presidente da Província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 25ª Legislatura da respectiva Assembleia, no dia 1º de Outubro de 1884. Cuiabá: Tip. de J. J. R. Calhão, 1884.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, na primeira sessão da 26ª Legislatura no dia 12 de julho de 1886, pelo Presidente da Província, o Exmo. Senhor Doutor Joaquim Galdino Pimentel. Cuiabá: Tipografia da Situação, 1886.

RELATÓRIO que o Sr. Vice-Presidente Dr. José Joaquim Ramos Ferreira redigiu para apresentar a Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, na 2ª sessão da 26ª Legislatura, no dia 1º de outubro de 1887. Cuiabá: Tip. da Situação, 1887.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Coronel Francisco Raphael de Mello Rego, Presidente da Província, abriu a 27ª sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, em 20 de outubro de 1888. Tip. da Situação, 1888.

MENSAGEM apresentada pelo Exm. Sr. Cel. Pedro Leite Osório 1º vice-presidente à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da sua 7ª Legislatura no dia 13 de maio do corrente ano. Cuiabá, 1907.

### **1.7 Documentos do Exército local (em ordem cronológica)**

LIVRO DAS ORDENS do Dia da Inspeção Permanente da 13ª Região Militar do Exército brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 12 de fevereiro a 18 de dezembro de 1909.

LIVRO DAS ORDENS do Dia da Inspeção Permanente da 13ª Região Militar do Exército brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 15 de janeiro a 31 de dezembro de 1910.

LIVRO DAS ORDENS do Dia da Inspeção Permanente da 13ª Região Militar do Exército brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1911.

LIVRO DAS ORDENS do Dia da Inspeção Permanente da 13ª Região Militar do Exército brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1912.

LIVRO DAS ORDENS do Dia da Inspeção Permanente da 13ª Região Militar do Exército brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1913.

LIVRO DAS ORDENS do Dia da Inspeção Permanente da 13ª Região Militar do Exército brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1914.



LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1915.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1916.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1920.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1921.

LIVRO DOS BOLETINS Diários da Circunscrição Militar de Mato Grosso, do Exército Brasileiro. Quartel General em Corumbá, de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1922.

## 2. BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W. *A Indústria Cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de Milícias*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

ALMEIDA, Valério de. *Campo Grande de Outrora*. Campo Grande: Letra Livre, 2003.

ALVES BASTOS, Joaquim Justino. *Encontro com o Tempo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1965.

BARRETO, Emygdio Dantas. *Expedição a Mato Grosso: a revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemert, 1907.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)*. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

BRAZIL, Maria do Carmo. “Sobre a transferência da sede da Circunscrição Militar de Corumbá para Campo Grande” [no prelo].

CARONE, Edgar. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

CARVALHO, Estevão Leitão de. *Memórias de um Soldado Legalista*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961, vol. I.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

\_\_\_\_\_; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai (1865-1870)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CHAVES, Hugo Jorge de Brito. *Os Marechais de Napoleão*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CONGRO, Rosário. *“Outras Ruínas – Como decorre a História. Crônicas e Alguns Poemas*. São Paulo: Saraiva, 1957.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

COSTA, Maria de Fátima. *História de um País Inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Livraria Kosmos Editora, 1999.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *“Com Rancor e com Afeto: rebeliões militares na década de 30”*. *Ciências Sociais Hoje*, Vértice/ANPOCS, 1985.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo/Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves/Ed. Paulo de Azevedo, 1950.

DOMINGOS, Manuel. *O Militar e a Civilização*. *Revista Tensões Mundiais*, ano I, vol. 1, 2005, Fortaleza, Observatório das Nacionalidades, 2005.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. “A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-1876)”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004, pp. 209-235.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca de Exército, 1981.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. *Diálogo com Cordeiro de Farias*. Entrevista a Aspácia Camargo e Walder de Góes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed Nacional, 2005.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidades nas representações sobre Mato Grosso*. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

GARDIN, Cleonice. *Campo Grande: entre o sagrado e o profano*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (org.) *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_. *A Era das Revoluções: Europa (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1971. t. 2, v. 4.

HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca Exército Editora, 1996.

IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997.

\_\_\_\_\_. “Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 3, fev. 2001.

LADURIE, Emanuel Le Roy. *O Estado Monárquico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEAL, Joaquim Ponce. *Os Homens e as Armas: o conflito campo-cidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1980.

MACHADO, Paulo. *A Grande Avenida*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 2000 (Pelas Ruas de Campo Grande).

\_\_\_\_\_. *A Rua Alegre*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1997 (Pelas Ruas de Campo Grande).

\_\_\_\_\_. *A Rua Barão*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991 (Pelas Ruas de Campo Grande).

\_\_\_\_\_. *A Rua Principal*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991 (Pelas Ruas de Campo Grande).

\_\_\_\_\_. *A Rua Velha*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990 (Pelas Ruas de Campo Grande).

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1910)*. São Paulo: Editora Unesp/Moderna, 1997.

MARIN, Jérri Roberto. “Recristianização e Civilização dos Sertões Mato-grossenses: a visita pastoral de D. Carlos Luiz D’Amour ao sul da Diocese de Cuiabá, em 1886”. In: MARIN, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de (org.). *História, Região e Identidades*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

MARTINS JÚNIOR, Carlos. *Apontamentos para uma Leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

MAXIMIANO, César Campiani. *Trincheiras da Memória: brasileiros na Campanha da Itália, 1944-1945*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1966.

MENDES, Fábio Faria. *A Economia Moral do Recrutamento no Império Brasileiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 38. São Paulo, outubro de 1998.

\_\_\_\_\_. “A Lei da Cumbuca: a Revolta contra o Sorteio Militar”. Revista Estudos Históricos, ano 24, 1999, Rio de Janeiro: FGV/CPDOC.

MORAES, J. B. Mascarenhas de. *Memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio, 1969, vol. I.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, Cor e Disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.

\_\_\_\_\_. “Entre o Convés e as Ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910)”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Estrada Móvel, Fronteiras Incertas: os trabalhadores do Rio Paraguai (1917-1926)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

PALERMO, Miguel A. *Nioac: evolução política e revolução de Mato-Grosso*. Rio de Janeiro: Cruz Coutinho, 1986.

PEIXOTO, Demerval. *Memória de um Velho Soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

PINTO NETO, Osvaldo Ferreira. *República e Modernização: o debate sobre a implantação do serviço militar obrigatório (1889-1917)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 1997.

PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. História Administrativa do Brasil, v. 7. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

PÓVOAS, Nilo. *Galeria dos Varões Ilustres de Mato Grosso*. Cuiabá: Fundação Cultural do Estado de Mato Grosso, 1977.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. “Articulações Econômicas e Vias de Comunicação do Antigo Sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)”

\_\_\_\_\_. *Uma Ferrovia entre Dois Mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. São Paulo: EDUSC; Campo Grande: UFMS, 2004.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SCHNEIDER, Fernand. *História das Doutrinas Militares*. Lisboa: Livraria Bertrand, S. A. R. L. 1975.

SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Adriana Barreto de. “A Serviço de Sua Majestade: a tradição militar-portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50)”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004.



STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *A Retirada da Laguna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TUCHMAN, Bárbara W. *Os Canhões de Agosto*. Rio de Janeiro: Editorial Bruguera, 1962.

Autorizo a reprodução parcial e/ou integral deste trabalho.

Dourados, 10 de agosto de 2009.

---

Bruno Torquato Silva Ferreira